

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – MÍDIA E CULTURA**

LUDMILLA ALVES DE OLIVEIRA

**CIDADE VIGIADA: SEGURANÇA E CONTROLE EM TEMPOS
DE BIOPODER**

**GOIÂNIA
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – MÍDIA E CULTURA**

LUDMILLA ALVES DE OLIVEIRA

**CIDADE VIGIADA: SEGURANÇA E CONTROLE EM TEMPOS
DE BIOPODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado em Comunicação, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Henrique de Aquino
Gomes

**GOIÂNIA
2013**

LUDMILLA ALVES DE OLIVEIRA

**CIDADE VIGIADA: SEGURANÇA E CONTROLE EM TEMPOS
DE BIOPODER**

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes (Orientadora)
Presidente da Banca

Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa FL/UFG

Prof. Dr. Goiamérico Felício Carneiro - FACOMB/UFG

*Dedico este trabalho aos meus pais,
irmão, ao meu esposo, amigos,
orientadora e professores.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, a quem devo tudo que tenho e sou.

À professora e orientadora Suely Gomes, por todos os ensinamentos, empenho, carinho e atenção dedicados a mim e a minha pesquisa. Agradeço ainda, pelas conversas, conselhos e pela amizade construída ao longo desses anos que passamos juntas.

Aos professores do mestrado que muito contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento acadêmico.

À professora Kátia Menezes e ao professor Goiamérico Felício por terem aceitado o convite de compor a minha banca de qualificação e defesa de mestrado, e pelas valiosas contribuições e alternativas propostas diante dos obstáculos encontrados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudos concedida.

Ao Thomaz Santana, secretário do Mestrado em Comunicação da UFG, pelos serviços prestados e amizade.

À Flávia Martins pelo apoio concedido nas diversas fases da minha pesquisa. Pela amizade, conselhos e conhecimentos compartilhados.

À Sandra Sousa, Sarah Calaço e Yanina Moyano pela ajuda com as traduções.

Aos colegas de mestrado, em especial à Wendy, com quem tenho compartilhado o conhecimento, as alegrias e dificuldades da carreira acadêmica.

À toda minha família, em especial a minha mãe que sempre acreditou em mim e esteve do meu lado em qualquer circunstância.

Ao meu esposo Max, pelo apoio, incentivo e carinho dedicado. Por sonhar comigo e não me deixar desistir.

“Não há sujeição tão perfeita como aquela que conserva a aparência da liberdade; dessa forma cativa-se a própria vontade”.

Jean Jacques Rousseau

RESUMO

A contemporaneidade vive a cultura do medo, que culminou em uma sociedade altamente vigiada. As câmeras de vigilância compõem o cenário urbano por se fazerem necessárias ao exercício do controle e da segurança. O presente trabalho pretende identificar como o indivíduo se constitui enquanto sujeito diante da vigilância, da insegurança, do medo e dos conflitos sociais pautados no capitalismo contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória que buscou conhecer o atual universo de controle e vigilância estabelecidos na contemporaneidade. O estudo do uso de câmeras de vigilância em Goiânia faz uso da Análise do Discurso (AD) baseada na obra de Eni P. Orlandi (2005). Todas as noções e teorias evocadas, como as do poder, do saber, do dispositivo, da subjetivação e do discurso, na visão de autores como Foucault (2009: 2008: 2007: 2006: 1999: 1999: 1987), Guattari e Rolnik (2011: 1992), Deleuze (2005: 2001: 1992) e Agamben (2009), são trabalhadas nos capítulos teóricos e retomadas durante o processo de análise. Foram entrevistados transeuntes e comerciantes presentes nas áreas monitoradas, assim como representantes da central de monitoramento. Ao longo das entrevistas e análise, a atenção voltou-se para os processos de subjetivação do sujeito, a seus processos de assujeitamento (aceitação e resistência/ biopoder) e ainda às formas de saber e poder presentes na relação entre sujeito e câmeras de vigilância. A partir dessas categorias de análise e das entrevistas, observou-se a presença de um discurso hegemônico, em que o sujeito se constitui por meio das relações de forças, modos de coerção e controle que o envolve, desenvolvendo um comportamento de total aceitação e submissão as formas de controle e poder regentes na sociedade, comportamento este que é próprio do biopoder. Contudo, esse mesmo sujeito que se constitui conforme o meio no qual está inserido, é também aquele que não se caracterizou por um comportamento singular, num modo próprio de se fazer sujeito; tornando-se, portanto, massa de um discurso hegemônico, absolutamente controlável por um sistema de segurança, que é vendido apenas como algo a beneficiar a sociedade.

Palavras-chave: Subjetividade. Vigilância. Câmeras. Insegurança. Espaço Urbano.

ABSTRACT

The contemporary world lives the reality of the culture of fear, culminating in a society under constant surveillance. And the surveillance cameras are part of the urban scenario being necessary to exercise of controlling and security. This paper aims to identify how the individual is incurred as a subject before surveillance. Insecurity, fear and social conflicts guided by contemporary capitalism. This is a qualitative exploratory study that pursued to know the current surveillance control universe established in the contemporary world. The following study of the surveillance cameras usage in Goiânia uses as a theoretical and methodological referential the discourse analysis (DA) based on the method of Eni P. Orlandi (2005). All the evoked notions and theories such as power, knowledge, subjectivity and discourse, in view of authors as Foucault (2009: 2008: 2007: 2006: 1999a: 1999b: 1987), Guattari and Rolnik (2011: 1992), Deleuze (2005: 2001: 1992) and Agamben (2009), are worked in the theoretical chapters and resumed during the analysis process. Were interviewed passers-by and traders present in the monitored areas as well as representatives of the monitoring central station. Throughout the analysis and interviews the attention was turned to the process of subjectivity of the subject. Their subjection process (acceptance and resistance/biopower) and still the ways of knowing and the power present in the relation between the subject and the surveillance cameras. From these categories of analysis and interviews it was observed the presence of a hegemonic discourse where the subject is incurred by the relation of forces, modes coercion and control that they are involved in, developing a behavior characteristic of biopower. However this same subject is constituted according to the environment they live it is also the subject that was not characterized by a unique behavior in their own way to make themselves the subject, becoming, therefore, mass of a hegemonic discourse, absolutely controllable by a security system, sold only as something to benefit society.

Keywords: Subjectivity. Surveillance. Cameras. Insecurity. Urban space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sistema de vídeo vigilância analógico adaptado a rede IP.....	36
Figura 2: Sistema de vídeo vigilância com tecnologia IP.....	37

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O CONTROLE E A VIGILÂNCIA INSERIDOS NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA.....	17
1.1 A CIBERCULTURA.....	18
1.2 MÍDIAS LOCATIVAS: NOVAS TECNOLOGIAS, NOVAS FORMAS DE CONTROLE.....	24
1.3 CÂMERAS: DISPOSITIVOS PARA ALÉM DA TECNOLOGIA.....	32
2 POR UMA ARQUITETURA DE VIGILÂNCIA.....	42
2.1 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE.....	42
2.2 BIOPODER E DISPOSITIVOS DE CONTROLE.....	49
3 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE.....	59
3.1 O SUJEITO E SEUS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	60
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	71
5 ENTRE A TEORIA E O DISCURSO: HEGEMONIA EM TEMPOS DE BIOPODER.....	76
5.1 SEGURANÇA PÚBLICA: UM PROBLEMA/DEVER DO ESTADO E DA POLÍCIA.....	79
5.2 PARA SUA SEGURANÇA ESTA ÁREA É CONTROLADA POR CÂMERAS.....	86
5.3 QUEM NÃO DEVE NÃO TEMER.....	97
5.4 CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: POR UMA GARANTIA DOS FLUXOS E DESLOCAMENTOS.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICES	116
Apêndice I	117
Apêndice II	118
Apêndice III	119
Apêndice IV	120
ANEXO	121
Anexo I	122

INTRODUÇÃO

A vigilância difusa e invisível é a atual fase da cibercultura (LE MOS, 2009a). A sociedade contemporânea está rodeada por novas tecnologias comunicacionais e informacionais, experimentando um modelo social ancorado no controle e vigilância. Os atuais dispositivos¹ tecnológicos, em especial as câmeras de vigilância, caracterizam uma maior mobilidade e disseminação da informação/imagem, além de alterar os modos de produção de subjetividades e as relações entre o indivíduo e a cidade.

Os processos de vigilância são parte da realidade urbana, pois interagem com o espaço da cidade e com o indivíduo, tornando-se necessários e comuns ao cotidiano atual. As câmeras de vigilância são parte da estrutura de controle, compondo o cenário urbano no intuito de coibir a criminalidade e promover a segurança da sociedade.

De acordo com Fernanda Bruno (2009, p. 3):

Não são menos diversos os afetos e as significações subjetivas e sociais que a vigilância hoje mobiliza: se por um lado ela se justifica ou se exerce pelo medo e pela promessa de segurança e proteção, ela também se faz presente nos circuitos de diversão, prazer, sociabilidade [...] e conta, por fim, com um tríplice regime de legitimação: o da segurança, o da visibilidade midiática e o da eficiência na prestação de serviços, sobretudo no campo dos serviços das redes e tecnologias de comunicação, as quais cada vez mais incorporam aos seus critérios de eficiência e funcionalidade de mecanismos de monitoramento, arquivo e classificação de dados sobre seus usuários.

Em todo o território brasileiro, especialmente em metrópoles como Goiânia, o uso de câmeras de vigilância nos espaços públicos é cada vez mais expressivo², sendo que o principal discurso em torno da utilização dessas câmeras é o fato de que garantem a segurança do espaço ao qual estão inseridas. A própria mídia é quem noticia e dá

¹ Escolheu-se trabalhar com as câmeras de vigilância como dispositivo tecnológico, abrangendo o entendimento de “dispositivos da criminalidade”, que corresponde ao conjunto de dispositivos que atuam em nome da segurança social (RAUTER, 2011). Tais conceitos serão mais bem explicados nos capítulos desse trabalho.

² Informação concluída do artigo: LEMOS, A.; QUEIROZ, C.; SANTANA, E.; FAGUNDES, F.; BALEEIRO, G.. Câmeras de Vigilância e cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. *ALCEU* - v. 12 - n.23 - p. 143 a 153 - jul./dez. 2011.

credibilidade a esses novos processos de segurança e vigilância, ao veicular possíveis soluções obtidas em casos policiais por meio da utilização das informações/imagens capturadas pelas câmeras.

Essa problemática deve ser tomada dentro da percepção de uma “vigilância distribuída”, conceito trabalhado por Fernanda Bruno (2009)³ para definir o estado geral da vigilância na sociedade contemporânea. A partir disso, pode-se perceber a vigilância na diversidade dos dispositivos tecnológicos, permeando todo o ambiente social, com a função de vigiar a circulação de pessoas, ao mesmo tempo em que controla as informações e comunicações que se estabelecem no ato de vigiar.

A câmera surge, portanto, como um olhar vigilante sobre o que está diante dela, mas sua presença, mesmo que possa inibir a violência, de nenhuma forma garante um espaço mais seguro ou controle absoluto dos acontecimentos. Sua função já não se restringe às questões de segurança simplesmente, já que as imagens captadas não são apenas dos indivíduos tidos como suspeitos ou marginais, mas de toda e qualquer pessoa que se permita vigiar ou não se subjugue a esse olhar que invade diversas instâncias do cotidiano urbano.

Logo, perceber esses atuais dispositivos do olhar é ir além dos aspectos que tangem a segurança pública (LEMOS, 2009a), pois as câmeras de vigilância estabelecem uma relação com o indivíduo, em que este tem sua subjetividade em constante processo de transformação e em embate com forças constituídas nas relações sociais. A criminalidade e a própria violência presentes na realidade social das cidades contemporâneas são representantes dessas forças a serem enfrentadas. A violência aqui passa a ser entendida não apenas como um fato social, mas também como dispositivo capaz de produzir efeitos sobre o indivíduo.

Ademais, o indivíduo é sujeito em constante observação, o que pode implicar em uma possível violação da privacidade e intimidade. É perceptível também um sujeito que vive a incessante busca por segurança ou pela ilusão dela, já que acredita

³ Trata-se de “uma vigilância que tende a se tornar cada vez mais ubíqua e incorporada aos diversos dispositivos tecnológicos, serviços e ambientes que usamos ou frequentamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, sem hierarquias estáveis e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores: nas medidas de segurança e coordenação da circulação de pessoas, informações e bens, nas práticas de consumo e nas estratégias de marketing, nas formas e meios de comunicação, entretenimento e sociabilidade, na prestação de serviços etc.” (BRUNO, 2009, p. 2).

nos discursos de segurança existentes na relação população e instituição de segurança. Diante disso, questiona-se: como o indivíduo se constrói ou tem sua subjetividade construída, a partir da relação que se estabelece entre ele e o uso de câmeras de vigilância nos espaços urbanos contemporâneos? E de que forma o biopoder, enquanto poder regulador da vida em sociedade se configura nessa nova realidade?

Essa pesquisa trabalhou com a hipótese de que a carência por segurança e bem-estar por parte da população contribui para a mudança de comportamentos, produzindo nos indivíduos novos modos de viver, podendo inclusive gerar comportamentos de resistência à vigilância e controle exercido pelas câmeras.

Sendo assim, buscou-se perceber a vigilância sob uma nova leitura. Para Deleuze (1992), ao invés de corpos dóceis para a produção, na contemporaneidade, a vigilância e o controle se dão sobre os corpos para a constituição de sujeitos aptos ao consumo constante. Além disso, deve-se ter em mente que não são apenas os corpos que são vigiados, mas o conjunto total do sujeito, o que se pode chamar de vigilância de subjetividades, das percepções, dos desejos, etc. que são agora, também, objetos de controle.

Tendo em vista as questões levantadas acerca do uso de câmeras de vigilância na cidade e suas implicações na sociedade contemporânea, a presente pesquisa propôs-se a problematizar os espaços urbanos a partir da observação do contexto social-tecnológico contemporâneo, tendo como ponto de partida o indivíduo amarrado a cultura do medo e da insegurança. A abordagem se deu a partir da perspectiva de controle e vigilância social, adentrando ao processo de produção das subjetividades humanas.

O tema escolhido para a pesquisa, tendo como palco a sociedade contemporânea, consiste em um estudo relativamente novo, amparado pelos novos processos de informação e comunicação, proporcionados pelas novas tecnologias, temática trabalhada pela cibercultura, já que as mesmas têm o potencial de abrir novas possibilidades para a sociabilidade humana.

As novas tecnologias de informação e comunicação, bem como as mídias locativas, conceito que será tratado mais adiante, são responsáveis por uma nova formação cultural, onde o espaço urbano passa a ser utilizado em seus novos sentidos, redimensionando as práticas sociais e culturais. Essas tecnologias são desenvolvidas em diversos campos da atualidade, “como nas relações de trabalho, no campo da arte e do

lazer, na coordenação das relações familiares, nas formas de vigilância, nos setores governamentais, no marketing e na publicidade [...]” (LEMOS, 2009b, p. 33).

Por permitir a conexão e a interação entre usuários, caracterizando maior visibilidade, capacidade de produção, acumulação, armazenamento e multiplicação da informação, em uma era onde as barreiras entre espaço e tempo são significativamente reduzidas, as tecnologias de comunicação e informação têm cada vez mais o poder de adentrarem e serem aceitas no cotidiano da sociedade atual.

A partir deste ambiente tecnológico, o modo e a forma de produção das subjetividades são reconfiguradas pelos novos sentidos dados pelos processos comunicacionais, já que o indivíduo imerso nesse cenário tecnológico é um sujeito altamente modificado pelas novas forças estabelecidas, alterando as formas de pensar, compreender, agir e sentir (SANTAELLA, 2008b). Tais modificações se dão pelas interações tecnológicas que, ao estabelecer a interação, sugerem novas práticas sociais, novas relações, originando, assim, novas formas de saber e poder.

Foucault (1987) identifica as formas de saber e os dispositivos de poder, visíveis ou enunciáveis, como características próprias de uma sociedade disciplinar moderna. Tais características, na contemporaneidade tecnológica, permitem novas formas de visibilidade e controle. Por conseguinte, estas não incidem mais apenas sobre a materialidade do corpo em si, mas na subjetividade dos sujeitos, ou seja, sobre seus desejos, pensamentos, sentimentos, revelando diferentes arranjos entre poder, indivíduos e grupos sociais (LEAL, 2006).

Desse modo, a sociedade de controle, conforme discutida por Deleuze (1992), é mais uma forma de compreender os tipos de controle desenvolvidos na sociedade, sociedade essa composta por relações sociais ancoradas na necessidade do instantâneo, do rápido e do móvel. Sendo as subjetividades construídas no campo das forças sociais que envolvem o indivíduo (LEAL, 2006) essas “âncoras” podem ser vistas como propulsoras do vertiginoso desenvolvimento tecnológico e estimuladoras do sentimento de medo e insegurança que se dissipa em virtude da violência.

Conhecendo a importância das tecnologias no campo da produção de sujeitos e de novos discursos sobre estes, viu-se que era relevante refletir e desenvolver um estudo sobre o uso crescente de câmeras de vigilância no espaço social da cidade de Goiânia, como instrumento de segurança, prevenção, visibilidade, vigilância e controle. Considerou-se instigante o fato de as imagens capturadas e armazenadas por esse suporte comporem uma rede de dados que a qualquer momento poderão ser acessadas

ou visualizadas, seja no combate a criminalidade, seja para outros propósitos de controle do indivíduo.

São imagens capturadas em tempo real que, sem o suporte do olhar humano, são capazes de ver e prever as ações humanas em determinados lugares (VIRILIO, 2002). É a prova material do fato ocorrido, configurando uma sociedade de controle que se constrói a partir de dispositivos de vigilância e poder que, em sua forma, caracterizam e ressaltam a necessidade dos indivíduos de se tornarem sujeitos visíveis e em segurança.

Para tanto, propôs-se desenvolver uma pesquisa qualitativa e exploratória, apoiada na técnica de entrevista semiestruturada, cuja análise de dados foi ancorada nos pressupostos da análise do discurso (FOUCAULT, 2009; ORLANDI, 2005). Procurou-se, com isso, conhecer os modos como o sujeito se constitui diante de uma realidade de controle e vigilância a partir das câmeras de monitoramento.

A fim de discutir o problema de pesquisa, com base na metodologia aplicada, estabeleceu-se por objetivo geral analisar como se forma os processos de subjetivação na sociedade contemporânea, tendo como ponto de análise o acontecimento das câmeras de vigilância. Entre os objetivos específicos, procurou-se: identificar os pontos de instalação das câmeras de vigilância; investigar teórica e empiricamente o uso dessas câmeras, assim como a central de monitoramento, como projeto de segurança pública; entrevistar os grupos sociais envolvidos diretamente com a abordagem da pesquisa (transeuntes, comerciantes, instituição pública de segurança), e, por fim, analisar os discursos encontrados nas entrevistas a fim de problematizar o uso das câmeras de vigilância nas ruas de Goiânia.

Com base nos objetivos almejados, buscou-se para compor o estudo teórico e metodológico, acerca do controle do sujeito por meio das câmeras de vigilância, organizar esta dissertação da seguinte forma: no primeiro capítulo, controle e vigilância são abordados a partir dos estudos em cibercultura, com enfoque nas mídias locativas e nas câmeras de vigilância, enquanto dispositivos para além da segurança. O segundo capítulo abarca a vigilância dentro de uma arquitetura de poder, percorrendo historicamente as mudanças de uma sociedade a outra, de uma era disciplinar a era de controle, tendo como foco o biopoder e seus dispositivos de controle.

No capítulo três, foi feita uma abordagem sobre os processos de subjetivação e dessubjetivação para a construção do sujeito. No quarto capítulo, foram descritos os métodos e as técnicas de pesquisa escolhidos para a abordagem. E, por

último, o capítulo cinco, dedicado à discussão e análise discursiva dos dados obtidos, a partir das teorias estudadas nos capítulos anteriores.

Vale ressaltar, no entanto, que as câmeras de vigilância já fazem parte do cenário urbano contemporâneo em diversos países, mas no Brasil e, mais especificamente, em Goiânia, a presença das câmeras nas áreas públicas de livre circulação de pessoas é um fenômeno relativamente novo. Toda essa novidade nos modos e processos de vigilância problematiza a vida social em relação ao indivíduo e sua subjetividade. Porém, tais problemas não foram ainda plenamente compreendidos e são poucas as pesquisas que contemplam esse tema.

Nesse sentido, fez-se necessário um estudo que identificasse as implicações geradas pelas câmeras de vigilância, assim como seus desdobramentos em torno da visibilidade, da segurança pública, das inseguranças e dos medos vividos pelo indivíduo, e das relações e transformações incorporadas ao cotidiano da vida urbana. Devemos conhecer e aceitar fazer parte do atual contexto de cultura da insegurança presente no meio social, para podermos alcançar as transformações que lhe forem necessárias (ROSELLO, 2008 apud LEMOS, 2009a).

1 O CONTROLE E A VIGILÂNCIA INSERIDOS NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

Antes mesmo de adentrar ao meio informacional tecnológico em busca de perceber as mudanças e transformações atuais, é necessário entender os caminhos que originaram todo o estudo e conhecimento em torno das novas tecnologias de comunicação e informação. Isso implica compreender conceitos como virtual, técnica, tecnologia, ciberespaço e cibercultura para, assim, compreender os ambientes e seus dispositivos que compõem o cenário contemporâneo.

O estudo das mídias locativas, assim como das tecnologias que envolvem o mundo contemporâneo, é objeto de preocupação atual dos estudos em cibercultura. A nova realidade é composta por dispositivos tecnológicos, em que muitos deles são equipados com funções e capacidades de controle e vigilância. O controle social, por meio desses dispositivos, passa a ser percebido como uma problemática, uma inquietação a ser discutida a respeito da tecnologia, da cultura e do atual estado de vigilância.

Neste sentido, coube buscar nesta pesquisa, respostas que contemplem tal questão: a tecnologia seria uma força apta a formar e alterar as subjetividades humanas? Conduzir um estudo acerca dessa temática contribuirá para compreender o imaginário tecnológico em torno das mídias locativas, em especial as câmeras de vigilância, para assim entender as transformações e formações de subjetividades humanas a partir dessas relações.

Não há para onde fugir. Os atuais dispositivos estão cada vez mais presentes nas ruas e cidades e, por isso mesmo, fazem parte do cotidiano do homem urbano. Para Juremir Machado da Silva (2003, p. 9), o imaginário:

deve sempre ser entendido como algo mais amplo que um conjunto de imagens. O imaginário não é um [...] álbum de fotografias mentais, nem um museu da memória individual ou social. Tampouco se restringe ao exercício artístico da imaginação sobre o mundo. O imaginário é uma rede etérea e movediça de valores e sensações partilhadas.

Portanto, o imaginário do qual as câmeras são cenário não se restringe a captura de imagens em movimento de pessoas e objetos, mas envolve o conjunto de

sensações, impressões e sentimentos presentes no cotidiano do indivíduo submetido ao atual sistema de vigilância e segurança.

Este capítulo busca situar as câmeras de vigilância como parte do cenário urbano para mais adiante questionar como seu uso se consolida como fator gerador de transformações sociais, individuais e coletivas. Caracterizadas como dispositivos silenciosos e ubíquos⁴, as câmeras adentram a vida social humana como poder de controlar e vigiar, podendo ser categorizadas como um superpanóptico⁵ de vigilância, que consiste em coletar, transmitir e arquivar as imagens dos que andam pelas ruas da cidade. “Nesse inferno imaginário, as vidas humanas são transmutadas minuto a minuto em informação” (RUDIGER, 2007, p.151).

1.1 A CIBERCULTURA

É importante iniciar o atual estudo, resgatando os principais conceitos envolvidos. Como ponto de partida, tem-se o conceito de virtual que, dentro do senso comum, é com frequência entendido como algo oposto ao real, ou seja, que foge à existência, sendo a ausência de realidade. Para Pierre Levy (1996), esse entendimento é incompleto e equivocado. O virtual, na visão do autor, não se opõe ao real, ao contrário disso, o virtual se opõe ao atual. Virtualidade e atualidade são duas maneiras de ser diferentes, pois o virtual é aquilo que existe em potência, como uma forte tendência que acompanha algo ou um objeto dentro de um processo de resolução, como algo ainda por fazer ou acontecer.

Pierre Levy (1996) exemplifica o virtual tomando como exemplo a semente de uma árvore. A semente em si ainda não é uma árvore, mas existe como potência para ser. Isso reforça a ideia de que o virtual não é algo que foge a existência, na verdade acontece de não pertencer ao momento atual, sendo então da ordem do “terás”, ao invés de pertencer à ordem do “tenho”.

⁴ Ubíquo: corresponde ao que está difundido em todo o lado. Tem característica geral e universal. No contexto utilizado, de dispositivos silenciosos e ubíquos, corresponde ao entendimento de que os atuais dispositivos, inclusive as câmeras de vigilância, têm se tornado objeto de utilização universal no uso de medidas de segurança.

⁵ “O panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas” (BENTHAM, 2000, p. 77). Para tanto, esse conceito será mais bem discutido nos próximos capítulos.

Trata-se, então, de perceber o virtual como uma “entidade” que carrega a essencialidade e virtualidade de um ser, “sua problemática, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, as questões que o movem, são uma parte essencial de sua determinação” (LEVY, 1996, p. 16). Entende-se, nessa sequência argumentativa, que o virtual é o possível ainda não atual, enquanto que a realidade se compreende dentro do possível atual. Nas palavras de Levy (1996, p. 17), “o real assemelha-se ao possível, o atual em nada se assemelha ao virtual”.

Logo, a virtualização pode ser entendida indo além do virtual (estado do ser) acontecendo dentro de uma dinâmica de processos, em que algo está por ser realizado, ou seja, um estado de pré-definição em processo de criação da realidade. Além disso, os processos de virtualização são capazes de alterar a vida humana em seus espaços e noções de tempo.

Para Pierre Levy (1996, p. 23), “a invenção de novas velocidades é o primeiro grau da virtualização”. Sendo que, no estado de virtualidade, não há uma unidade de lugar dentro de um tempo estabelecido, o que revela a desterritorialização dos espaços pré-definidos. A não definição de lugar envolve a mudança na velocidade da informação. Já não há lugar e tempo definidos, pois, com a virtualização, a vida social humana e suas relações/interações podem acontecer a qualquer tempo e distância em velocidade instantânea.

No processo de virtualização, não só os ambientes e tempos se virtualizam, mas o próprio corpo (LEVY, 1996). A contemporaneidade experimenta a virtualização como uma “autocriação” capaz de sustentar a espécie humana. Nesse sentido, o corpo é matéria virtual por meio de seus processos comunicativos, onde cada órgão corresponde ao compartilhamento e à utilização de tecnologias que mediam o virtual. Para Pierre Levy:

os sistemas ditos de realidade virtual nos permitem experimentar, além disso, uma integração dinâmica de diferentes modalidades perceptivas. Podemos quase reviver a experiência sensorial completa de outra pessoa [...] uma quase presença que transmite mais que imagens (2010, p. 14).

A tecnologia e sua virtualidade integram a relação do ser humano com seu espaço particular e com o espaço público, uma relação de troca em que um passa ao outro em questão de instantes. Isso porque o mesmo indivíduo que ocupa um espaço público, ao ser filmado, tem sua imagem gravada e “permite” que seu espaço particular,

por meio de sua imagem, ocupe ao mesmo tempo o espaço público coletivo e o espaço privado de outro alguém. É válido ressaltar que a virtualidade pode ser entendida como aquilo que permite o compartilhamento da realidade. Não há nada de irreal, o virtual é a existência no mundo comum que ainda comporá o atual. Juntamente com o virtual, surgem as tecnologias e técnicas de utilização que configuram uma nova versão para o cotidiano humano e, conseqüentemente, para uma nova cultura.

Em torno do conceito de tecnologia, Rudiger (2007, p. 17) propõe duas vertentes opostas: de um lado, a corrente Fáustica ou tecnófoba, onde a ‘tecnologia’ é vista “como uma armadilha montada para si mesma pela humanidade progressista”, e, de outro lado, os Prometeicos ou tecnófilos, que defendem a capacidade de emancipação e de beneficência da técnica moderna. Para estes, “a tecnologia merece ser vista como um fator de progresso da humanidade” ou como salvação da sociedade. Sendo assim:

A consciência do homem moderno se caracteriza pela tensão entre uma tendência ao pessimismo cultural, de um lado, e, por outro, uma tendência ao otimismo societário, cujo eixo ou ponto de apoio é o desenvolvimento tecnológico próprio a nossa civilização (RUDIGER, 2007, p. 14).

Isso quer dizer que o uso da tecnologia e da técnica na vida humana pode ser percebido em dois vetores; o primeiro é de que o uso da tecnologia complete tudo aquilo que falta à sociedade. Seria o lado positivo: a descomplicação do cotidiano humano. Enquanto que, no segundo vetor, a técnica é como algo maléfico à vida humana, que aprisiona e tira a autonomia, a liberdade e a felicidade do indivíduo, conforme debatido por Marcuse (1964 apud, RUDIGER, 2007), obtendo, dessa forma, resistências a esse estilo de vida.

Essa visão, ora pessimista, ora otimista, constitui uma herança da antiguidade, quando a técnica levava a esse entendimento dicotômico. A ideia de que “a tecnologia é apenas um meio, não sendo em si mesma boa ou má” (RUDIGER, 2007, p. 15) não se sustenta, uma vez que suas escolhas são ideológicas e a sua produção se dá em um contexto social específico. As novas invenções e aparatos tecnológicos surpreendem a vida humana, refazem o cotidiano, criam novos hábitos e, conseqüentemente, alteram a cultura de uma sociedade.

Para Rudiger (2007, p. 30), “as tecnologias não podem modificar o indivíduo, elas são em todo seu processo criativo capazes de facilitar determinadas

atividades, mas não de mexer diretamente com a subjetividade individual”. Essa afirmação parece um tanto contraditória, pois o uso das tecnologias pode de toda forma produzir efeitos na sociedade, como também moldar a natureza humana. Para Lemos (2002), as novas tecnologias se mostram cada vez mais próximas do indivíduo, em uma “relação intrínseca entre os espaços físicos da cidade e o espaço virtual das redes telemáticas” (LEMOS, 2005, p. 40-41).

Assim fica perceptível a formação de um indivíduo, na sua livre expressão da subjetividade, por meio das tecnologias. “A cibercultura é um exemplo forte dessa vida social que se quer presente e que tenta romper e destruir o deserto racional, objetivo e frio da técnica moderna” (LEMOS, 2002, p. 285).

Rudiger (2007), ao retomar os conceitos de tecnologia apresentados por Timm, Emmanuel Mesthene e Goffi⁶, considera que não se pode definir a tecnologia como uma ferramenta arbitrária. Por sua vez, concorda com Deleuze e Guattari, que pensam a tecnologia fora de uma concepção antropológica Mcluhiana⁷, entendendo o homem e a tecnologia como peças de uma máquina, atuantes sobre “o corpo pleno de uma sociedade” (DELEUZE; GUATTARI, 1976, p. 505 apud RUDIGER, 2007, p. 52).

Compreender a questão virtual, assim como as tecnologias, é o início de um longo caminho a ser explorado nos meandros da cibercultura. Com a evolução dos meios de comunicação, a sociedade moderna começou a pensar o mundo nos termos da era da informação e o pensamento tecnológico se converteu em algo que vai além de uma abordagem científica. O novo pensamento transforma o conceito de informação, contido nos novos meios de comunicação, que atendem, segundo Castells (2003), a demanda por livre expressão interativa e pela criação autônoma da sociedade contemporânea, mudando a forma de se fazer comunicação, quebrando paradigmas comuns ao pensamento dos meios de comunicação tradicionais.

⁶ Conceituando a tecnologia, Timm (1971, p. 77 apud RUDIGER, 2007, p. 36) afirma que o termo é como uma “ciência fabril que ensina os fundamentos e meios pelos quais os elementos naturais podem se tornar aptos a satisfazer as necessidades humanas”. Para Emmanuel Mesthene (1968 apud RUDIGER, 2007, p. 36), “tecnologia seria ‘a totalidade dos instrumentos que os homens fabricam e empregam para fabricar e, por meio deles, fazer as coisas [funcionarem]’”. Enquanto que para Goffi: “A época das luzes, a tecnologia passa a ser definida (...) como ‘uma forma especial da técnica (uma técnica científica)’ e como um saber ‘que toma por objeto a técnica (trata-se de uma ciência da técnica)’ (1996, p. 25, apud RUDIGER, 2007, p. 37)”.

⁷ Mcluhan percebia as tecnologias como extensões do corpo humano. Ver em MARSHALL, McLuhan. **Os meios de comunicação como extensão do homem**. São Paulo: Cultrix, 2007.

A Internet e sua democratização apresentam potenciais para adentrar e transformar os domínios da vida social. O que se faz pensar em uma nova sociedade em formação, a sociedade em rede, que produz diferentes efeitos sobre a sociedade como um todo. Os efeitos produzidos giram em torno do indivíduo, e são capazes de modificar as práticas sociais e ainda nutrir novas formas de viver e agir na sociedade contemporânea.

O ponto central da discussão em relação aos novos paradigmas sociais é o uso de tecnologias informacionais e comunicacionais que viabiliza tanto a mobilidade, quanto a vigilância social. Mas antes disso, é importante que o conceito de cibercultura que se valeu aqui seja delimitado e compreendido. O termo cibercultura permite uma maior compreensão da forma sociocultural regida pela relação entre sociedade, cultura e novas tecnologias. É a partir da sinergia que se estabelece na emergência de novas formas sociais e das novas tecnologias digitais que se cria a cibercultura (LEMOS, 2007a).

A cibercultura não é um exercício futurístico e não está fora do alcance contemporâneo, ao contrário disso, é um fato do presente, uma consequência direta da evolução da técnica moderna. Porém, não se deve pensar a cibercultura unicamente pela sua dimensão técnica, “seria um reducionismo”, pois muitos são os desdobramentos sociais estabelecidos na relação entre técnica e sociedade (LEMOS, 2007a).

Para Lemos (2002, p.18), “a tese de fundo é que a cibercultura resulta da convergência entre a socialidade⁸ contemporânea e as novas tecnologias”. E se na contemporaneidade, há uma grande exploração da tecnologia é porque, na modernidade, sonhou-se o “sonho tecnológico”. Os novos modos de vida daí formados permitem novas possibilidades do desenvolvimento tecnológico e das redes de comunicação, o que gera, de certa forma, os tantos desdobramentos e movimentos sociais na contemporaneidade.

De acordo com Lemos (2002, p. 18):

[...] a cibercultura nasce nos anos 50 com a informática e a cibernética⁹, começa a se tornar popular na década de 70 com o

⁸ De acordo com Michel Maffesoli (1998), a socialidade se constitui na “multiplicidade de situações, de experiências, de ações lógicas e não-lógicas”, das novas relações identificadas na pós-modernidade (1998, p. 10).

⁹ Cibernética é uma ciência da organização que enfatiza a dinâmica da natureza e dos modelos de organização e auto-organização dos sistemas. Tem por objetivo comparar mecanismos de controle automático e de regulação entre os fluxos de informação, sem os quais os sistemas aceleram seus níveis entrópicos até se desorganizarem por completo (WIENER, 1998 apud SILVEIRA, 2009).

surgimento do microcomputador e se estabelece completamente nos anos 80 e 90: em 80 com a informática de massa e em 90 com as redes telemáticas, principalmente com o *boom* da Internet.

Nessa perspectiva, será realizada a análise da vida social contemporânea sob o viés do “movimento caótico e sempre inacabado entre as formas técnicas e os conteúdos da vida social” (LEMOS, 2002, p. 19). O autor continua afirmando que se faz necessário entender a técnica dentro de um contexto cultural, pois as complexidades que a envolvem no tempo atual transcendem o imaginário tecnológico da modernidade, para dar espaço a formas, conteúdos e subjetividades, dirigindo o olhar ao mundo da vida, enquanto espaço habitante da relação entre técnica e cultura.

A cibercultura ocupa, dessa forma, um ambiente social e cultural cada vez mais amplo e com características de onipresença: “as novas tecnologias parecem caminhar para uma forma de onipresença, misturando-se de maneira radical e quase imperceptível ao nosso ambiente cultural por meio do devir micro (tornar-se invisível) e do devir estético (tornar-se belo)” (LEMOS, 2002, p. 19).

A cibercultura faz parte de muitas das atividades humanas contemporâneas, numa sociedade que faz do uso da técnica e da tecnologia parte do convívio e do cotidiano. O termo *ciber* está em ‘tudo’ e em ‘todos’ os lugares. Dentre as complexidades e versatilidades da cibercultura, pode-se perceber a capacidade da própria tecnologia de governar ou controlar a vida social. E mesmo que isso não seja uma característica primordial, as tecnologias revelam questões políticas relevantes para a era da informação.

As questões políticas da era da informação estão afetando tanto incluídos como excluídos do mundo digital. Diversas formas de controle estão hoje em voga de forma a nos vigiar de maneira quase imperceptível, instaurando um verdadeiro *panopticom* eletrônico. Câmeras de vídeo-vigilância, spams, monitoração de acesso a sites, invasão de privacidade, bancos de dados com informações personalizadas, violação de direito de autor, entre outras, tudo isso não é o quadro de um filme de ficção científica, mas o estado atual da cibercultura no cotidiano [...]. O que está em jogo é a crescente transformação na relação entre o espaço público e o espaço privado (LEMOS, 2003, s.p.).

Toda essa questão política que envolve a tecnologia está diretamente ligada aos espaços da cidade, exigindo uma análise minuciosa das novas formas e técnicas

exploradas pela tecnologia para dar fluxo às relações sociais e culturais. No fluxo das novas tecnologias e suas complexidades, estão as mídias da mobilidade, denominadas mídias locativas. Elas abrangem as questões políticas levantadas por André Lemos em suas obras, como a vigilância por meio das câmeras, temática dessa pesquisa.

Arriscar-se-ia aqui um novo termo, o cibervigilância, que serviria para designar as tecnologias de vigilância, em especial as câmeras, como parte da cibercultura e da sociedade contemporânea, revelando apenas um dos tantos desdobramentos existentes no campo da cibercultura. A cibervigilância tem as mídias locativas como base tecnológica de sustentação.

1.2 MÍDIAS LOCATIVAS: NOVAS TECNOLOGIAS, NOVAS FORMAS DE CONTROLE

As mídias locativas, que estão na base da cibervigilância, podem ser conceituadas como:

Um conjunto de processos e tecnologias [que] se caracteriza por emissão de informação digital a partir de lugares/objetos. Esta informação é processada por artefatos sem fio (...). As mídias locativas são utilizadas para agregar conteúdo digital a uma localidade (...) dessa forma, os lugares e objetos passam a dialogar com dispositivos informacionais, enviando, coletando e processando dados a partir de uma relação estreita entre informação digital, localização e artefatos digitais móveis (SANTAELLA, 2008a, p. 132).

O termo mídias locativas (*locative media*) foi cunhado por Karlis Kalnins em 2003 (apud LEMOS, 2009a), a partir de estudos sobre as tecnologias da informação. Em sua abordagem, visualizam-se dispositivos sem fio capazes de monitorar qualquer lugar a qualquer tempo, proporcionando interação e transferência de dados on-line por meio de sinais posicionados e microprocessadores em rede, transformando assim as relações humanas. Como exemplos desses dispositivos, tem-se o GPS, os telefones celulares, o Bluetooth, a rede *Wi-fi*, os computadores portáteis, a RFID (Radio Frequency Identification) e as câmeras com usos e possibilidades, que favorecem a localização e o posicionamento geográfico.

Muitas destas tecnologias de localização tiveram origem em estratégias militares e evoluíram, aprimorando a sua capacidade de localização, mapeamento,

monitoramento e vigilância. Mas, o uso das mídias locativas, de maneira geral, não se restringe às técnicas de identificação e localização, pois tem sido também utilizado no campo dos games, dos serviços, das anotações espaciais, da arte e até na performance em rede (LE MOS, prelo 2007b)¹⁰.

Quanto às funções das mídias locativas, tendo por base a classificação dada por André Lemos (no prelo, 2007b), têm-se: a realidade aumentada móvel, o mapeamento e monitoramento, o *geotags*, a anotação urbana e os games wireless.

O autor segue explicando que, na realidade aumentada móvel, as informações sobre determinado lugar podem ser visualizadas por meio de um dispositivo móvel, caracterizando, dessa forma, o “aumento” da informação. É um tipo de hiperlinkagem, chamado *Mobile Augmented Reality Applications* (aplicativos). Como exemplo, pode-se imaginar um aparelho celular que identifica, encontra restaurantes ou amigos e que, por meio de links sobre os lugares apontados, estabelece algum tipo de interação. Dessa forma, amplia-se a realidade informacional ao mesclar os espaços físicos com dados eletrônicos.

Uma segunda função das mídias locativas se dá nas formas de mapeamento e monitoramento do movimento no espaço urbano por meio de dispositivos móveis. Um bom exemplo são os celulares capazes de mapear os percursos de seus usuários, localizá-los, e ainda de encontrar o próprio aparelho em caso de furto, por meio de um dispositivo de localização. Além disso, há as câmeras de vigilância, dispositivos que permitem o monitoramento do espaço urbano onde estão localizadas.

Os *Geotags* são mídias locativas acessadas por dispositivos móveis, que tem como objetivo agregar informações digitais a mapas. Como exemplo, tem-se o dispositivo do *Google Maps* e ainda do *Google Earth*, que permite a localização de lugares e informações por meio de mapas e imagens em tempo real.

Para Lemos (no prelo 2007b), as mídias locativas permitem também anotações eletrônicas por meio de celulares, *palms*, etiquetas RFID¹¹ ou redes *Bluetooth* para indexar mensagens a lugares, são as chamadas anotações urbanas. Essas funcionam da mesma forma que anotações físicas, ou seja, cartazes, bilhetes, grafites que são

¹⁰ Fonte: LEMOS, André. Mídias locativas e territórios informacionais, In: ARANTES, Priscila e SANTAELLA, Lucia. *Estéticas Tecnológicas*. Novos modos de sentir. Ed. PUC/SP, Prelo, 2007b. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2011.

¹¹ Etiquetas de rádio frequência.

comuns às grandes cidades. Porém, com as mídias locativas, a indexação de mensagens (SMS, vídeo, foto) é feita por meios eletrônicos, como exemplo telefones celulares. Por fim, tem-se os *games wireless* que são jogos realizados no espaço urbano, que agregam várias características das mídias locativas, como posicionamento, mobilidade, monitoramento e anotações.

Entretanto, outros projetos em mídias locativas têm despertado atenção: são os que acontecem no território da arte, ou seja, intervenções artísticas, propostas estéticas, que basicamente se concentram na interação pessoal e social com os lugares. Lucia Santaella (2008a) afirma que essas são práticas espacializadoras e socializadoras, pois valorizam o contexto nas quais estão inseridas. Além disso, a autora afirma que o compartilhamento, as notas, a marcação, a demarcação, as pistas, as opiniões, a colaboração, a busca e a conexão são palavras-chave desses projetos que envolvem a estética das mídias locativas.

Cabe aqui ressaltar as funções de monitoramento e mapeamento do espaço urbano, tendo sempre como referência as câmeras de vigilância. Pensando nas funções locativas, é possível perceber que o cotidiano das pessoas, seus espaços e objetos tem se tornado máquinas comunicacionais na troca de informações e nos processos de identificação de pessoas, objetos e movimentos. Mas, como as mídias locativas interferem no espaço urbano e, conseqüentemente, na vida dos indivíduos? Dentre suas funções, é relevante a essa pesquisa o envolvimento entre indivíduos, tecnologias e mobilidade com as questões ligadas à vigilância e ao controle social.

Para Lemos (Prelo, 2007b, s.p), dos processos de identificação:

emergem questões não apenas comunicacionais ou urbanísticas, mas políticas, ligadas a novas formas de monitoramento, vigilância e controle do espaço urbano e da mobilidade social já que tudo/todos terá(ão) um *tag*, um indexador eletrônico transformando os espaços das cidades em nuvens de dados.

A vigilância atual procura prever e prever, a partir dos cruzamentos de dados, indivíduos e seus atos potenciais, seja para contê-los, seja para incitá-los. Os processos de controle e vigilância modernos vão além da simples identificação de sujeitos por números binários. Tais processos consistem em técnicas de observação e exames, que revelam a verdade em profundidade sobre o desempenho no fluxo de informação e comunicação de indivíduos em cenários virtuais que orientem e intervenham no campo de ações, escolhas e cuidados dos indivíduos (BRUNO, 2006).

Todas essas funções levam a territórios cada vez mais controlados pelo movimento dessas tecnologias no espaço das cidades. A privacidade e a intimidade são dimensões da vida invadidas pela vigilância e pelo controle. Escolhe-se o fim da privacidade em troca de uma, possivelmente, falsa sensação de segurança no dia a dia.

No âmbito da cibercultura, nota-se então a preocupação com as novas tecnologias que têm seus usos direcionados à vigilância e controle social. A evolução dos meios tecnológicos, inclusive os meios de comunicação de massa, a mobilidade e seus usos apresentam, na verdade, uma variação avançada da cibercultura aliada às novas tecnologias de dispositivos móveis.

Segundo Donna Haraway, a tecnologia contemporânea se presta às empresas de controle e exploração conduzidas pelos sistemas de poder vigentes, mas também pode nos ajudar a transformar em sentido libertário nossas experiências com nossa cultura, nosso trabalho, nosso modo de vida, nossas relações sociais e nossas identidades individuais. O predomínio do que chama de informática de dominação não exclui a possibilidade de emprego das novas tecnologias com o objetivo de mudar as regras do jogo, fazer emergir novos prazeres, atuações sociais e relações de poder (RUDIGER, 2007, p. 75).

Pode-se dizer que o desenvolvimento da tecnologia e da técnica é também uma relação de poder, no sentido de representar um ‘poderio humano coletivo’, em que se faz necessário o uso dessa tecnologia, de forma que reflita positivamente na sociedade. Foucault, sobre as relações de poder, afirma:

Se o poder (...) apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo (...) e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas (...). É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico (...). Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2007:1987, p. 148-149: 161).

Nesse sentido, os atuais dispositivos de vigilância, como o uso de câmeras, podem ser pensados como alternativas de segurança e controle social estabelecidas na sociedade contemporânea. Essas alternativas seriam benéficas ou maléficas? As câmeras e a própria vigilância são tecnologias que não podem ser vistas como

totalmente boas ou más. Na verdade, seus usos têm desdobramentos na vida humana, pois as tecnologias devem ser compreendidas como parte do contexto social e cultural, ou seja, sendo elemento do cotidiano dos indivíduos e dos seus modos de vida.

Sobre essa questão: “Vamos levar ainda algum tempo para compreender a fundo o impacto em nossos sentidos e em nosso pensamento dessa nova paisagem cultural, cuja relação primeira se dá entre nós e a ubiquidade da tela” (BROOKS, 1987 apud MACHADO, 2001, p. 220). Para Rudiger (2007), as tecnologias da informação são parte de um contexto histórico social, no qual se articula seus usos e a própria vida. Por não ter uma função predeterminada, há para as pessoas a faculdade de reinventar os usos e sentidos destes dispositivos tecnológicos. É bem verdade que a contemporaneidade está vivenciando uma nova ordem da cultura, uma cultura tecnológica, onde a adesão de aparatos e mercadorias tecnológicas se tornou mania, um ‘fetichismo’ do consumo.

Então, surge uma nova prática de usos da mobilidade e de seus dispositivos disponíveis, apresentando-nos novas noções de espaço e lugar, presença e localização, acesso e interação, reconstituindo social e culturalmente os modos como nos relacionamos com os lugares específicos e com as pessoas. Câmeras de vigilância, por exemplo, permitem que determinado espaço público ou privado seja monitorado, vigiado com ou sem conhecimento de muitos dos transeuntes que passam por ele.

Celulares *smarthphones* com tecnologia e processadores superiores, permitem localizar lugares, pessoas, mas também permitem que a empresa fabricante desses aparelhos saiba que local é visitado e com quem se conversa. E se o *Google* e o *Facebook* são acionados, mais informações pessoais são facilmente monitoradas na rede. Todos os dados, pesquisas e contatos, são informações que chegam ao alcance de poderosos das tecnologias e da Internet.

Nada soa inocente no meio virtual, o compartilhamento e a divisão de informações e imagens revelam os interesses individuais, fornecendo um mapa das relações sociais. E quando essas empresas são questionadas, afirmam que a informação é anonimizada¹². São os sinais que percorrem a rede, processados apenas por computadores, que contêm programas de análises capazes de reunir os dados e fornecer a propaganda ou o produto certo para aquele usuário.

¹² Fonte: < <http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2011/04/25/escolhemos-fim-da-privacidade-924320150.asp#ixzz1KdzPfqeA> >.

Mesmo que as informações sejam manipuladas apenas por máquinas, como afirmam os detentores dessas informações, há a iminência de perigo. O controle se exerce pelas mãos humanas que manipulam a tecnologia. Máquinas são apenas máquinas, mas somadas à ação humana, elas são capazes de influenciar e modificar os modos de vida. O formato da vigilância é invisível, pois por meio de um banco de dados, por exemplo, é possível localizar e cruzar informações com o intuito de monitorar perfis de consumo e ainda os movimentos feitos dentro do espaço urbano.

Embora o uso das tecnologias revele a quebra da privacidade e do anonimato, é permitido aproveitar desse potencial tecnológico negociando seus usos; pois, pode ser interessante abrir mão de um pouco de privacidade para receber informações de seu próprio interesse ou ainda utilizar desse desenvolvimento para produzir conteúdos e indexações próprias (LEMOS, 2009a).

André Lemos (2009a) discute a vigilância a partir de conceitos de bolhas digitais, paredes virtuais e sujeito inseguro, que comprovam a existência desses territórios informacionais, levantando questões ligadas às novas formas de vigilância, difusa e invisível. Questões essas que revelam ameaças à privacidade e ao anonimato.

A título de esclarecimento, Lemos (2009a, p. 623) apresenta definições para os termos vigilância, privacidade e anonimato. A vigilância é entendida como ações que provocam o controle e monitoramento; a privacidade pode ser conceituada “como o controle, posse e uso de informações pessoais, bem como o uso que se faz posteriormente delas”. Já “o anonimato implica na ausência de informação sobre um indivíduo e também ao controle sobre a coleta de informações pessoais”.

A privacidade e o anonimato caminham lado a lado no que diz respeito à informação. Diante dessas ameaças representadas pela vigilância e controle, novos territórios informacionais se fazem necessários para que se alcance a proteção da privacidade. Nesse sentido, Lemos (2009a) sugere a criação de um novo ambiente capaz de driblar a vigilância e o controle exercidos, denominando-o de ‘territórios informacionais’. Entende-se por territórios informacionais, o encontro do espaço físico com o eletrônico, criando zonas de controle informacional, condicionando, assim, novas funções para o espaço urbano (LEMOS, 2009a).

Seguindo essa zona de controle, monitoramento e vigilância, pode-se perceber os impactos gerados pelas mídias locativas no indivíduo e na sociedade como um todo. Surge aqui a ideia de “sujeito inseguro”, de “território digital ou bolha” e de “muro ou parede virtual”. Tais conceitos surgem de uma ideia maior de “cultura da

insegurança” discutida por Rosello (2008 apud LEMOS, 2009a)¹³. Suas discussões se baseiam nas relações estabelecidas entre sujeito, espaço público e cultura, onde se discute o medo coletivo. As bolhas e paredes digitais (LEMOS, 2009a) são, de certa forma, uma maneira de controle por parte do usuário quanto ao uso de suas informações. Funcionam como bordas de controle em que é possível negociar por meio de ferramentas do próprio sistema, o que pode ou não pode ser usado e publicado. A criação de bolhas digitais é uma possibilidade para se driblar a invasão de privacidade e garantir o anonimato em relação às informações geradas. As bolhas digitais permitiriam aos indivíduos consentir ou não o uso de seus dados pessoais.

As paredes virtuais (LEMOS, 2009a), semelhante às bolhas, também são formas de proteger o usuário. Basicamente, essas paredes permitem que o usuário controle os caminhos percorridos por seus dados e informações, ou seja, há por parte do usuário a possibilidade de gerenciar aquilo que lhe é confidencial e privado. A princípio tanto as bolhas, quanto as paredes virtuais são sistemas ainda em testes por usuários de softwares sociais, mas é possível perceber a facilidade e eficácia de seu uso.

Dada a preocupação em buscar modos de proteção ao usuário da tecnologia, percebeu-se que as mídias locativas estão inseridas em um contexto de medo e insegurança coletivos. É crescente o número de indivíduos que optam em se tornar sujeitos indexáveis, ou seja, realizando ações onde tudo pode ser indexado, localizado, etiquetado para que seja reconhecido em determinado espaço e tempo em nome de uma pretensa segurança. Câmeras de vigilância, telefones celulares, *GPS* em carros, *geotags* em vídeos e fotos, e até mesmo os cartões de crédito e débito explicitam essa cultura da insegurança.

Assim, o processo de vigilância logo se mistura ao cotidiano das pessoas e ao fluxo de informações que são trocadas diariamente por esses dispositivos. Em uma vigilância que não se restringe apenas ao olhar disciplinador (FOUCAULT, 1987), mas uma vigilância com sistemas munidos de capacidade para coletar, registrar, classificar e arquivar os dados e as imagens deixados pelos cliques feitos no ciberespaço, podendo

¹³ As ideias e os conceitos aqui utilizados foram discutidos pela autora Mireille Rosello no Colóquio “linguistique et rencontres barbares” do Cérium na Université de Montréal, em 2008. O vídeo está disponível na Web, porém, o mesmo se encontra com áudio em francês, sem legendas, tornando-se difícil o acesso a seu conteúdo. Por isso, optou-se por abordar seus estudos, de extrema relevância, a partir do artigo de André Lemos (2009a). O vídeo está disponível em: < <http://www.cerium.ca/Insecurite-linguistique-et> >. Acesso em: jun/2011.

ser utilizados para prever possíveis desejos e interesses daquele indivíduo identificado por números ou mesmo do grupo que ele representa no espaço virtual (BRUNO, 2006).

A vigilância se confunde com a própria paisagem do ciberespaço. O controle já não aparece prioritariamente em sua forma disciplinar, mas na forma do biopoder¹⁴, em que as ações de vigilância e controle surgem a serviço do bem-estar da população. Além disso, os dispositivos de vigilância são também dispositivos de visibilidade modernos, que se fundam em processos de observação e correção aplicados a ambientes interiores e exteriores. E são as câmeras de vigilância que são, esses modernos dispositivos de poder, capazes de fundar subjetividades por meio do olhar que tudo vê, que vigia, pode punir e controlar não só o indivíduo, mas toda a população.

Isso é o que se pode denominar de vigilância de subjetividades, ou seja, o olhar constante e investigador sobre as diversas ações do indivíduo. As novas tecnologias da mobilidade não só podem controlar a vida social do sujeito, como podem também controlar sua forma de ver o mundo, de pensar, sentir e agir. Mais que uma possível extensão, elas representam o aumento na capacidade e potencialização dos sentidos humanos.

Portanto, as tecnologias da informação e suas funções “atualizam os modelos de imaginação utópica que prometem não apenas a absolvição e a transcendência, mas também um controle social racional sobre o espaço, a informação e a identidade”, realçando “o projeto há muito encetado de alterar, via o uso da tecnologia, a subjetividade e o sentido do que é ser humano” (HILLIS, 1999, p. xvii apud RUDIGER, 2007, p.168-169).

As câmeras de vigilância inseridas na sociedade vão além da informação e narração do cotidiano, elas visam o controle dos indivíduos ao mesmo tempo em que propõe segurança. Tal percepção permite entender as câmeras como dispositivos que não se inserem apenas ao âmbito tecnológico, mas ao contexto social-urbano com o qual se relaciona. Assim, a criminalidade, os meios de comunicação e a segurança pública, juntamente com as câmeras de vigilância, formam o conjunto de dispositivos de poder presentes na sociedade contemporânea.

¹⁴ O conceito de Biopoder será trabalhado dentro da perspectiva de Michel Foucault e será mais bem abordado mais adiante.

1.3 CÂMERAS: DISPOSITIVOS PARA ALÉM DA TECNOLOGIA

As câmeras de vigilância compõem o objeto de pesquisa do presente trabalho, sendo percebidas como dispositivos que compõem o cenário social urbano e o imaginário social tecnológico, visando à promoção da segurança coletiva e individual.

Foucault (2007) entende os dispositivos dentro de relações de poder, admitindo que todo dispositivo tem uma função estratégica dominante, cuja ação é responder a uma urgência. Logo,

o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de forças, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (FOUCAULT, *Dits et écrits*, v. III apud AGAMBEN, 2009, p. 28).

Desse modo, o dispositivo trata-se de um conjunto heterogêneo, que envolve de forma virtual qualquer coisa, lingüística e não lingüística: discursos, instituições, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas. Além disso, o dispositivo tece a rede de relações estabelecidas entre o dito e o não-dito, o visível e o enunciável, ou seja, relações entre a realidade contemporânea e os discursos que a envolvem (PELLEJERO, 2008).

Em Agamben (2009, p. 13), também é encontrado o conceito de dispositivo, que abrange “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. E é nesse sentido que se entendeu as câmeras de vigilância como dispositivos e, dispositivos de segurança, não apenas por sua característica enquanto aparato ou artefato tecnológico, mas enquanto parte de toda uma estrutura de controle.

Foucault (2008), sobre os dispositivos de segurança, afirma que enquanto na sociedade de soberania o poder se exercia sobre um território, na sociedade disciplinar, o poder, exercido por meio das instituições, se dirige aos espaços disciplinares. Já na sociedade da segurança, trata-se de exercer o poder não como uma forma de determinar

a localizações, mas de possibilitar, garantir e assegurar circulações: circulação de pessoas, circulação de mercadorias etc. Na sociedade da segurança, seus dispositivos têm a função de controlar a população como um todo, em suas diversas modalidades.

Além disso, os dispositivos de segurança podem ser entendidos além de sua relação com o espaço e o meio social, e dentro de uma relação do governo com o acontecimento e características próprias da “Arte de governar”. Mecanismos e dispositivos de segurança são de todo modo, parte de um conjunto de estratégias de governo que servem de controle da população (FOUCAULT, 2008). Não apenas as câmeras, mas os meios de comunicação e a indústria da segurança que se forma no atual contexto da vigilância podem ser caracterizados como dispositivos. Isso porque tais elementos são igualmente capazes de exercer algum tipo de controle sobre a população.

De encontro a essa perspectiva, Rauter (2011) dispõe de uma nova leitura sobre os dispositivos, precisamente em relação aos dispositivos de segurança. A autora denomina “um conjunto de dispositivos[,] (instituições ou aparelhos de Estado) que em nome do combate ao crime e da segurança da população são disseminados no campo social”, como dispositivos da criminalidade (RAUTER, 2011, p. 87). Tal entendimento reafirma o dispositivo como ferramenta de controle social, devendo ser analisado na centralidade do capitalismo contemporâneo.

Essa é mais uma definição de dispositivo que vem ressaltar as câmeras em suas relações de poder. Pois pode-se considerar que as câmeras, os meios de comunicação e as Instituições de segurança fazem parte de uma mesma engrenagem de discursos e práticas capaz de produzir efeitos subjetivos nos indivíduos quando se trata de compreender o fenômeno da violência nas cidades (RAUTER, 2011). Isso revela o quanto os atuais “dispositivos da criminalidade” funcionam não apenas como uma solução policial ao problema da violência, mas como sintoma de uma sociedade altamente insegura.

Dado os três conceitos de dispositivo, buscou-se entendê-lo dentro de uma unidade. Câmeras de vigilância são primeiramente dispositivos tecnológicos, que, ao serem utilizadas pelas Instituições de segurança pública, ganham força e poder de vigilância e controle sobre a população. Os meios de comunicação, assim como a indústria da segurança, atuam na legitimação desse dispositivo e no fortalecimento dos discursos envolventes. Em contrapartida, todos esses elementos só fazem sentido pela existência da criminalidade e violência, que são forças sociais a serem combatidas.

Entende-se, então, por dispositivo não apenas as câmeras de vigilância, mas todo o conjunto de forças e poderes que a envolvem, ou seja, a violência, os meios de comunicação, a indústria de segurança e a própria Instituição de segurança pública. Todos esses são agentes combinados que conseguem formar, modelar, controlar, orientar, determinar, assegurar o discurso e o comportamento de uma população inteira. E é a partir daqui, dessas influências sobre o indivíduo, que nascem os efeitos e as subjetividades da população.

Compreendido o conceito de dispositivo, passa-se para o entendimento de como se dá o funcionamento das câmeras e como elas estão presentes na vida contemporânea. Sendo cada vez mais comuns nas principais cidades do mundo e também do Brasil, as câmeras são usadas comumente em sistemas de controle do trânsito ou da segurança pública e privada. Funcionam em forma de circuitos fechados de TV (CFTV), onde há a captura de imagens para transmiti-las por meio do circuito de TVs para uma central de monitoramento.

Todo o trabalho de monitoramento é realizado por profissionais que permanecem nas centrais, observando tudo aquilo que acontece diante das câmeras (KANASHIRO, 2006). O sistema presente nas câmeras pode ser analógico ou digital, funcionando apenas com registros ou com o armazenamento de imagens em tempo real, que são as câmeras IP, ou seja, câmeras que permitem o monitoramento por meio de softwares utilizados da internet.

É crescente o número de ruas controladas pelas câmeras de vigilância. Estas são fixadas em pontos estratégicos da cidade com o propósito de criar a segurança local. As câmeras já não ocupam apenas as entradas de edifício, os *shoppings centers* ou ambientes privados, elas compõem o cenário atual de ambientes públicos, como os centros urbanos e ruas comerciais.

O funcionamento das câmeras é fundado em dois possíveis sistemas. De forma geral, o sistema de segurança analógico captura as imagens e essas são transmitidas e gravadas em fitas de vídeo. Já no sistema de câmeras digital, as imagens são monitoradas, transmitidas, gravadas e controladas por funções de um software de computador (KANASHIRO, 2006).

As câmeras de vigilância, para serem entendidas dentro do conceito de mídias locativas e assim compor o cenário atual da cibercultura, devem necessariamente obedecer a uma regra de funcionamento, pois apenas as novas câmeras com tecnologia IP, ou seja, aquelas que utilizam redes sem fio digitais para estabelecer a comunicação

aos sistemas de controle, monitoramento e vigilância móveis aliados à localização com GPS, possuem o caráter locativo (LEMOS, 2009a). A disseminação de câmeras pelas ruas e centros urbanos cada vez mais tem aderido a essa tecnologia IP, devido às diversas vantagens oferecidas.

Antes de entender como funcionam tecnicamente essas câmeras, é válido ressaltar que no Brasil, de acordo com a ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos), há um total de 1 milhão de câmeras de vigilância espalhadas no país e a taxa de crescimento da adoção de câmeras de segurança por IP é de 40% ao ano (LEMOS, 2009a). Esse aumento representa a importância que tem sido dada aos equipamentos de segurança, reflexo do estabelecimento de uma cultura do medo e da insegurança no cotidiano urbano.

Voltando às câmeras IP, é importante compreender como se dá o funcionamento dessa tecnologia. A figura 1, a seguir, representa um sistema adaptado ao modo IP.



Figura 1: Sistema de vídeo vigilância analógico adaptado à rede IP
 Fonte: ROSEIRO, Carlos; TORRES, Pedro; SALVADO, José. NetEye – Vídeo Vigilância Baseada em Tecnologia IP. Escola Superior de Tecnologia IPCB, Abril 2008.

O sistema de vigilância IP é possível, devido à combinação de diversas tecnologias, sendo o vídeo digital a principal delas, associada à forma de captação, manipulação, armazenamento e distribuição da imagem. Se por um lado, os sistemas tradicionais não facilitavam a visualização do grande número de imagens, por outro, o sistema digital permite a visualização rápida, a localização de um objeto, lugar ou pessoa específica sem que seja necessário vasculhar todo o vídeo (ROSEIRO; TORRES; SALVADO, 2008).

Até aí a novidade está na tecnologia digital, mas a grande inovação é a tecnologia IP, que consiste em uma rede de vídeo-vigilância global, ou seja, o monitoramento pode ser feito em tempo real a partir de qualquer ponto da rede IP, como um computador, um telefone celular ou qualquer aparelho que tenha acesso à Internet. O sistema pode ser esquematizado conforme a figura 2 a seguir:

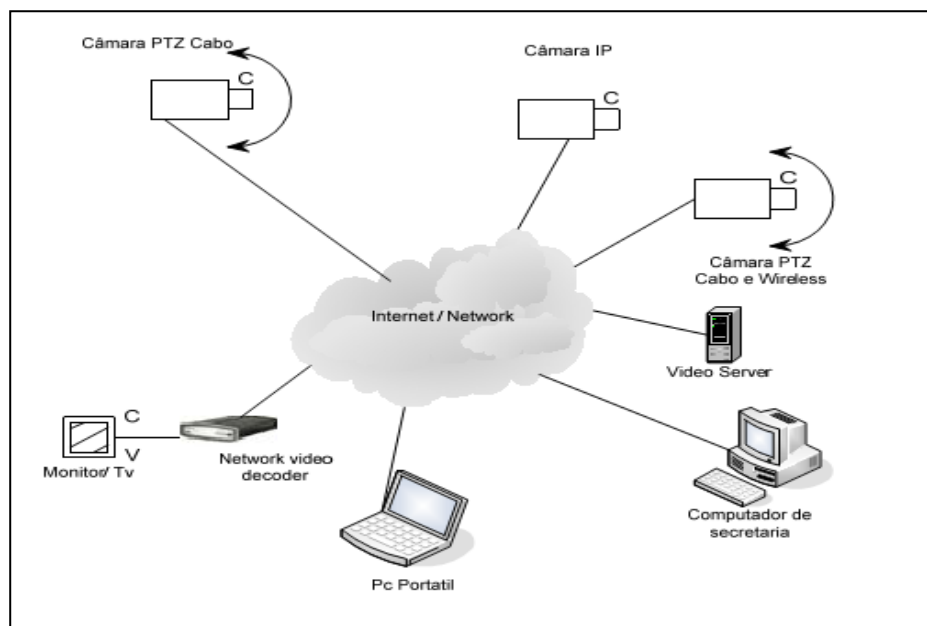


Figura 2: Sistema de vídeo vigilância com tecnologia IP

Fonte: ROSEIRO, Carlos; TORRES, Pedro; SALVADO, José. NetEye – Vídeo Vigilância Baseada em Tecnologia IP. Escola Superior de Tecnologia IPCB, Abril 2008.

Roseiro, Torres e Salvado (2008) enumeram diversas vantagens em relação ao sistema IP, podendo destacar a detecção e a rapidez na visualização da imagem, que aumenta o nível de segurança oferecido. Os custos são reduzidos, pois a infraestrutura sem fios facilita o processo de instalação e suas transmissões são feitas por rádio frequência¹⁵. Outras vantagens são associadas ao uso de hardwares e softwares inteligentes e à monitorização de diversas câmeras por um único ponto por meio da Internet. Associado a essas vantagens está a busca por garantir a otimização da segurança nos locais monitorados, porém essa não é uma ação isolada, as câmeras de segurança fazem parte de um conjunto ou pacote de segurança que inclui alarmes, vigilantes, acesso biométrico, cercas elétricas (KANASHIRO, 2006).

De acordo com Lemos (2009a), há dados que referenciam a ineficiência das câmeras de vigilância, mas este é sem dúvida um assunto polêmico e controverso que, para o autor, não representa avanços ao estudo da temática proposta para o presente trabalho. Se por um lado o propósito inicial para o uso de câmeras de vigilância era exatamente por questões policiais e de segurança, por outro, o resultado se mostrou pouco eficaz, já que o dispositivo, que nasceu com o intuito de prevenir a ocorrência de crimes e infrações, não consegue antecipar o que pode acontecer, portanto não evita que crimes sejam cometidos. O futuro das câmeras ou do olhar é, neste caso, a digitalização

¹⁵ As transmissões por rádio frequência sofrem limitações e restrições impostas por sua forma de cobertura, decorrentes da norma IEEE 802.11. (Fonte: ROSEIRO, TORRES E SALVADO (2008)).

dos acontecimentos (BRUNO, 2006), as imagens capturadas formam uma fonte de informação individualizada, ampliando, assim, o alcance do olhar para fatos já ocorridos e registrados.

Vale ressaltar os progressos no campo da “inteligência artificial”, onde a tendência é que a presença do vigia seja substituída pela capacidade de “visão” do computador, tendo a máquina como responsável por visualizar, registrar, arquivar e até analisar as imagens obtidas.

A “máquina da visão”, como chama Paul Virilio (1988, p.125), permite obter algo assim como “uma visão sem olhar”, a percepção de uma câmera de vigilância digitalizada por um computador capaz de analisar os dados ópticos colhidos, confrontá-los com um padrão de referências e interpretar automaticamente o que ocorre dentro do campo visual. Com a automação da percepção – a visiónica, como já se convencionou chamar essa área da tecnologia – estamos delegando inteiramente à máquina a função disciplinar e, por consequência, despersonalizando em definitivo o exercício do poder (MACHADO, 2001, p. 225).

Mais que uma discussão ideológica sobre eficiência ou não das câmeras, é válido questionar o motivo ou a consequência que legitima o uso das câmeras em ruas e centros urbanos. Seriam elas apenas dispositivos de vigilância e poder visando à segurança? Ou seu uso teria implicações para além de seu objetivo primeiro? Para Bennet e Regan (2004), citados por Kanashiro (2006, p. 61), os sistemas de vigilância vão além da questão de segurança, eles operam com múltiplos objetivos, “são projetados para classificar as características e atividades das pessoas para objetivos de marketing e de formações de perfis consumidores”. São informações adquiridas de maneira sutil e quase imperceptível que revelam “características demográficas, preferências, comunicações, transações comerciais e movimentos”.

Inicia-se a partir daí a construção inicial de uma reflexão em torno da vigilância e do controle coletivo, uma perspectiva que sugere que as câmeras de vigilância são mais que dispositivos de vigilância em busca da segurança pública. Elas são também dispositivos de controle social que atuam como agente facilitador na produção de “corpos dóceis” e na construção de uma sensação de bem-estar coletivo, pois toda a vigilância e monitoramento construído surgem para garantir a paz de uma população, o que conseqüentemente poderá resultar em sujeitos mais seguros.

Pode se pensar também nas câmeras de vigilância apenas como dispositivos capazes de ampliar a capacidade de visão dos responsáveis pela segurança, por meio de suas próprias funções que são registrar, digitalizar e transmitir imagens sem que haja significados implícitos (TREVISAN, FIRMINO, MOURA JUNIOR, 2009). Na verdade, isso não parece significativo, pois, em um sistema de segurança, o que realmente interessa são as interpretações feitas acerca do material adquirido. É o que Smith (2004, apud TREVISAN; FIRMINO; MOURA JUNIOR, 2009, p. 136) chama de ‘elemento humano’ que, “dividido em três partes: observação, interpretação e resposta”, colabora para a “teoria da construção social das tecnologias”.

Muitos são os desdobramentos do uso das câmeras de vigilância. Cabe aqui discutir e levantar essas implicações para a cidade de Goiânia, considerando que o novo cenário das cidades contemporâneas é estampado por tecnologias cada vez menores, ubíquas e invasivas, passando despercebidas pelo cotidiano da vida nas cidades (DUARTE, 2004, apud TREVISAN; FIRMINO; MOURA JUNIOR, 2009). Esse fenômeno leva a um “fenômeno simbiótico das tecnologias no espaço urbano” (TREVISAN; FIRMINO; MOURA JUNIOR, 2009, p. 138), a um verdadeiro controle do espaço e ao que se apresenta nele. Logo, as câmeras aparecem como:

paradigma de destaque em tempos de revisão da vida em comunidade – afetada por novos padrões de comportamento individualizado nas cidades – e da geopolítica global – pautadas pelos movimentos mundiais de combate ao terrorismo deflagrado pelo governo dos Estados Unidos. As TICs, em particular, têm proporcionado uma amplificação e simultâneo questionamento das possibilidades de controle, sempre presentes na vida em sociedade (TREVISAN; FIRMINO; MOURA JUNIOR, 2009).

Ressalta-se aqui a importância de entender como as câmeras de vigilância atuam nas formas de controle social e, ainda, como se dá a interação do indivíduo com a cidade permeada pelos olhares vigilantes. A organização social estabelecida em parâmetros de controle e vigilância pode influenciar diretamente o comportamento de seus indivíduos e a própria “concepção, construção, uso, e funcionamento do espaço urbano” (CUFF, 2003 apud TREVISAN, FIRMINO, MOURA JUNIOR, 2009, p. 139).

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder, fazendo-as funcionar espontaneamente sobre si mesmo (FOUCAULT, 1987), pois a simples presença de uma câmera delimita o

comportamento daquele que se vê observado. A discussão em torno das câmeras de vigilância foge às questões de segurança e toma novos rumos, consistindo em perceber como esses dispositivos alteram o espaço público e a vida dos indivíduos no embate entre sujeito e controle.

No entanto, os discursos que reforçam a insegurança levam àqueles, que têm condições, a tentarem se proteger contra o perigo difuso, mas onipresente, visível ou invisível, manifesto ou pressentido, conhecido ou desconhecido. Entrincheiram-se atrás de muros, multiplicam as câmeras nas vias de acesso, contratam guardas armados, compram carros blindados, usam roupas protegidas em busca de uma ilusão de segurança (BAUMAN, 2009). A insegurança alimenta o medo (BAUMAN, 2009) e o medo instaura um sentimento contínuo de insegurança.

Outra questão a ser debatida dentro da temática que envolve as câmeras de vigilância diz respeito à privacidade do indivíduo ou à invasão dela. Assunto que por muitas vezes já foi tratado pelos meios de comunicação e que já ganhou lei que regulariza a questão da invasão ou uso inapropriado da imagem, como crime, inclusive na internet¹⁶. Nesse contexto, três aspectos são relevantes com relação ao indivíduo: o primeiro deles é que há razões para se ter medo; o segundo consiste em perceber dois tipos de medo: o medo de quem é vigiado e o medo de quem nos vigia, reconhece-se, assim, um terceiro aspecto: o sentimento de insegurança existente na vida de cada um de forma indesejável (ROSELLO, 2008, apud LEMOS, 2009a).

Há, portanto, uma dicotomia para compreender a necessidade e função das câmeras de vigilância. Para Lemos (2009a), de um lado, estão os que se posicionam contra esse dispositivo devido à sua ineficiência no combate ao crime, revelando-o também como violador da privacidade e da intimidade. Do outro lado estão, os que são a favor e afirmam ser necessário abrir mão de alguma privacidade para ter mais segurança.

Bauman, em suas obras, já denuncia a incompatibilidade entre segurança e liberdade. O autor afirma que “não podemos ter as duas ao mesmo tempo e ambas na quantidade que quisermos”. E continua, “a segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito” (2003, p. 10; 11). Confirma-se, portanto, o caminho

¹⁶ Não é intenção dessa pesquisa adentrar nas implicações e problemáticas que envolvem o uso de imagens feitas por câmeras particulares e que são disseminadas na internet. O foco está no uso das imagens feitas por câmeras ocupantes do espaço público, atentando-se, portanto, à privacidade do sujeito que caminha pelas ruas monitoradas.

conflituoso de se ter segurança sem que seja necessário ter sua privacidade invadida. Ocorre que o aumento da visibilidade se torna fato comum e desejável na busca por segurança.

É interessante observar que à medida que mais pessoas vão se tornando visíveis, mais as forças de controle tornam-se invisíveis (PEDRO, 2005), confirmando uma controvérsia em relação às câmeras de vigilância: a mesma câmera que diminui a sensação de insegurança, que se candidata a minimizar o risco de violência, torna visível práticas e ações cotidianas, ameaçando a privacidade e a ação dos sujeitos (CASTRO; PEDRO, 2009).

Arlindo Machado (2001) afirma que as câmeras de vigilância ocupam lugares estratégicos, em ângulos privilegiados de visão e de distribuição no espaço, não permitindo que nenhum ponto fique fora do alcance dos olhares automáticos. Nas salas onde se exerce o controle, é possível ver qualquer transeunte que passa pela rua, em modo *close-up*, e ainda “segui-lo secretamente até o seu destino, ‘cortando’ de uma câmera para outra” (MACHADO, 2001, p. 220), penetrando em sua intimidade e desvendando seus segredos.

Para Lemos (2009a), a solução se dá na compreensão da câmera como dispositivo de controle e de sua relação com o espaço, indo além das questões ideológicas, porém intensamente permeada por elas. Mais do que isso, é perceber sua presença não como um fenômeno inocente ou culpado pela experiência de liberdade ou privacidade, nem glorificado pela sensação de segurança que pode dar. A vigilância é um dispositivo complexo, articulado a outros de maior ou menor complexidade. Sendo assim, pensar esses dispositivos, atualmente, implica em pensar em sua dimensão sociotécnica, como uma rede que articula vários atores, produzindo tanto objetos como sujeitos (CASTRO; PEDRO, 2009).

Resta perceber, então, que nessa nova configuração de sociedade, o indivíduo é sujeito vigiado e controlado, não importando se ele ocupa o status de inocente ou culpado. A presença de câmeras de vigilância já faz parte do cotidiano de todos e a liberdade passa a ser monitorada por olhares eletrônicos espalhados pelos diversos espaços cruzados durante a vida, descaracterizando a divisão entre o público e o privado (LEAL, 2005).

2 POR UMA ARQUITETURA DE VIGILÂNCIA

O objetivo deste capítulo é construir teoricamente a problemática das câmeras de vigilância e da sociedade de controle, por meio de conceitos que possam contribuir para a compreensão dos sujeitos e de sua constituição, assim como dos discursos que são produzidos na relação sujeito, controle e segurança. As principais abordagens envolvem as conexões entre poder, dispositivo, controle, vigilância e discurso, a partir dos escritos de Foucault, Deleuze, Agamben, Rauter, Guattari e Rolnik, pois se acredita que tais contribuições ajudarão a reconhecer os discursos produzidos pela sociedade e pelo indivíduo, no que tange a questão da segurança.

O atual contexto da vigilância e de seus dispositivos de atuação sucede um regime disciplinar existente na era industrial, no final do século XVIII e início do século XIX. Período esse que foi marcado pelo desaparecimento das punições físicas e dos suplícios em praça pública, sendo estes substituídos pelo poder disciplinar, poder que é exercido para controlar e docilizar os corpos para o sistema produtivo (FOUCAULT, 1987).

Sucedendo a sociedade disciplinar, tem-se a sociedade de controle (DELEUZE, 1992), onde se estabelece a vigilância e o controle na forma exercida pela contemporaneidade. Uma vigilância que faz uso das novas tecnologias, por meio de dispositivos que, além de auxiliar, realizam o controle e a vigilância social. Sendo as câmeras, dispositivos de poder e vigilância que “se distribuem como uma rede sobre a paisagem social, ocupando todos os espaços e os submetendo ao seu poder de invasão branca, a sua penetração invisível e indolor” (MACHADO, 2001, p. 220).

2.1 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE

O século XX e o início do século XXI foram marcados por grandes mudanças sociais, dentre elas os avanços tecnológicos, científicos e sociais, momentos que caracterizaram diversas formas de organização social que, conseqüentemente, permitiram novos modos de viver na contemporaneidade. A sociedade, tal qual se conhece hoje, com suas transformações, vem sendo denominada por alguns autores

como sociedade de controle, fruto de uma organização social anterior, a sociedade disciplinar.

Deleuze (1992), na utilização do termo ‘sociedade de controle’, anuncia um tempo histórico de grandes mudanças sociais, principalmente ao que tange à organização social e aos modos de vida escolhidos. Seu objetivo é apresentar a formação de uma nova organização da sociedade, tendo como ponto inicial os dispositivos disciplinares estudados por Foucault (1987). Isso, na tentativa de explicar a dinâmica social contemporânea, dentro de uma lógica que se dá, principalmente, a partir dos novos usos da vigilância, disponível em dispositivos tecnológicos de controle.

A organização social nos modos disciplinares, mesmo que para Deleuze (1992) pareça algo superado, é na verdade algo ainda bastante intrínseco à sociedade contemporânea. Portanto, torna-se inviável compreender o que aqui se entende por sociedade de controle, sem primeiro entender o que caracterizava e como se organizava a sociedade disciplinar.

A disciplina como forma de organização social surge a partir do século XVIII, quando são deixadas para trás as punições físicas e os suplícios do corpo. As formas de punição, com o poder do soberano, tinham o objetivo de ferir o corpo físico, com o poder disciplinar isso muda, objetiva-se aí controlar esse corpo em suas ações e comportamentos. Nas palavras de Mably (apud FOUCAULT 1987, p. 21), “que o castigo fira mais a alma do que o próprio corpo”.

Tem-se aqui uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Para Foucault (1987, p. 125), “encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”.

Logo, a sociedade disciplinar passa a ser entendida dentro de uma estrutura de poder, com formas de poder que se exercem sobre o indivíduo individualizado e sobre todo o corpo social. Para Foucault (1987), a disciplina é um poder individualizante, pois se exerce sobre o corpo de cada indivíduo, ou seja, o indivíduo é construído pela ação do poder que se exerce sobre o seu corpo. Entende-se ainda, que a disciplina não é algo que nasce com o indivíduo, ao contrário, é externa, vem de fora dele, mas se internaliza nele.

Assim sendo, o poder disciplinar agindo sobre cada um dos corpos necessitava confinar esses corpos por meio das instituições. Esse confinamento se dava nas escolas, hospitais, presídios, quartéis, fábricas, ambientes fechados de

enclausuramento, que permitiam a moldagem do indivíduo. Utilizava-se das instituições, pois, até esse momento, acreditava-se que dificilmente conseguiriam disciplinar pessoas em um campo aberto. O poder disciplinar compunha, então, uma nova forma de organização social, onde a disciplina e a vigilância eram exercidas em processos de moldagem do indivíduo, construindo, assim, indivíduos em corpos ditos dóceis para manutenção do sistema de produção capitalista que se consolidava nesse período (FOUCAULT, 1987).

Destarte, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhes impõem limitações, proibições, obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 126). E a moldagem desse mesmo corpo está em unir o corpo analisável ao corpo manipulável para alcançar a docilidade do mesmo. Trata-se de um corpo dócil, aquele “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 1987, p. 126) pelas forças do poder.

A técnica e o poder disciplinar consistiam em organizar os indivíduos e toda a estrutura social no espaço de maneira que melhor facilitasse o controle. “A regra das localizações funcionais consistia em organizar a arquitetura do espaço de modo a satisfazer a necessidade de vigiar, de evitar comunicações e contatos perigosos, mas também de criar um espaço útil ao sistema de produção constante” (FOUCAULT, 1987, p. 131-132).

Torna-se evidente que a função do poder disciplinar era “adestrar e fabricar indivíduos dóceis, adestrar com o intuito de dominar e, o que não deveria surpreender, mas inevitavelmente apavora, promover a produção para o sistema. Tanto mais obediente quanto mais útil” (ZULIETTI, 2005, p. 27). A vigilância representava, então, um forte poder exercido. O controle, como acreditava Foucault (1987), dava-se na forma do adestramento e da coerção, sendo dependente ainda de um suporte para seu funcionamento, que, nesse tempo histórico, era exercido pelas instituições e pelas técnicas de vigilância.

De acordo com Foucault (1987), alguns princípios norteiam a disciplina - o olhar hierárquico (vigilância), a sanção normalizadora (penas) e o exame - todos eles tratam de uma técnica disciplinar que, sob os processos de vigilância, é capaz de qualificar, classificar e punir os indivíduos. A vigilância é um poder que se exerce de forma invisível e indolor, que produz realidade, campos de objetos e rituais de verdade.

A vigilância acaba por ser o ponto máximo do poder disciplinar, podendo ser facilmente visualizada no espaço social, por meio de uma arquitetura planejada para

seu próprio exercício. O panóptico de Bentham simboliza os dispositivos de poder atuantes no poder disciplinar, permitindo, por meio de sua arquitetura circular, o controle total dos indivíduos, de seus comportamentos, ações e gestos.

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente (FOUCAULT, 1987, p. 177).

A visibilidade, por si só, torna-se uma armadilha. Portanto, a vigilância exercida pelo panóptico, a disciplina e o exame, enquanto dispositivos disciplinares, “funcionam como uma espécie de laboratório de poder, capaz de proporcionar o aumento do saber em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça” (FOUCAULT, 1987, p.180).

Vale ressaltar que as estruturas como o panóptico não se aplicam somente as prisões como sua criação prevê, na verdade, toda estrutura/arquitetura circular se dava nas demais instituições disciplinares, como as escolas, os hospitais etc. Sua importância é ressaltada por Foucault (1987), principalmente, pelo fato de induzir no sujeito um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o funcionamento automático do poder.

Dessa forma, o poder disciplinar, por meio de seus dispositivos de poder específicos, torna mais forte todas as forças sociais, uma vez que suas ações permitem o aumento da produção e, conseqüentemente, do desenvolvimento da economia e, ainda, a distribuição do ensino e a elevação da moral pública (FOUCAULT, 1987).

A disciplina é, portanto, uma tecnologia específica do poder, “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma

física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia” (FOUCAULT, 1987, p.189). E é nesse sentido que se tem a disciplina como uma técnica de fabricação de indivíduos, o que não significa uma produção apenas em seu sentido econômico, de sujeitos úteis e aptos a produtividade, mas como produção de saber e de aptidões próprias aos operários, aos alunos, à saúde. Sendo assim, o autor revela um triplo objetivo da disciplina:

ela visa tornar o exercício do poder menos custoso econômica ou politicamente, fazer com que os efeitos do poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível e, fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os indivíduos submetidos ao sistema (FOUCAULT 1987, p. 191).

Como forma de complementar a esse sistema de forças, uma nova forma de poder é implantada a sociedade disciplinar, o biopoder. Esta forma de poder, diferentemente do poder disciplinar que se aplica sobre os corpos dos indivíduos, aplica-se sobre a vida dos indivíduos e em todo o corpo populacional. Seus efeitos podem ser percebidos em processos naturais à vida do indivíduo, como o nascimento, o cuidado com a saúde e até mesmo a morte. Seria, então, um poder regulador da vida em sociedade, preocupado com o bem-estar social e com o prolongamento da vida. Na sociedade disciplinar, era preciso cuidar, fazer viver os corpos disciplinados, para manter a produção.

No biopoder não se trata de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata, por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 1999a, p. 294).

Não se trata mais de apenas o indivíduo estar submetido às forças do poder, mas toda a sociedade, inclusive os espaços da cidade. O biopoder atua diretamente sobre a coletividade, criando mecanismos que regulam a vida social; são artifícios

reguladores que permitem ou tentam otimizar a vida, principalmente por meio de mecanismos de prevenção. Logo, percebe-se que a vida social é regida por diversas formas de poder e que estes são processos em constante transformação.

A própria noção de sociedade de controle parte de uma análise da sociedade que sucede a sociedade disciplinar e o biopoder, mas que se apropria de seus princípios para construir seu próprio entendimento. Todos os avanços científicos, tecnológicos instigaram os estudos em torno de uma sociedade controlada. Para fins dessa pesquisa, pegou-se como ponto de análise o avanço tecnológico como ponto primordial para entender as estruturas de controle contemporâneas.

Foucault, de acordo com Deleuze, “foi um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás”, afirmando que “estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 1992, p. 215-216). O que revela o biopoder como o tipo de poder regente na sociedade de controle.

Para Deleuze (1992), uma nova implantação de projetos e forças sociais está sendo feita às cegas, são novos tipos de sanções, de educação, de tratamento que alimentam uma estrutura de poder e controle, deixando para trás o poder disciplinar. Historicamente, “a conversão de uma sociedade a outra foi feita progressivamente com as novas forças que se instalavam lentamente e se precipitaram depois da Segunda Guerra Mundial” (DELEUZE, 1992, p. 219-220) pois as crises que se instalaram nas instituições disciplinares propuseram reformas que geriram novas forças. Estas anunciaram o fim das sociedades disciplinares dando espaço às sociedades de controle e fortalecendo o biopoder.

As novas estruturas de controle se dão agora em campo aberto e não mais em espaços fechados. Apesar de tudo parecer uma simples reforma do sistema, na verdade, trata-se de uma liquidação, pois num regime de controle nunca se termina nada (DELEUZE, 1992, p. 216). Há uma dinâmica social na contemporaneidade que permite um controle contínuo dado pelas novas tecnologias, que hoje rege grande parte das relações que se estabelecem socialmente.

[...] a cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os

computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. Face às formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente (DELEUZE, 1992, p. 216).

O controle, então, se dá na forma do adestramento e da coerção, mas é dependente de um suporte para seu funcionamento. Se para a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987), o meio pelo qual o adestramento funcionava era as instituições, para a contemporaneidade, o meio é o próprio aparato tecnológico.

Mas como se dá o controle e o adestramento contemporâneo? Os controles acontecem na forma de modulação do indivíduo, se distinguindo das moldagens dadas pelos confinamentos. Tal controle funciona “como uma moldagem auto-deformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudam de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 221). Percebe-se, continuando o raciocínio do autor, que o controle é de forma contínua e ilimitada ao mesmo tempo em que é rápido e em curto prazo, oposto à disciplina que era de longa duração, infinita e descontínua.

Outra característica da sociedade de controle é a identificação de usuários. Tal entendimento é dado por Deleuze ao escrever que:

nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra, a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'. (DELEUZE, 1992, p. 222).

As observações feitas pelo autor permitem detectar o indivíduo e suas ações em processo de “modulação universal”, pois tudo aquilo que é desenvolvido pelo indivíduo, de forma lícita ou não, caracteriza a identificação do sujeito. Como exemplo desse controle numérico, tem-se todos os aparatos que envolvem dados e informações transmitidos pelo ciberespaço, como senhas de cartões de crédito, informações geradas em redes sociais, sites de busca *on-line*, ambientes colaborativos na Internet, entre outros. Os sistemas de informação e comunicação propiciados a partir da cibercultura se

tornam para a vida dos indivíduos tecnologias de controle e vigilância potenciais (BRUNO, 2008a).

Não nos cabe aqui, levantar qual regime é mais duro ou mais ameno, pois em cada um deles enfrentam liberações e sujeições próprias de si. Apesar dos novos modelos de atendimentos e serviços sociais marcarem o início de novas liberdades, “esses mecanismos passaram a integrar com mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos”, como acontece com o uso das novas tecnologias móveis e fixas, com as tecnologias do olhar. “Não cabe temer ou esperar, mas de buscar novas armas que minimizem o controle” (DELEUZE, 1992, p. 220). O novo controle e a nova vigilância não se restringem aos espaços fechados das instituições, mas como previa Paul Virilio (2002), uma vigilância a céu aberto, tal qual constatamos na atualidade por meio da proliferação de câmeras de vigilância.

2.2 *BIOPODER E DISPOSITIVOS DE CONTROLE*

O biopoder é o poder regente na sociedade de controle e, como já foi dito anteriormente, está diretamente ligado às forças de regulação da vida em sociedade. Não se trata de cuidar do indivíduo, em caráter individualizado, mas de todo o corpo social, a fim de manter o bem-estar coletivo.

Retomando ao Panóptico de Bentham, o espaço urbano pode ser percebido como ambiente controlado, por meio de seus dispositivos caracterizados pela ‘invisibilidade’ *versus* a visibilidade proporcionada pelas imagens obtidas. Tais características são capazes de redefinir a percepção humana sobre o público, o semipúblico e o privado, o que porventura confirma as implicações e consequências das interações no espaço urbano afetados pelo relevante aumento do controle e da vigilância (CUFF, 2003 apud FIRMINO, 2005).

A convivência no espaço urbano requer um mínimo de liberdade e tranquilidade, o que em consequência da violência e das mazelas sociais nem sempre se torna possível. A conquista pela tão desejada liberdade depende da segurança e de sua ampliação no meio social. A sociedade contemporânea respira as transformações de uma permanente crise social, sendo necessário tomar medidas que possivelmente amenizem seus problemas.

A própria globalização e o crescimento urbano caracterizam uma sucessão de conflitos, pois as cidades rapidamente se transformam, desaparecendo suas fronteiras, erguendo-se a cada momento em diferentes lugares com novas noções de espaço, dando aos seus moradores a constante sensação de mudança e descontrole, gerando insegurança. Nesse sentido, Bauman (2003, p. 19) afirma que “a cidade, mesmo que consiga qualquer ideal de comunidade, permanecerá frágil e vulnerável, precisando sempre de vigilância, reforço e defesa”.

Ainda em Bauman (2003) encontramos que a segurança ou a sensação dela é primordial ao mundo contemporâneo, pois segurança sem liberdade se equipara a escravidão, ao mesmo tempo em que liberdade sem segurança equivale a estar perdido e abandonado. Eis o que designa um caminho de conflitos sem fim, pois é inviável o sacrifício da segurança ou a sua perda em nome da liberdade, e seria uma errônea e falsa ideia de ser livre ao mesmo tempo em que o outro, na posição de seguro, consegue outro tipo de liberdade. E se porventura a sacrificada é a própria liberdade, estar em posição segura já não oferece o mesmo sabor.

Nessa perspectiva, é recorrente o pensamento de que para sentir-se minimamente seguro é necessário abrir mão de uma relativa liberdade. A violência e os conflitos sociais atuais não permitem deslizes, o descuido com a segurança pode lhe custar a vida, o carro, a alegria, a saúde, etc. A liberdade, mesmo que represente a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas de acordo com o querer individual sem intervenções, na realidade, parece bem mais cruel. Os riscos sociais não permitem o desfrutar da liberdade pura, ao contrário disso, se revelam como manipuladores sociais que aprisionam seus indivíduos em suas moradas ou qualquer ambiente que transmita o mínimo de segurança.

Aparece nesse sentido a coerção como medida predominante à vida social. A coerção se faz necessária para que a sociedade continue viva e permita que outros vivam nela. Bauman (2003) afirma que toda civilização precisa ser construída sobre a coerção e a renúncia ao instinto. Vê-se claramente aqui como o biopoder está vigente, pois é preciso vigiar, monitorar, controlar a população a fim de evitar condutas desviantes e incoerentes à vida social.

A ideia é de que por meio da coerção de determinados grupos, problemas maiores sejam evitados ou solucionados. Porém, é fato que essas forças aplicadas para a prevenção da criminalidade nem sempre conseguem o sucesso almejado, fazendo com que os argumentos de vigilância de nada valham nesse sentido. Se a contemporaneidade

é marcada por sua condição de riscos, dada por sua característica globalizada, pode-se falar de uma vida de riscos:

em que a idéia mesmo de controle, certeza e segurança entra em colapso; e porque em nenhum outro lugar da sociedade essa certeza e essa segurança e particularmente a sensação tranquilizadora de saber com certeza o que vai acontecer entram em colapso tão retumbante como no território subdefinido, subinstitucionalizado, sub-regulado e com frequência anômico da extraterritorialidade habitada pelos novos cosmopolitas (ULRICH BECK apud BAUMAN, 2003, p. 58).

A única certeza é que pouco se pode prevenir e guardar, por mais vigilantes e cuidadosas que sejam as ações cotidianas. Nesse estado de falsas seguranças e pouca liberdade, tem-se o retrato da violência e conseqüentemente dos medos, angústias e inseguranças geradas. Uma indústria da (in)segurança é reforçada a cada manchete de jornal, cada novo crime e fato de horror. A exigência de espaços controlados acontece na mesma proporção que aumenta a desconfiança. E nesse mercado de inseguranças e medos, os dispositivos de controle funcionam como atenuantes às violências ocorridas no espaço urbano, o que não significa que as mesmas não possam expressar algo além da própria segurança e medo.

As câmeras [ou os dispositivos da criminalidade/segurança], além do caráter disciplinar, um poder capaz de formar e transformar o indivíduo pelo controle dos espaços e das atividades realizadas nele, são dispositivos de um poder regulador, isto é, que por meio do biopoder agem sobre a vida humana, considerando o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência (FOUCAULT, 2007, p. XXII).

Nesse sentido, o indivíduo e a população são construídos sobre os efeitos do poder. Um poder que nasce a partir da repressão de condutas por meio do olhar das câmeras, que por sua vez, são ferramentas de uma estrutura de segurança pública a ser seguida e legitimada pelas narrativas e notícias veiculadas pelas mídias. Foucault (2007) afirma ser a repressão definida prioritariamente por uma concepção jurídica, sendo o poder identificado por lei cuja força é proibir e dizer não, crendo ainda que esta é uma noção negativa e estreita do poder que foi facilmente aceita. E continua:

se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa somente como uma força que diz não, mas que

de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instancia negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2007, p.7-8).

Sendo assim, o uso das câmeras de vigilância pode ser associado à repressão de condutas criminosas, porém é preciso se ater as demais relações de forças que são produzidas dessa relação. A presença das câmeras induz o indivíduo ao medo e à insegurança ao mesmo tempo em que é capaz de produzir a ilusão de segurança. É também força que forma um saber jurídico, midiático e científico em torno de sua temática.

O indivíduo e toda população, portanto, tornaram-se alvo de um biopoder, que se exerce de forma sutil e quase imperceptível, fazendo do controle algo necessário e benéfico à sociedade. As relações de poder e dominação exercem não apenas sobre o indivíduo em si, mas de diversas formas sobre toda a sociedade. Há por parte da população a credibilidade depositada aos dispositivos que regem e exercem um poder em busca da pacificação de controle social.

Toda essa credibilidade é fruto de estratégias próprias do biopoder. Trata-se de um poder regulador que se mantém pelo medo e insegurança instaurados no indivíduo e na população como um todo. Nenhum efeito sobre o indivíduo teriam as câmeras, caso não houvesse o medo e insegurança que a legitimam e a tornam necessária ao cotidiano. É justamente dessa função estratégica que trata Foucault (2007: 2008), em que o poder não só atua na vida social na forma de controle, como acaba por ser exigido como ação reguladora e causadora de um possível bem-estar e felicidade coletivo.

Desse modo, a segurança, por meio das câmeras, apóia-se em detalhes que são tomados como processos necessários, inevitáveis, naturais e pertinentes por se situar no nível da população (FOUCAULT, 2008). E o que movimenta essas estratégias que envolvem a população é na verdade a liberdade ou ao menos o desejo dela.

Creio que o que está em jogo é algo bem diferente. É que, na verdade, essa liberdade, ao mesmo tempo ideológica e técnica de governo, essa liberdade deve ser compreendida no interior das mutações e transformações das tecnologias de poder. E, de urna maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança.

Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem, em todo caso aquele de que lhes falei hoje, justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra] adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas. E é essa liberdade de circulação, no sentido lato do termo, é essa faculdade de circulação que devemos entender, penso eu, pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 63 – 64).

Podemos apreender, pela posição do autor, que a idéia de liberdade e de proporcioná-la por meio das câmeras, é mais uma estratégia de ação do biopoder. É a ação de um poder que se pensa como regulação que só se pode efetuar apoiando a liberdade de cada um.

A visão que se tem, a partir dos meios de comunicação e da população, sobre a presença das câmeras, é de que esse é um ‘mal’ necessário feito para o bem da sociedade, afinal toda a privacidade que possivelmente pode ser invadida, tem o intuito de proteger e tranquilizar os indivíduos. É preciso estar atento aos indivíduos para obter o controle social, pois a ação de se atentar aos problemas sociais é essencial no exercício de um bom governo. Foucault (2007) traz o conceito de governamentalidade na busca de compreender a arte de governar uma sociedade, afirmando que essa arte nasce na família e que:

devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 2007, p. 291).

Tal conceito dado pelo autor nos auxilia na compreensão dos atuais sistemas de segurança, pois a governamentalidade compreende um conjunto de procedimentos, análises, táticas e reflexões estabelecidas pelas instituições que permitem o exercício específico do poder, por meio de instrumentos e dispositivos de segurança, tendo por alvo a população. Sendo “este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, correspondente a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2007, p. 293).

De acordo com Fernanda Bruno:

assim como a vigilância moderna era inseparável da maquinaria estatal, burocrática e disciplinar do capitalismo industrial, a vigilância contemporânea é inseparável da maquinaria informacional, reticular e modular do capitalismo pós-industrial. Não é, portanto, boa nem má por natureza, assim como seus efeitos não se medem por suas intenções (BRUNO, 2008b, p. 46).

A autora discute nesse sentido os olhares possíveis a partir do uso das câmeras de vigilância. Interessa-nos a visão que se tem quando tais dispositivos estão espalhados pelas ruas e espaços públicos. Nesse contexto, as câmeras cumprem a função de ‘duvidar’, pois todos os que estão diante dos olhares vigilantes assumem o papel de suspeitos, representando ameaça à sociedade. Todos são culpados até que as imagens provem o contrário. Logo, percebe-se nas câmeras, predominantemente, um caráter dissuasivo e preventivo, buscando a eficiência, o conforto e a segurança na facilitação da circulação de pessoas em lugares públicos (BRUNO, KANASHIRO, FIRMINO, 2010).

E não importa se a violência aumenta ou não de forma alarmante, pois consensualmente, por meio da mídia, acredita-se no seu aumento, o que de fato reflete em medidas de segurança, sendo, exatamente nesse momento, que surge e é reforçado o uso de dispositivos como as câmeras de vigilância. E tão relevante quanto pensar em mecanismos de segurança para a população, seria a preocupação com a atuação e efeitos de tais dispositivos, sejam eles câmeras, mídias, políticas de segurança e até mesmo a violência na vida dos indivíduos.

A regulação da vida em sociedade por meio da vigilância torna-se, portanto, fundamental, pois as câmeras são como uma alternativa do poder público para tornar o espaço urbano um lugar melhor, frequentável, na tentativa de aumentar a tranquilidade dos deslocamentos de seus transeuntes. Gomes (2005) afirma que a insegurança e o medo que acompanham as cidades são fortes componentes dentro de um processo de demissão do homem público e de desinvestimento do espaço e da capacidade de arena de diálogo e debate. Daí a necessidade de fazer o espaço urbano um espaço de controle e vigilância, poder regulador de sujeitos em potencial de suspeita para resguardar o bem estar daqueles que não se enquadram como suspeitos.

De acordo com Souza (2008), os atuais dispositivos de monitoramento e controle são elementos centrais do processo de recuo dos espaços públicos. Trata-se de fazer e isso é função dos saberes que se estabelecem nessa relação, com que as câmeras de vigilância funcionem como garantia de ruas mais seguras, com maior liberdade de circulação, pois o medo e a insegurança são sentimentos que só diminuirão quando cada indivíduo puder se deslocar livremente pelas ruas da cidade (BAUMAN, 2009). As câmeras seriam então, dispositivos capazes de devolver a tranquilidade desses deslocamentos?

Não se sabe ao certo se há tranquilidade dos espaços públicos pela presença das câmeras, mas é possível perceber uma sociedade rendida a esses processos e dispositivos, permitindo a formação de um novo sujeito. Com isso, vê-se as ruas como lugar onde não há como passar sem ser notado, representando um tipo de comportamento comum à contemporaneidade - a “mixofobia” - ou medo de misturar-se, que, segundo Bauman (2009):

não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas e mesmo na mais "comum" (ou seja, não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais (BAUMAN, 2009, p. 25).

É por meio da diversidade de indivíduos que caminham pelas ruas que nasce a ideia de que todos são supostos suspeitos e vítimas em potencial, daí a necessidade de medidas de segurança que, ao serem aceitas, favorecem uma indústria da (in)segurança alimentada pelo medo da violência. Esse novo mercado da segurança é parte de um caminho já iniciado pela venda de carros mais seguros, os chamados SUV e ainda de residenciais em condomínios fechados, o que Bauman chama de “*Gated communities*”.

Como se todos esses aparatos somado as câmeras de vigilância de agora e aos demais “dispositivos da criminalidade” fossem isentos da imprevisível violência que acomete a vida urbana. Tais medidas parecem mitigar o medo que as classes médias urbanas sentem quando se deslocam dentro de ‘sua’ cidade ou quando ficam paradas no trânsito (BAUMAN, 2009).

As cidades que já foram consideradas um lugar relativamente seguro, nos últimos tempos, transformaram-se em um espaço onde o pensamento predominante se concentra mais no perigo do que na segurança (NAN ELLIN, 1997 apud BAUMAN,

2009). Há a valorização de uma arquitetura do medo e da intimidação espalhadas pelas cidades, que é percebida nas áreas que são vigiadas 24 horas por dia.

Logo, a vida urbana é compartilhada em seus espaços, sendo a convivência humana o motivo para toda a atração e rejeição existentes nas relações que se estabelecem. São transformações a todo tempo fazendo com que os locais de convivência sejam ambientes vulneráveis, expostos a ataques e violências (BAUMAN, 2009). Os dispositivos de segurança proporcionariam logo uma possível pacificação da vida cotidiana pelas ruas. Sob o olhar deles, é possível que muitos se sintam mais seguros para caminhar, divertir-se, ir às compras ou simplesmente ir para o trabalho, para a escola e voltar para casa.

Por outro lado, existem sujeitos que não veem as câmeras como método legítimo de prevenção e segurança, percebendo-as como violação do direito à privacidade e à liberdade individual. Rosello (2008, apud LEMOS, 2009a) propõe que olhemos de outra forma para o objeto, observando suas características materiais, ou seja, a câmera e sua relação com o espaço e a ação do dispositivo em si.

Tendo como referência pesquisas sobre as CCTV (*Closed-Circuit Television*), Rosello (2008, apud LEMOS, 2009a) mostra que elas apresentam dados em que os usuários demonstram que a simples instalação de uma câmera cria medo. Essa possibilidade sugere que se determinadas ruas ou ambientes são equipados com câmeras de vigilância é porque algo de perigoso por ali já aconteceu, está por acontecer ou ainda vai acontecer. Cada câmera carrega consigo o estigma da insegurança e do medo, pois se estão presentes têm o intuito de tentar prevenir algum mal, transmitindo a sensação de um lugar vigiado e controlado contra aqueles que não se adequam a convivência pacífica.

As câmeras se configuram, portanto, na convivência e diversidade do olhar ampliado que dão forma aos estados de vigilância. De forma onipresente, elas são dispositivos que revelam a cidade e os corpos que ali transitam. Seus possíveis controles de acesso e conduta, sua capacidade de testemunho e registro de atos e evidências, e ainda o controle de fluxos e deslocamentos de transeuntes e objeto são tão importantes quanto ao fato de estarem localizadas de forma que fiquem voltadas para os indivíduos ou para o coletivo, para prevenir ou intervir, com ou sem filtros e análise sistemáticas de imagens, ligadas ou não ao banco de dados.

Não obstante, as câmeras que têm por principal característica a observação, podem “agir tanto segundo uma eficácia simbólica, atuando como signo que dissuade a realização de comportamentos indesejáveis quanto como olho que captura ou registra efetivamente a ação” (BRUNO; KANASHIRO; FIRMINO, 2010). De acordo com Fernanda Bruno (2008b), existem três aspectos em relação às câmeras que merecem destaque: o primeiro diz respeito a não neutralidade do olhar, mas a sua opacidade e impessoalidade, ou seja, um olhar transinstitucional na dinâmica social. Isso revela os múltiplos olhares que se observam por meio de instituições, ao mesmo tempo em que o sujeito observado desconhece a origem de seu observante.

Fernanda Bruno (2008b) classifica a observação em diferentes níveis (espacial, temporal e desequilíbrio social), pois a imagem uma vez capturada pode ser vista quantas vezes for desejável e já não se passa no mesmo local de ação, possibilitando um armazenamento futuro que foge ao controle do sujeito observado, sendo este relativamente passivo e impotente diante da própria imagem, que de algum modo foi “confiscada pela câmera”.

O segundo aspecto consiste, para Bruno (2008b), na inclusão da videovigilância nos espaços públicos e semipúblicos, sendo estes capazes de produzir vítimas e suspeitos em concordância com segurança e ameaça. Os indivíduos submetidos à vigilância contemporânea cumprem o papel de transitarem num mesmo espaço, unidos pelo potencial de serem vítimas e ora serem suspeitos potenciais de uma massa social.

Já o terceiro aspecto se difere, pois as câmeras de vigilância, na sua forma de observação e controle, têm por função perceber a norma vigente, ou seja, “capturar ou flagrar uma fratura na ordem crescente”. Já se tornou possível por meio da análise de imagens de câmeras de vigilância, monitoradas em tempo real, “descobrir pistas acerca do estado mental e das intenções futuras de indivíduos através da análise de traços comportamentais e fisiológicos, como micro-expressões involuntárias do rosto, permitindo medidas preventivas” (BRUNO, 2008b, p. 48).

Como se pode perceber, os dispositivos de segurança contemporâneos ou “dispositivos da criminalidade” possuem funcionalidades que adentram a vida cotidiana e a arquitetura das cidades. Por um lado, suas regularidades podem ser esquecidas ou passadas como despercebidas, por outro, não se pode esquecer sua ação principal e seu foco de existência, a atenção voltada à vigilância dos corpos, inocentes ou culpados,

vítimas ou suspeitos, com a sutil intenção de instigar o controle e vigilância dos sujeitos.

3 A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA CONTEMPORANEIDADE

A subjetividade se produz na relação indivíduo e sociedade, sendo o indivíduo aquele que é fabricado, modelado, construído e consumido pelo meio no qual está inserido. Na contemporaneidade, o uso de dispositivos e a relação que se estabelece em seu uso são parte desse processo de construção da subjetividade. As câmeras de vigilância, por exemplo, se ligam ao indivíduo e ao espaço urbano em uma relação de controle e vigilância, capaz de produzir novas subjetividades e “estéticas de existência”. As câmeras inseridas no espaço urbano induzem um novo modo de viver ao sujeito que se caracteriza pela insegurança e medos gerados pelos conflitos e problemas sociais, sugerindo a existência de indivíduos desamparados e individualizados.

A subjetividade é, na visão de Guattari e Rolnik (2011) e Foucault (2006), uma forma de exercício agonístico do indivíduo em luta com o controle, pois ela se constitui como matéria-prima de toda e qualquer produção, quer dizer, toda e qualquer realidade social só começa a partir do trabalho exercido sobre os processos de subjetivação. Pois, “sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades sociais locais não poderão ser controladas” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 36).

No que diz respeito ao uso das novas tecnologias e dispositivos contemporâneos, o sujeito engendra um processo de produção de subjetividades, caracterizando uma ação contínua de subjetivação, dessubjetivação e ressubjetivação. Em Agamben (2009), encontra-se essa nova perspectiva de construção do sujeito, onde ele se desconstrói para novamente se construir. Como num círculo, os processos de construção do sujeito são montados e remontados a partir de seu estilo de vida na sociedade.

Dessa forma, o fato das câmeras de vigilância compor um conjunto de “dispositivos hodiernos”, ou o conjunto dos atuais dispositivos tecnológicos, dentro das relações de poder com a sociedade, sugere uma nova construção do sujeito, tendo como ponto de partida uma sociedade em constante transformações sócio-culturais, econômicas, tecnológicas e midiáticas.

Logo, faz-se necessário levantar os estudos de autores como Guattari, Rolnik, Deleuze, Foucault e Agamben, de onde se tem um bom entendimento do processo de subjetividades, do controle e da própria vigilância sobre os corpos. Diante disso, propõe-se um estudo do sujeito e sua formação a partir das câmeras de vigilância, já que este é corpo moldado a novos comportamentos.

3.1 SUJEITO: SUBJETIVAÇÃO E DESSUBJETIVAÇÃO

Traçar uma história da subjetividade e compreendê-la dentro da estrutura social contemporânea significa traçar uma história do indivíduo e da própria sociedade, pois é por meio dessa relação, em maior ou menor proporção, que ocorre a produção da subjetividade. Tudo aquilo que concorre para a produção de um si, de um modo de existir pode ser entendido como subjetividade. Para Soares e Miranda (2008, s.p), o conceito de subjetividade está

na relação com o universo das tomadas elétricas, dos transportes, das cores, dos sons, dos mundos dos sonhos, dos desejos, dos afetos, do pensamento e do saber, os modos como se conformam as relações consigo mesmo e com os outros, os modos de ver o mundo, de encarar as agruras do cotidiano, de se vestir, de falar, de amar e de sentir (...) enfim, os modos de existência.

Em Guattari e Rolnik (2011), um modo de subjetivação está diretamente ligado à busca de uma estabilização da subjetividade em torno de um certo tipo de relação consigo. Nesse sentido, percebe-se que a subjetividade e a interioridade humana fogem das questões identitárias e psíquicas para se ampararem nas ações e práticas cotidianamente vivenciadas em sociedade.

O comportamento, os sentimentos e o próprio pensamento humano são produtos de uma convivência com o meio social e cultural estabelecido na contemporaneidade. A subjetividade não se forma a partir da identidade ou individualidade de cada um, mas por meio de toda a estrutura social que envolve o indivíduo, ou seja, “[...] seu campo é o de todos os processos de produção social e material” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 41).

Logo, pode-se dizer que a subjetividade está ligada ao indivíduo e os comportamentos e engajamentos desse indivíduo no sistema social capitalista não

provêm dessa individuação (GUATTARI; ROLNIK, 2011). Com isso, os autores querem dizer que a produção de subjetividades coletivas não resulta de uma somatória de subjetividades individuais, pois “o processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, aglomerando dimensões, de diferentes espécies” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 46).

A partir da compreensão de que a subjetividade se forma em processos de singularização¹⁷ dentro de uma ordem capitalista, Guattari e Rolnik (2011, p. 51) propõem o conceito de subjetividade capitalística, definindo-a como um esforço coletivo “projetado na realidade mundial e na realidade psíquica, incidindo nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, de afeto”, sendo capaz de “produzir os modos de ser nas relações humanas até em suas representações inconscientes”. Acontece como uma falsa eternidade da existência humana, a subjetividade, como o autor sugere, “é uma ideia de natureza industrial, maquina, essencialmente fabricada, modelada, recebida e consumida” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 33).

O indivíduo é então sujeito produzido pela subjetivação capitalística, pois tudo que é dado, recebido pelo indivíduo, seja pela linguagem, pela família, seja por todas as instituições e equipamentos que o cercam, não se reduz apenas a enunciados significantes ou modelos de identidades. Trata-se de sistemas interligados às grandes máquinas produtivas, às grandes máquinas de controle social e às instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI; ROLNIK, 2011).

Encontra-se também na obra de Deleuze (2005) um estudo da subjetividade humana. O autor retrata a subjetividade por meio de quatro dobras ou pregas que se dão na relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo. A primeira dobra revela a parte material do indivíduo, ou seja, o corpo-carne e seus prazeres e desejos. A segunda dobra se forma na relação de forças constituídas entre as regras e os indivíduos. Já a terceira dobra está no âmbito do saber ou da verdade, e é nessa dobra que se liga o que é verdadeiro ao próprio ser e vice-versa, servindo, assim, para a formação do conhecimento e da verdade que é próprio da subjetivação. Por último, a quarta dobra é o próprio lado de fora, a partir dela que o sujeito espera e produz seus modos de vida. O lado de fora é composto por dimensões que vão além do plano material, é uma inserção

¹⁷ Entende-se por processos de singularização, a possibilidade de “poder simplesmente viver, sobreviver num determinado lugar, num determinado momento, ser a gente mesmo. (...) a maneira como a gente tem ou não vontade de falar, de estar aqui ou de ir embora (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 80-81)”.

de valores. A subjetividade seria, portanto, o próprio modo de ser sujeito dentro de escolhas e acontecimentos que o fazem e o refazem numa incessante e variável construção de si mesmo, numa perspectiva ética, já que está pautada em valores.

Foucault (2006, p. 236) segue essa mesma linha conceitual, com a subjetividade sendo entendida “como a maneira pelo qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo”. Nesse contexto, subjetividade ou processos de subjetivação estão diretamente ligados à compreensão da existência humana.

Para o autor, o ponto de partida para entender o que ele chama de “estética da existência” é analisar como viviam os gregos, os romanos, os cristãos e a própria modernidade, pois se visualiza a constituição do sujeito:

através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (FOUCAULT, 2006, p. 291).

No mundo grego, havia a ideia do *éthos* que se referia à liberdade do indivíduo grego como um problema ético. Para Foucault (2006, p. 270), a subjetividade nasce dessa ideia do *éthos* grego, carregando a mesma essência, “a maneira de ser e a maneira de se conduzir. Era um modo de ser do sujeito e uma certa maneira de se fazer visível para os outros”.

O sujeito se construía por seus hábitos, práticas e maneira de responder aos acontecimentos. Viver conforme suas escolhas, de modo singular, representava para os gregos uma forma concreta de liberdade, em que ser livre significava não ser escravo de si mesmo, nem daquilo que conseguisse estabelecer uma relação de controle, domínio e poder sobre si.

Diante do que era a sociedade grega, Foucault (2006) propõe entender o sujeito e sua formação a partir das relações de poderes e saberes que interagem consigo mesmo. O indivíduo é capaz de exercer o poder sobre si mesmo, assim como é capaz de regular o poder sobre os outros. Toda essa problemática entre sujeito, saber e poder serve de instrumento para analisar os acontecimentos e problemas existentes das relações entre os sujeitos, a vida social e os jogos de verdade (FOUCAULT, 2006).

Logo, os acontecimentos e as práticas sociais são fatores determinantes na constituição do sujeito. O que significa que:

o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2006, p. 276).

As práticas sociais, assim como as práticas de poder e saber, atuam no modo como o indivíduo constrói seus pensamentos e suas ações, colaborando para formação de subjetividades ou subjetivações, que é a própria organização da existência dentro de uma concepção e consciência que o indivíduo tem ou passa a ter de si mesmo.

Nesse sentido, confirma-se a subjetividade como expressão das relações estabelecidas entre indivíduo, meios social, cultural, econômico e a própria tecnologia, pois toda subjetividade se caracteriza na expressão de algo impessoal, já que supõe processos de subjetivação, onde se dá a repartição das singularidades (CARDOSO JR., 2005, p. 344).

Deleuze confirma a ideia de uma subjetividade dada por processos ao compreender o sujeito como espírito ativado pelos princípios. O autor ressalta:

à medida em que os princípios mergulham seu efeito na espessura do espírito, o sujeito, que é esse próprio efeito, devém cada vez mais ativo, cada vez menos passivo. Ele era passivo no início, é ativo no fim. Isso nos confirma na idéia de que a subjetividade é um processo, e que é preciso fazer o inventário dos momentos desse processo. Para falar como Bergson, digamos que o sujeito é primeiramente uma marca, uma impressão deixada pelos princípios, mas que se converte progressivamente em uma máquina capaz de utilizar essa impressão (2001, p. 106-107).

A subjetividade, portanto, se produz na relação indivíduo e sociedade, e pela produção de agenciamentos de enunciação¹⁸. Isso quer dizer que os processos de subjetivação resultam de práticas concretas, que é a própria ação do indivíduo somada às relações de poder que se estabelecem pelas instituições e por regras sócio-históricas.

¹⁸ Os agenciamentos, para Deleuze e Guattari (1995 apud SOARES; MIRANDA, 2008, s.p.), dizem respeito ao acoplamento de um conjunto de relações materiais a um regime de signos correspondentes. O agenciamento é formado pela expressão (agenciamento coletivo de enunciação) e pelo conteúdo (agenciamento maquínico).

Na subjetividade, “uma relação com o universo de circulação na cidade” é constituída (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 34).

A própria tecnologia e os desdobramentos relevantes ao seu uso constituem subjetividade, pois é matéria de trabalho e força do controle social exercido. Trata de um universo global tecnológico, usos em escala mundial capazes de produzir uma subjetividade amparada em máquinas produtoras de bem-estar, segurança, facilidades, felicidade etc.. Percebe-se aqui o poder das transformações tecnológicas em fabricar subjetividade, pois são máquinas (dispositivos) sociais que ressingularizam o indivíduo.

Da mesma forma, em Cardoso Jr. (2005), encontra-se o conceito de subjetividade como um efeito massivo que provém de um processo singular, em que:

saberes e poderes de todos os tempos procuram dominar os processos de subjetivação, mas estes lhes escapam perfazendo uma história da resistência relativa à vida, pois o ponto mais intenso das vidas, onde se concentra sua energia, fica exatamente ali onde elas se chocam com o poder, se debatem com ele, tentam utilizar suas forças e escapar de suas armadilhas (CARDOSO JR., 2005, p. 344).

Nessas condições, pode-se afirmar que a subjetividade, assim como Foucault (2006) pensava, envolve um modo de vida, um modo de ser sujeito no mundo. Nesse sistema de produções subjetivas, nada está acabado, é preciso, a partir da compreensão de que a subjetividade é constantemente produzida, lutar por novos campos de possibilidades, inventando no cotidiano novos modos de existência, novas relações consigo mesmo e com o mundo (SOARES; MIRANDA, 2008, s.p).

Sendo a subjetividade algo em constante construção, o sujeito contemporâneo, permeado pelas diversas relações que envolvem seu cotidiano, é também um sujeito em construção. Envolvido pelos atuais dispositivos de controle e vigilância, o indivíduo modela seu modo de vida, sua existência e seu comportamento.

Em princípio, para tal entendimento, ressalta-se a relação entre corpo, controle e vigilância dentro de processos de subjetivação. Ao tratar de subjetividade, sabe-se que ela oferece ao indivíduo diversas possibilidades de recompor uma corporeidade e a própria existência. E o corpo “não está mais disposto a um ponto preciso da Terra, ou seja, [não é mais fixo], mas se incrusta no essencial, em universos

incorporais¹⁹. A subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado” (GUATTARI, 1992, p. 169). Isso se reflete nas cidades contemporâneas onde há uma livre circulação de coisas, tudo circulando ao mesmo tempo, objetos e pessoas.

No entanto, Guattari nos revela que, ao mesmo tempo em que tudo está em circulação, tudo parece se petrificar, revelando um falso nomadismo. É no movimento das pessoas e da cidade que tudo fica no mesmo lugar: “no vazio de uma modernidade exangue, para aceder as verdadeiras errâncias do desejo incitados pela desterritorializações técnico-científicas, urbanas, estéticas, maquínicas de todas as formas” (GUATTARI, 1992, p. 170).

Historicamente, os indivíduos, incluindo aí seus corpos uma vez que a existência é corpórea, foram moldados para a produção, sendo isso essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Nos sistemas de produção, característica da sociedade disciplinar e do capitalismo do século XIX, o indivíduo operava máquinas e toda energia era voltada para a produção, à concentração e aos bens de propriedade. Os indivíduos, enquanto corpos atuantes e produtores, eram levados ao confinamento da fábrica, produzindo para o enriquecimento do capitalista (proprietário).

Para Foucault (1987), era preciso disciplinar o corpo deixando-o confinado a um lugar preciso e em constante vigilância. A visibilidade exercida sobre o corpo deveria perceber cada ação, cada gesto que o identificasse e revelasse suas vontades e desejos. O corpo estava inscrito em normas e valores de uma determinada sociedade, o que permitia a formação de relações de poder.

Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, particularmente visível na fábrica: concentrar; repartir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior a soma das forças elementares (DELEUZE, 1992, p. 219).

O corpo manipulado, modelado, treinado, obediente é o projeto maior do poder disciplinador, conforme já alardeado por Foucault (1987, p. 125). Ao mesmo tempo, a disciplina toma os indivíduos como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1987). A vigilância tem uma lógica disciplinar, nascendo daí a ideia de fabricação e modulação de sujeitos, noção própria do processo de subjetivação. O poder disciplinar é fundamental na organização da vigilância sobre os corpos, pois:

¹⁹ Universos incorporais no sentido de universos imateriais, do campo espiritual, daquilo que não é corpóreo; do corpo imaterial, que não mais se fixa ou ocupa um lugar fixo no espaço urbano.

a vigilância sobre o indivíduo permite vigiar melhor a multiplicidade e reduzir o perigo iminente de instabilidade causado por essa ‘mistura dos corpos’ no interior dos espaços fechados. O poder disciplinar se encarregará, então, de vincular cada indivíduo a uma identidade bem determinada de uma vez por todas, e criar assim a idéia de uma subjetividade privatizada (SILVA, 2004, p. 65).

Logo, a subjetividade pode ser pensada pela produção de um corpo social que se forma pelo fluxo e agenciamento de forças heterogêneas (família, religião, ideologia, política, tecnologia e assim por diante), as quais Deleuze e Guattari denominaram de rizoma. Este “vem a ser todas as formas existentes e visíveis resultantes de um agenciamento destes fluxos heterogêneos” (KASTRUP, 2000, p. 21 apud REISHOFFER; BICALHO, 2009, p. 436).

Considerando o contexto atual, Guattari e Rolnik (2011) qualificam a subjetividade contemporânea de “capitalística”. As subjetividades capitalísticas refletem o descolamento das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Foucault já alertava para a brevidade do modelo disciplinar: “ele sucedia às sociedades de soberania cujo objetivo e funções eram completamente diferentes” (DELEUZE, 1992, p. 219). Tal modelo entrou em crise no período pós-guerra, emergindo daí novas forças que culminariam na sociedade de controle.

De outro modo, em Giorgio Agamben (2009), nota-se um novo contexto de análise dos dispositivos em relação ao sujeito e a subjetividade, situando o dispositivo como qualquer coisa em conexão com o poder. Para o autor, a sociedade se divide em duas grandes classes, a dos seres vivos (indivíduos) e dos dispositivos. O sujeito, então, seria o resultado da relação entre classes - ou seja, o corpo a corpo entre os vivos - e os dispositivos (AGAMBEN, 2009, p. 41).

Os dispositivos são máquinas tecnológicas ou sociais aptas à produção de sujeitos, podendo um mesmo indivíduo ser lugar de múltiplos processos de subjetivação. O sujeito é percebido não como uma essência²⁰ em si, mas como sujeito disponível a uma sociedade envolvida pelo meio social e, conseqüentemente, pela disseminação dos dispositivos de uma sociedade capitalista. Tal situação dá a impressão de que:

²⁰ Giorgio Agamben (2009) se refere à essência do sujeito conforme era proposto pela metafísica e também pela Filosofia moderna, de Descartes a Husserl.

as categorias da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência; mas se trata, para ser preciso, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda identidade pessoal (AGAMBEN, 2009, p. 41-42).

Na visão do autor todo dispositivo implica em um processo de subjetivação, “sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (AGAMBEN, 2009, p. 46). Pois, o dispositivo é de toda forma, segundo Agamben (2009) e Foucault (2006) uma máquina capaz de produzir subjetivações, somente quando e enquanto é considerado uma máquina de governo.

Em analogia as câmeras de vigilância, pensemos o dispositivo prisional descrito por Agamben (2009). Tal dispositivo produz subjetividade, ou seja, tem como consequência mais ou menos imprevista a constituição de um sujeito e de um *milieu* delinqüente, que de alguma forma se torna sujeito das técnicas de governo. Do mesmo modo, o dispositivo, câmera de vigilância, enquanto técnica de segurança do governo é capaz de constituir um sujeito regulado pelas forças e poderes regentes na sociedade.

Logo, podemos perceber que, para Agamben (2009), os dispositivos, pensados como máquina capaz de produzir subjetividades, são também considerados uma máquina de exercício do poder. A observação que se faz aqui é na forma que o sujeito contemporâneo tem sido constituído, ressaltando que “quanto menos subjetividades são formadas no corpo a corpo dos indivíduos com os dispositivos tanto mais dispositivos são criados com tentativa inelutável de *sujeição* dos indivíduos às diretrizes do poder” (p. 13-14).

Tal situação dentro do contexto capitalístico revela uma ação diferenciada do dispositivo, onde Agamben (2009) tem uma nova percepção diante do processo de subjetivação, diferente de como acontecia com o uso dos dispositivos tradicionais²¹. O autor ainda ressalta:

O que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação. Um momento dessubjetivante estava certamente implícito em todo processo

²¹ Os dispositivos tradicionais fazem relação com os dispositivos disciplinares citados por Foucault em *Vigiar e Punir*. Ver Foucault (1987).

de subjetivação, e o Eu penitencial se constituía, havíamos visto, somente por meio da própria negação; mas o que acontece agora é que os processos de subjetivação e processos de dessubjetivação parecem tornar-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer espectral. Na não verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade. Aquele que se deixa capturar no dispositivo, telefone celular, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire por isso uma nova subjetividade, mas somente um número pelo qual pode ser, eventualmente controlado (AGAMBEN, 2009, p. 47-48).

O “sujeito espectral” do qual o autor nos fala é um sujeito singular que vive de acordo com o que é dado pela sociedade; pois, a todo o momento, indivíduos são modelados ou controlados por uma imensa gama de dispositivos presentes no cotidiano. Mas, como lidar ou conviver com tal situação? A complexidade dessa problemática está no poder e na potencialização dos dispositivos, pois no cerne de cada dispositivo está “um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo” (AGAMBEN, 2009, p. 44), tratando de uma relação de troca, controle e assujeitamento em prol da felicidade e do bem-estar.

Traçando-se uma analogia ao dispositivo “telefone celular” trazido pelo autor, pensa-se nas câmeras de vigilância como dispositivo capaz de transformar os espaços públicos da cidade em uma grande área de vigilância e controle que, por paralelo, assemelham-se a prisões, configurando-se, inclusive, um *milieu* de delinquentes. Nisso, é dado ao sujeito comum ou suspeito, o monitoramento de seus gestos e comportamentos cotidianos na mesma proporção e intensidade do desejo por segurança.

No atual contexto de assujeitamento do indivíduo, perante as forças e poderes políticos, Agamben entende que “as sociedades contemporâneas se apresentam assim como corpos inertes atravessados por gigantescos processos de dessubjetivação que não correspondem a nenhuma subjetivação real” (2009, p. 48), No entanto, isso não quer dizer que não há uma constituição do sujeito, ao contrário disso, reforça a ideia de um processo contínuo e constante construção do sujeito, pois este inserido em seu contexto social, diante de suas subjetivações ao se colocar em estado de sujeição assume uma posição de dessubjetivação até o momento em que se propõe a novo processo de subjetivação.

Com a tecnologia, há, portanto, a produção de subjetividade a partir da objetivação, dessubjetivação e ressubjetivação do sujeito, já que este se torna “dependente” da tecnologia para conduzir suas ações e seus comportamentos. O que se pode perceber, baseado no entendimento de Agamben (2009), é que o assujeitamento diante das novas tecnologias não tem formado sujeitos com comportamentos particulares ou singulares, mas indivíduos não permeados pela crítica ou pela atitude de criticar o meio no qual está inserido²². Há, dessa forma, um mascaramento do sujeito, pois a maneira de ver, sentir e reagir, peculiar a cada pessoa, tem caráter hegemônico diante dos atuais dispositivos.

Nesse contexto, nota-se o quão diversos são os processos de subjetivação e dessubjetivação em questão, daqueles que são vigiados e dos que além de vigiados, vigiam; dos que se submetem ao olhar que vigia e aqueles que esteticamente se rebelam contra ele. Seria, então, o sujeito contemporâneo um representante de novos modos de se constituir? Subjetivando-se e dessubjetivando-se, num processo de contante construção?

Os processos de dessubjetivação, são para Agamben (2009), processos que arrastam os indivíduos para fora de sua identidade constituída, desmachando as fronteiras entre as esferas humana e não humana. E é a partir dessas transformações, do que vem a se tornar o indivíduo é que surgem os sujeitos, na sua forma larvar, em sua multiplicidade de eus e subjetivações.

Subjetividade e dessubjetividade são portanto, processos de construção do sujeito. Cabendo a esses processos a produção e a modificação do si, ou seja, é na relação com a sociedade, no estilo e modo de vida é que se percebe os processos pelo qual o sujeito se constitui, subjetivando-se, dessubjetivando-se para que possa se ressubjetivar. Logo, os graus ou modalidades pelo qual o sujeito se desenvolve não podem ser vistos como contrários, excludentes ou opostos, mas em uma visão paradoxal, em que uma ação é dependente da outra (PELBART, 2013).

Nesse contexto, é no exercício do atual controle constante que o sujeito se constrói. A não interrupção da vigilância vai além do controle intenso, permite conhecer os indivíduos em vigilância (FOUCAULT, 1987). O indivíduo é para a contemporaneidade sujeito que se constrói pelo poder, sendo capaz de produzir sua própria realidade (AGAMBEN, 2009; FOUCAULT, 1987).

²² Percebe-se aqui uma ligação às teorias Frankfurtianas encontradas em Adorno e Horkheimer.

Sentimentos como medo e insegurança estão cada vez mais presentes na atual dinâmica da vigilância, e são eles que justificam as transformações na arquitetura das cidades, assim como a aderência por parte dos indivíduos por novos hábitos e comportamentos atuantes sempre na defensiva.

As medidas de segurança variam de acordo com a natureza de cada espaço a ser monitorado. As residências, por exemplo, são marcadas por instalações de alarmes, cercas elétricas, muros altos, uso de interfonos, grades em portas e janelas, contratação de vigias e o uso de câmeras de vigilância, sendo que a maioria dos moradores, independente de classe social, concorda que “a utilização de cercas elétricas, alarmes e câmeras nos bairros são as melhores opções para se viver com segurança” (FRATTARI, 2011, p. 47).

Por consequência, o uso de dispositivos como as câmeras de vigilância é justificado pelo intuito de promover a segurança pública. Para Teresa Caldeira (2003), a insegurança leva a condutas e atitudes que implicam restrições de liberdade individual. É a nova configuração da insegurança, sujeitos individualistas, marcados pela desconfiança do outro, presos em suas próprias casas, fugindo do mal que a rua pode lhes oferecer.

Foucault (1987) faz ainda uma leitura da vigilância, vendo-a com o objetivo de controlar o sujeito, enquanto corpo criativo, quer dizer, não controlar e vigiar apenas o indivíduo enquanto corpo-carne, mas como sujeito pensante dentro de um sistema de produção. Dessa forma, controle e vigilância assumem no cotidiano a forma de um discurso sobre segurança pública, estabelecendo coordenadas nas relações espaços-temporais, numa expansão “ilimitada” do capital, que com certeza afetará os modos de existência em escala planetária (SILVA, 2004).

É uma vigilância ubíqua, invisível e quase imperceptível. Nas sociedades de controle, é primordial a invisibilidade das tecnologias disciplinares. Isso não significa que todos não saibam que ela está ali, na verdade, muitos sabem, mas é primordial sua camuflagem, sua discrição, pois é por meio dela que se tem a errônea sensação de liberdade, mesmo que vigiada, para viver a vida tal qual como está disponível na contemporaneidade.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem como objeto de estudo o espaço urbano contemporâneo, o exercício da vigilância e do controle social, e a produção de subjetividades. Para conduzi-lo, tomou-se como ponto de partida a análise do crescente uso de câmeras de vigilância nas ruas da cidade de Goiânia. A investigação também se dá na produção de subjetividades a partir da relação indivíduo e cidade, seja pela posição de sujeitos vigiados, controlados, seja na posição de sujeitos vigilantes, e na origem de sentimentos como insegurança, angústia e ansiedade, que, conseqüentemente, gera novos padrões de comportamento e novas “estéticas de existência” (FOUCAULT, 2006).

Todavia, a percepção de tais mudanças exige a aplicação de métodos de pesquisa que permitem a compreensão do tema e ainda que responda aos problemas e objetivos de pesquisa. Para tal, optou-se por realizar uma pesquisa com abordagem exploratória e qualitativa, utilizando-se da entrevista semiestruturada e da análise do discurso como técnica ideal para trabalhar os dados coletados durante a pesquisa de campo. A abordagem exploratória buscou trabalhar e descrever a relação entre as variáveis levantadas na pesquisa, procurando descrevê-las e/ou caracterizá-las, qualitativamente (KOCHE, 2007).

A opção pela técnica da entrevista se deu pelas seguintes motivações: por meio dela enxergou-se a possibilidade de obter os dados que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais, mas que podem ser fornecidos por pessoas específicas; pela relevância da fala daqueles que estão diretamente envolvidos com o tema de pesquisa, e ainda por permitir a observação sobre o comportamento e atitudes dos entrevistados.

Têm-se: por meio da entrevista, informações sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (ROSA; ALNOLDI, 2006, p. 23).

Dessa forma, o uso da entrevista contribuirá para a identificação do processo de produção do sujeito, além de propiciar a aproximação e o relacionamento de “confiança” entre entrevistador e entrevistado. Isso beneficiará a pesquisa na

validação e na obtenção de dados relativos aos sentimentos, às sensações, às expectativas e às frustrações diante do objeto de pesquisa.

No uso da entrevista, a aplicação será do tipo semiestruturada, que implica em estabelecer um roteiro de questionamentos de forma a permitir que o entrevistado fale sobre “seus pensamentos, tendências e reflexões sobre o tema apresentado”. Nessa modalidade de entrevista, os questionamentos são feitos de forma aprofundada e subjetiva, e, partindo de questões previamente prontas, o entrevistador tem a liberdade de levantar questionamentos a partir da fala do entrevistado.

De acordo com Dias da Silva:

nesta entrevista questões gerais são levantadas. As questões nesse caso são abertas e devem evocar ou suscitar uma verbalização que expresse o modo de pensar ou de agir das pessoas face aos temas focalizados. Devem visar, também, facilitar as lembranças dos informantes e que eles principiem a falar sobre o tema, para que se instalem, aí, noções de credibilidade. Cada um deverá compor uma sequência particular e abordar com mais ou menos detalhes um fato, da maneira que melhor lhe convier. Tornam-se entrevistas longas, que irão permitir tanto a análise quantitativa das respostas às questões que abordam pontos objetivos, quanto, e em especial, uma análise qualitativa do discurso dos informantes (Apud ROSA; ALNOLDI, 2006, p. 31).

Para aplicação da entrevista, foram selecionados três grupos de atores sociais: a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás representada pelos vigilantes (trabalhadores da central de monitoramento da cidade de Goiânia) e pelo Major (pessoa responsável em conduzir as atividades dentro da Central); os empresários e os lojistas das ruas em que estão localizadas as câmeras de vigilância, e os transeuntes (pessoas que transitam pelas ruas). Tal escolha se deu pela heterogeneidade da amostra, e por acreditar que esses grupos sociais possuem as informações necessárias para a conclusão dos objetivos de pesquisa.

Para realização das entrevistas, inclusive na elaboração dos questionários, delimitou-se como categoria de AD os processos de subjetivação e dessubjetivação do sujeito; seus processos de assujeitamento (aceitação e resistência/ biopoder), e as formas de saber e poder. Em posse dos discursos obtidos, o objetivo foi encontrar subsídios que pudessem responder ao problema da pesquisa.

Tendo realizado as entrevistas, os dados obtidos foram analisados qualitativamente, de forma que os fenômenos fossem apreendidos em sua manifestação

natural, captando os diferentes significados das experiências vividas pelos entrevistados (ROSA; ALNOLDI, 2006). Nesse processo, as falas dos entrevistados foram aperfeiçoadas na forma de categorias de discursos previamente estipulados para procedimentos de análise.

Para colocar em curso a análise dos dados, foi feito o uso da Análise do discurso (AD), entendendo que “nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo, procurando-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento” (ORLANDI, 2005, p. 19). Portanto, o objeto de análise é a própria fala do indivíduo, carregada de seus sentidos, pois a história tem seu real afetado pelo simbólico, o que faz do discurso do sujeito algo fora de seu controle, pois este é afetado tanto pela língua, quanto pela história.

A Análise do Discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido. A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que os constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2005, p. 26).

Logo, a base para a realização do método AD é compreender como se dá a produção simbólica de sentidos. Trata-se de organizar e relacionar no processo de interpretação e leitura, o sujeito e o sentido encontrado no Discurso. Dessa forma, tudo aquilo que é dito de um modo ou de outro, com ou sem ausência das palavras podem ser lidos por meio da análise. Nas palavras da autora:

Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária. Isso porque, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2005, p. 34).

A chave da AD está, portanto, na construção da interpretação, no jogo ideológico e inconsciente. É pela interpretação que o analista será capaz de descrever a fala do sujeito, que constitui o sentido submetido à análise. Além disso, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, estando o analista totalmente envolvido no processo de interpretação. Tal envolvimento se traduz pela introdução de dispositivos teóricos capazes de intervir na relação do analista com os objetos simbólicos que analisa. Daí a possibilidade do analista trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação, pois é papel do analista trabalhar não em uma posição neutra, mas relativa, que vá de acordo com a interpretação (ORLANDI, 2005).

Tendo esse conhecimento como ponto de partida, o analista se ocupará de procedimentos e etapas a serem seguidos, que basicamente podem ser listados, de acordo com Orlandi (2005), como: passagem da superfície linguística para o texto do discurso; passagem do objeto discursivo para a formação discursiva e, por fim, compreensão o processo discursivo e sua formação ideológica.

Outro fator importante dentro do trabalho metodológico realizado diz respeito à ética dentro da pesquisa. Em virtude disso, foi feito um pedido ao comitê de ética da UFG solicitando a autorização para a realização da pesquisa envolvendo entrevistas. Houve, por parte do pesquisador, a preocupação em proteger os sujeitos pesquisados, garantindo que seus direitos não fossem violados.

Para o pesquisador, “a pesquisa é fundamental para o desenvolvimento humano e deve ser feita sempre pautada por princípios éticos” (MORAES, 2006, p. 62). Considera-se que a aplicação dos procedimentos éticos faz da pesquisa um processo correto e confiável. Esse tipo de abordagem é importante para o levantamento de dados e alcance dos objetivos e respostas aos questionamentos propostos por essa pesquisa.

A metodologia foi aplicada de forma que garantisse o anonimato dos entrevistados, pois durante o processo de entrevista, os mesmos demonstraram preocupação em fornecer seus dados pessoais a um “desconhecido”. No entanto, em todas as entrevistas, um termo de livre esclarecimento²³ foi dado ao entrevistado para que este pudesse conhecer a pesquisa e decidir sobre sua participação. Em todos os momentos, ficou claro ao entrevistado a possibilidade de desistir da entrevista, o não

²³ Dispõe o Conselho Nacional de Saúde, que o Consentimento Livre Esclarecido é a anuência do sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação, após explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta pode acarretar, formulada em um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa (CNS – Res. Nº 196/1996; item II.11. (Consta modelo em anexo)

prejuízo para sua pessoa em virtude da desistência e que todos os dados fornecidos somente seriam divulgados no campo da pesquisa e do conhecimento científico.

5 ENTRE A TEORIA E O DISCURSO: HEGEMONIA EM TEMPOS DE BIOPODER

“O homem nasceu livre, e em todos os lugares ele está acorrentado”.

Jean-Jacques Rousseau

Para entender o contexto no qual está inserido as questões relativas a segurança da população é válido ressaltar a formação das cidades e o seu desenvolvimento. Para Foucault (2009), a cidade era, ainda no século XVIII e início do século XIX caracterizada por suas especificidades jurídicas, administrativas e militar. Além de características essenciais dadas em sua heterogeneidade econômica e social.

Com o decorrer do tempo e o crescimento das cidades houve a necessidade de intercâmbios econômicos entre a cidade e o seu entorno imediato dando forma então as relações comerciais. Em virtude disso, precisamente desse desencravamento espacial, jurídico, administrativo e econômico, é que começa-se a perceber os problemas da cidade como sendo um problema essencialmente de circulação (FOUCAULT, 2009).

Diante da circulação de pessoas e de mercadorias é que surge a preocupação com questões relacionadas a população e aos dispositivos de segurança. Na contemporaneidade, câmeras de vigilância estão instaladas em ruas, praças, cruzamentos, centros comerciais, carros, lojas e residências. As grandes cidades brasileiras têm sido tomadas por esses dispositivos de vigilância, que revelam relações de poder e controle em nome da segurança coletiva e individual.

Objetivando entender esses processos de controle e vigilância por meio das câmeras, delimitou-se o *corpus* da pesquisa a partir da organização do material obtido por meio das entrevistas, juntamente com o ponto de vista e teorias abordadas. Diante da fala/texto, o analista tem por função remetê-la a um discurso, fazendo com que este ganhe sentido a partir de sua formação ideológica. Sendo assim, entende-se o discurso como uma dispersão de textos e o texto como uma dispersão do sujeito; pois o sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto e há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade (ORLANDI, 2005).

Dentro desse contexto, o *corpus* foi delimitado a partir da fala/texto obtida nas entrevistas que, por sua vez, constituíram o discurso. Os transeuntes, os comerciantes, os policiais do monitoramento e o responsável pela central de monitoramento da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSPGO) com suas falas sobre o uso das câmeras de vigilância constroem uma textualidade que faz parte do discurso de segurança presente na cidade de Goiânia.

Para tanto, na análise, é preciso remeter os textos/falas ao discurso, com o objetivo de relacionar as formações discursivas delimitadas aos jogos de sentidos e às formações ideológicas que regem essas relações (ORLANDI, 2005). O intento da análise do discurso (AD) é compreender a produção de sentidos e a significância contida nos discursos dos sujeitos, uma vez que “a compreensão implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (ORLANDI, 2005, p. 27). A finalidade em analisar o discurso está, portanto, em perceber o que está sendo dito, não-dito e ainda o que essas textualidades querem dizer, como questão central da investigação.

Com tal entendimento, percebeu-se o atual cenário das câmeras de vigilância em ruas e vias públicas de Goiânia. De acordo com a SSPGO, são 37 pontos de monitoramento com câmeras, localizadas nos bairros centrais e ruas com grande fluxo de pessoas e de mercadorias. As câmeras “surgem como uma forma de auxiliar o policiamento na preservação da ordem pública e na segurança da população”, diz a SSPGO.

A central de monitoramento em Goiânia funciona em um ambiente com computadores e monitores que permitem a visualização das imagens captadas pelas câmeras, sendo os policiais os responsáveis por analisar e armazenar essas imagens. As câmeras são do tipo IP, com angulação de 360° e transmissão via rádio *Wireless* capaz de captar as imagens, embora sua tecnologia não permita uma análise minuciosa das imagens²⁴.

Diante dessas informações, saímos às ruas na busca de falas/textos que permitissem construir um ou mais discursos, que refletissem o sujeito contemporâneo a partir da realidade em suas manifestações do poder e controle por meio da segurança pública. Tendo sempre como referência as categorias estabelecidas para a AD: os

²⁴ Dados informados pela SSPGO.

processos de subjetivação do sujeito; o assujeitamento do sujeito nos modos de aceitação e resistência, e os saberes e poderes construídos dessa relação.

Dentre os grupos entrevistados, diversas foram as textualidades encontradas, que de alguma forma encontraram unidade e permitiram a conversão desses textos/falas em um discurso hegemônico. Perceber a funcionalidade do discurso a partir do objeto de pesquisa é o principal objetivo da AD, pois assim se percebe como o discurso se torna um discurso de verdade (FOUCAULT, 2009) e se constrói em sua historicidade, suas ideologias e suas construções em relação ao sujeito.

Dada às textualidades encontradas, os discursos se formaram a partir daquilo que foi dito, sem se prender diretamente ao que não foi dito ou ao que poderia ter sido dito, conforme sugere a análise do discurso de Foucault (2009). No entanto, concordou-se em usar Orlandi (2005) como fonte de entendimento para aplicação da AD. Com isso, partiu-se do entendimento da autora que atribui ao analista o papel de se desfazer da ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira e assim perceber as diversas significações presentes na fala/texto e no discurso que se forma.

Dessa forma, o discurso predominante é de prevenção da criminalidade, criminalidade essa que forma sujeitos inseguros. As câmeras se justificam a todo instante, pelo medo da violência, pela proteção da população e de seus bens, o que permite a legitimação de um poder e controle constante – o governo sobre os outros – por parte do Estado. Nesse contexto, observou-se a presença de um discurso hegemônico entre os grupos entrevistados, que serão interpretados com base nas seguintes práticas discursivas: “Segurança pública: um dever dos governantes”; “Pela sua (in)segurança esta área é controlada por câmeras”; “Quem não deve, não teme” e “Câmeras de vigilância: por uma garantia dos fluxos e deslocamentos”.

Tais enunciados serão interpretados relacionando os sentidos produzidos e seus efeitos metafóricos: lugar da interpretação, da ideologia e da historicidade presente em cada discurso, sendo o sujeito, aquele que ocupa um lugar no discurso, tornando-se também objeto de interpretação. Além disso, é condição necessária à AD fazer um “retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, tecendo as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 80).

A AD levanta questões que refletem sobre o que estão falando os sujeitos e quais são os efeitos de sentidos produzidos, e, ainda, o que está sendo construído para os sujeitos e para a sociedade a partir do objeto de análise. O que auxilia na

interpretação de como a presença das câmeras de vigilância tem sido recebida pela sociedade e como esses dispositivos de segurança têm sido refletido na formação do sujeito contemporâneo.

5.1 SEGURANÇA PÚBLICA: UM PROBLEMA/DEVER DO ESTADO E DA POLÍCIA

O problema da segurança pública como um dever do Estado foi um discurso construído a partir da fala de todos os grupos envolvidos na pesquisa: os transeuntes, os comerciantes e a Central de Monitoramento. A princípio trabalhou-se com os transeuntes e com os comerciantes, buscando saber a quem eles creditavam a resolução do problema da segurança nas ruas da cidade de Goiânia. Em resposta, todos foram unânimes ao dizer que segurança pública é um problema a ser resolvido pelo Estado. Nesse caso, pode-se entender o Estado não como uma figura singular, mas como uma figura que envolve instâncias federais, estaduais, municipais e policiais para governar uma sociedade.

No entanto, quando foi proposta a mesma pergunta à Central de Monitoramento, tal questão foi vetada, alegando que não poderia ser respondida, devido à sua complexidade e fatores envolvidos. Porém, o que se pode perceber no decorrer das entrevistas, é que mesmo não respondendo diretamente ao questionamento, outras respostas permitiram a inferência.

Na afirmação “eu estou prestando um serviço à comunidade, eu me sinto útil em poder auxiliar a comunidade, que é o meu papel”, o policial responsável pelo monitoramento no momento da entrevista deixa claro que a questão da segurança é uma função, um objeto do Estado e daqueles que de alguma forma o representam, como é o caso dos policiais.

Em outra fala, “é nossa função proteger a população”, também se pode perceber como está imersa a questão da segurança como um dever e uma função do Estado e de seus governantes. É comum e historicamente perceptível como toda a responsabilidade em conseguir e manter uma sociedade em segurança é delegada aos governantes, seja pela mídia, pelas campanhas eleitorais, seja pelo senso comum (empírico), já que são eles (os governantes) que atuam com medidas de “prevenção” e “solução” da violência na contemporaneidade.

Há, nesse sentido, um discurso de verdade predominante, ou seja, tem-se um problema que afeta as diversas cidades brasileiras e que precisa ser resolvido, atitude esperada por meio de medidas e estratégias de segurança aplicadas pelos governantes. As câmeras de vigilância e monitoramento em Goiânia, por sua vez, constituem a mais recente medida de segurança, quando se trata de medidas públicas locais. Mas seria legítimo cobrar do aparelho do Estado maior segurança pública? Quais são as problemáticas que envolvem esse discurso, sua historicidade, seus efeitos e sentidos produzidos na sociedade e na vida do sujeito?

De acordo com Foucault (2008), a questão da segurança está diretamente ligada ao fenômeno da cidade e de seus problemas. Nessa perspectiva, surge uma verdadeira preocupação com a cidade propriamente dita, em protegê-la, em ampliá-la ou em fixá-la. Considerando que essa era uma realidade do século XVI e XVII, a noção de Estado e de governo era bem diferente da que conhecemos hoje, não havia ainda uma preocupação central com a população, os problemas a serem resolvidos pelo Estado eram centrados, fundamentalmente, em seu funcionamento.

O Estado, ou a “razão do Estado”, era considerado “uma regra ou uma arte [...] que nos dá a conhecer os meios para obter a integridade, a tranquilidade ou a paz da república” (FOUCAULT, 2008, p. 343). A “razão do Estado” estava relacionada consigo mesmo, em “uma auto-manifestação na qual o elemento população está esboçado, mas não presente, esboçado mais não refletido”²⁵.

Nessas condições, fica claro que preocupar-se com a população nem sempre foi uma função do Estado ou do governo diretamente, mas que se refletiu ao decorrer da história e começou a ganhar espaço a partir do século XVIII. De acordo com Foucault (2008), foi por intermédio de um aparelho instalado para fazer com que o Estado funcionasse, denominado aparelho de polícia²⁶, que surgiu a preocupação com a população.

Dessa preocupação, surgem outras questões importantes a “arte de governar”, pois, além da preocupação com a população, cabia aos governantes serem conhecedores de todos os elementos que envolvem o Estado. Tal característica é comum não só aos períodos históricos anteriores, mas também ao Estado moderno. Observe a seguinte afirmação do soldado:

²⁵ (ibidem, idem, p.370).

²⁶ O termo polícia usado aqui não corresponde ao que conhecemos por polícia na contemporaneidade. Tal conceito será explorado no decorrer da análise.

“É importante que quem esteja do outro lado da câmera seja alguém preparado para esse trabalho, que nós chamamos de tirocínio policial, ou seja, um treinamento que permite aos policiais identificar as atitudes suspeitas dos indivíduos. É necessário ter pessoas que já trabalham com a criminalidade e entendem seus processos, pois assim poderemos ajudar a população”.

As palavras do soldado reforçam a importância de um Governo e de uma Polícia preparada, ou seja, que detenha o conhecimento, o domínio técnico para exercer sua função de identificar um padrão de comportamento classificado como suspeito. Entende-se ainda como polícia os sujeitos conformados, fabricados e treinados, detentores de determinados saberes e verdades sobre comportamentos e atitudes desviantes para exercer tal função. Nesse sentido, pode-se entender as palavras de Foucault (2008), que porventura vem explicitar como os governantes podem e devem atuar no processo de guardar o próprio Estado, servindo de parâmetro para compreender as estratégias e os conhecimentos necessários para proteger a população.

Quem governa tem de conhecer os elementos que vão possibilitar a manutenção do Estado, a manutenção do Estado em sua força ou o desenvolvimento necessário da força do Estado, para que ele não seja dominado pelos outros e não perca sua existência perdendo sua força ou sua força relativa (FOUCAULT, 2008, p. 365).

Os dois trechos se aproximam na tentativa de mostrar como acontece o processo de manutenção do Estado e ainda como essas características foram transmitidas para os cuidados com a população – incluindo aí os mecanismos de segurança ao indivíduo. O Estado e o próprio Governo começam a ser entendidos a partir de uma ideia reguladora da razão governamental. Trata-se, portanto, de ligá-los “diretamente a conservação de uma outra relação de forças, a manutenção ou desenvolvimento de uma dinâmica de forças” e poderes (FOUCAULT, 2008, p. 397-398), já que mais tarde essas relações e a junção delas vão ser chamadas pelo autor de “mecanismos de segurança”.

A “arte de governar”, então, se desenrola entre as atitudes dos governantes, os problemas da cidade e da população e, por fim, as estratégias e os mecanismos próprios de segurança. Porém, o Estado moderno não age sozinho no processo de construção do bem-estar, a Polícia, como instituição e braço armado do Estado, que

existe para assegurar a ordem, conforme conhecemos hoje, passa a exercer um papel fundamental, agregando forças ao Estado em seu processo de crescimento e manutenção.

Nesse momento da história, Foucault (2008) nos traz uma visão totalmente otimista da polícia, cujo objetivo inicial era fazer bom uso das forças do Estado e que, posteriormente, século XVIII, começa, juntamente com o Estado, a se ocupar dos problemas da população e da cidade como um todo. Surgem aí o conjunto e as formas de controle por intermédio da Polícia, que podem ser traduzidos pelos atuais dispositivos de segurança.

Percebe-se, dessa forma, que o novo objeto de ocupação é, primordialmente, a vida dos homens e a circulação de mercadorias, cujo objetivo é garantir a sobrevivência de todos. Ao estabelecer mecanismos de controle, a polícia separa os cidadãos dos marginais. Os cidadãos de bem podem circular a vontade no espaço da cidade, porque o olhar da polícia está atento, limitando o espaço de circulação de possíveis ações marginais. A Polícia e o próprio Estado representado vêm configurar esse método de sobrevivência ao afirmar:

“O trabalho na Central de Monitoramento é uma ação extra pessoal, não queremos controlar os indivíduos, mas os marginais. É preciso colocar limites territoriais ao bandido. O cidadão não, este não é o nosso foco, mas existe mesmo o controle. Mas a nossa função principal é ajudar a melhorar a vida das pessoas”.

Há, no discurso dos que governam, a constante preocupação com o bem-estar da população. Todas as medidas e atitudes tomadas são em benefício da sociedade, especificamente aos indivíduos de bem. Afinal, pela fala do soldado, fica claro que cidadão e marginal são duas coisas diferentes. Aquele que ocupa a posição de marginal não é considerado indivíduo, nem mesmo cidadão. Segundo o ponto de vista da polícia, não é considerado população. E foi exatamente nesse aspecto que nos ocupamos de analisar e interpretar o discurso da segurança pública como um dever do Estado, tendo como pergunta chave: de que o Estado e a “arte de governar” devem se ocupar?

Para Foucault (2008), essa é uma questão relevante, pois reflete não apenas a função e o objetivo do Estado, mas todo o seu processo de funcionamento, seus mecanismos, suas estratégias e seus dispositivos capazes de promover segurança. Não

basta governar, é preciso saber como governar. A tudo isso ele chama de governamentalidade e continua:

O crescimento dentro da ordem, e todas as funções positivas, vão ser assegurados por toda uma série de instituições, de aparelhos, de mecanismos, etc. e a eliminação da desordem – será essa a função da polícia. Com isso, a noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos (FOUCAULT, 2008, p. 475-476).

A ideia central aqui é de que deve haver por parte da Polícia e do Estado um respeito pela população, já que este é, segundo o autor, um elemento indispensável à governamentalidade, considerando que “não respeitar a liberdade (...) é principalmente não saber governar como se deve”. Não nos ocupemos, por enquanto, com a liberdade do indivíduo, mas detenhamos nosso olhar, a princípio, sobre a “arte de governar”.

Vamos nos deter, por um momento, na fala do transeunte: “a segurança pública é muito ruim, a criminalidade só aumenta. Cuidar da nossa segurança é uma responsabilidade dos governantes. Não adianta prometer, tem é que agir pra deixar a população mais segura”. Aqui a interpretação depreendida está vinculada tanto na confiança, quanto na desconfiança depositada nas ações da polícia e na figura do Estado, enquanto agente promotor de segurança. O Estado falha no exercício de suas funções em aparelhar, criar e manter instituições que viabilizem e garantam “o crescimento da ordem”.

Trata-se de pessoas que esperam as ações do Estado, mas que em decorrência dos acontecimentos e fatos sociais de violência desconfiam não da eficiência do método em si, mas de sua execução. No trecho “tem é que agir pra deixar a população mais segura”, nota-se que o sujeito não está satisfeito com as ações que têm sido tomadas, achando que são poucas em relação à necessidade posta, mas não questiona a instituição “polícia” e sua função no estabelecimento da ordem e da proteção ao cidadão de bem. Assim, o sujeito em sua fala, ao mesmo tempo em que demonstra o desejo por segurança, expõe sua carência pela prometida proteção governamental, pois acredita que segurança pública é um problema a ser resolvido pelos governantes e assim confia as soluções a eles. Em contrapartida, age em cobrança por não ver acontecer o objeto de desejo, que é propriamente a segurança e o bem-estar público.

O sentido de segurança para a população (transeuntes e comerciantes) parece equivaler ao conceito dado por Foucault (2008), em que se entende por segurança “o conjunto enquadrado, de um lado, por toda uma série de vigilâncias, controles, olhares, esquadrinhamentos diversos que permitem descobrir, antes mesmo do ladrão roubar, se ele vai roubar” (Op. cit, 2008, p. 7).

Logo, percebemos que, assim como os antigos processos disciplinares, o atual processo de segurança depende de dispositivos que permitam seu exercício. As câmeras, por exemplo, de acordo com o Major da polícia civil, “surgem como uma forma de auxiliar o policiamento na preservação da ordem pública e segurança da população” e não apenas como “instrumentos de capturar bandidos”. Mais que soluções propriamente ditas, a “arte de governar” contemporânea, tendo em vista os discursos presentes, prioriza ações que visem ou deem condições para melhorar a vida da população.

No contexto da análise, a fala de um transeunte se destaca: “o problema da segurança pública deve ser resolvido pelos governantes, são eles que têm condições para isso, a população não tem”. Daí entende-se que não apenas os governantes percebem como função própria o governar da população, também a sociedade tem como entendimento que gerir uma sociedade inteira, preocupar-se com a segurança e o bem-estar social, está condicionado ao Estado e aos governantes. Isso porque o senso comum indica que as medidas e ações necessárias devem ser de conhecimento e preocupação daqueles que ocupam o poder.

Para Foucault (2008), na “arte de governar”, ainda estão presentes princípios soberanos e disciplinares, que não podem ser eliminados, ao contrário disso, precisam constantemente ser trabalhados e aperfeiçoados. Nas palavras do autor:

gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe. A ideia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental, que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 2007, p. 291).

Por esse motivo, por estarem inseridos nessa estrutura de governo, que, possivelmente, há na população essa espera por ações e soluções do governo, e total responsabilização deste pelos problemas da segurança pública. A população, historicamente, espera pela ação do governante, por suas medidas e estratégias de benefício à sociedade. Se por um lado, essa espera é capaz de gerar, teoricamente, um amor pelo Estado, de outro, pôde-se observar por meio do discurso presente, um caráter controverso, uma vez que a descrença e a falta de confiança recheiam as falas da população diante do trabalho da Polícia e do Estado.

Os problemas referentes ao relacionamento entre população e Estado sempre existiram e continuarão a existir, pois, em toda sua história, o Estado teve seus avanços, seus poderes, seus abusos, que permitiram a construção de sua imagem. Foucault (2007) trata da governamentalização do Estado, que é uma concepção de Estado que não se resume na individualidade ou funcionalidade rigorosa e onde a função do Estado se reduz ao “desenvolvimento das forças produtivas, à reprodução das relações de produção, [essa] concepção do Estado que o torna absolutamente essencial como alvo de ataque e como posição privilegiada a ser ocupada” (FOUCAULT, 2007, p. 292).

Em contraponto, Foucault (2007) propõe uma análise do Estado a partir dos problemas da governamentalidade, que, por sua vez, se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política. Fenômeno esse que permitiu a sobrevivência do Estado. Isto quer dizer que o que compete ou não ao Estado e aos governantes dependerá das táticas e estratégias previstas pela governamentalidade. “Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, em sua sobrevivência e em seus limites” (FOUCAULT, 2007, p. 292).

Logo, na problematização do processo de interpretação do discurso, pode-se apreender que a população é alvo das instâncias de governo, que, por sua vez, utiliza o saber econômico e social para fortalecer o controle que se estabelece por meio dos dispositivos de segurança. Ao mesmo tempo, está presente na fala do sujeito que “é preciso investir mais em segurança pública”, o que acaba por confirmar duas vertentes: a primeira remete ao controle por meio do investimento em dispositivos de segurança (câmeras) e a segunda, ao crescente desejo da população por segurança e por medidas satisfatórias que reflitam na diminuição da criminalidade e da violência.

Se esse é um desejo da população, independente da qualidade de transeunte ou comerciante, é também uma função designada à “arte de governar” e, conseqüentemente, ao Estado. Foucault (2008) traduz em governamentalidade a ação de governar, ou seja, a garantia de haver, por parte do Estado, mecanismos de segurança ou de intervenção que, essencialmente, tenham por função garantir a segurança dos fenômenos naturais da população e dos processos intrínsecos a ela.

Por fim, é evidente nas falas que o problema da segurança pública envolve estratégias e mecanismos próprios à governamentalidade. As câmeras de vigilância ou monitoramento compõem apenas uma parte desse processo. Na visão do Estado e da Polícia, é preciso garantir a segurança e obter melhores condições de vida para a sociedade. Do outro lado, está a população que espera exatamente essa atitude de seus governantes. Não cabe aqui, nesse momento, um levantamento se o problema da segurança pública tem sido ou não resolvido, porém importa perceber a condição de estabelecimento de poder e saberes que se formam em meio à ação dos governantes, ao qual se vinculam os sujeitos contemporâneos.

5.2 PARA SUA SEGURANÇA ESTA ÁREA É CONTROLADA POR CÂMERAS

Ao andar pelas ruas de Goiânia, é comum vermos placas indicadoras da presença de câmeras de monitoramento, públicas e particulares. Ruas do Centro da cidade, do bairro Campinas e da Avenida Bernardo Sayão são cenários para as câmeras de vigilância e, conseqüentemente, para as placas, cujo enunciado é “Para sua segurança esta área é controlada por câmeras”. Essa é uma estratégia que vem se tornando comum nas cidades, tendo em vista o problema da violência e criminalidade.

Curiosamente, tal enunciado permitiu a constituição de mais uma categoria para análise. Não se trata de uma simples transcrição do conteúdo da placa instalada pela Polícia Civil, mas de uma construção discursiva, construída a partir da análise das entrevistas feitas com transeuntes dessas regiões monitoradas, com os comerciantes comuns dessa área e também com os responsáveis pela central de monitoramento da capital.

Por meio das textualidades encontradas nas entrevistas, foi possível observar uma característica hegemônica, ou seja, muitas das respostas encontradas tiveram conteúdos semelhantes. A partir disso, direcionou-se a interpretação das falas a

uma compreensão das relações de forças e poderes presentes na sociedade contemporânea.

Tendo em vista que houve uma expressiva repetição de ideias e sentidos presentes nos ditos dos transeuntes e comerciantes, podemos destacar como representantes deste discurso, num primeiro momento, as seguintes expressividades:

“Para mim todos os lugares deveriam ter câmeras, pois essa é uma maneira de transmitir segurança. Veja na televisão, quantos crimes são resolvidos com a ajuda das câmeras” (transeunte);

“Com certeza, com as câmeras a gente se sente muito mais seguro” (comerciante);

“Os bandidos não estão respeitando, mas é bom saber que tem alguém olhando pela população” (transeunte);

“Me sinto bem e segura, quanto mais câmeras melhor” (transeunte);

“As pessoas se sentindo vigiadas elas medem suas atitudes” (transeunte).

Diante das falas, pode-se observar um ponto comum. Todas elas discursam a favor das câmeras, colocando-as como um benefício à sociedade. Seja pela fala dos transeuntes, seja pela fala dos comerciantes, o “sim” para as câmeras como promessa de segurança sugere um processo de assujeitamento diante desse mecanismo de controle, concordando que tal procedimento é para o bem de todos.

As câmeras seriam, portanto, um dispositivo do biopoder, com o objetivo e a capacidade de ordenar, classificar e controlar a população. Elas seguem as mesmas técnicas disciplinares, antes descritas por Foucault (1987), que é a de um olhar hierárquico sobre toda a população, cuja função é vigiar; a de função normalizadora, tendo as câmeras como dispositivo capaz de regular e normatizar as condutas dos indivíduos, e, por último, a técnica de exame, capaz de registrar e identificar indivíduos, com o objetivo de penalizá-los dentro da norma vigente antes estabelecida.

Nesse sentido, dentre as problemáticas que envolvem a questão da segurança e do monitoramento na cidade de Goiânia, quais são os sentidos e os efeitos do biopoder? Como o discurso de segurança feito por meio das câmeras se tornou um discurso de verdade? E, por fim, quem é esse sujeito inserido aos meios de vigilância contemporâneos?

O desejo por segurança é perceptível e confirmado entre a população. Todos se preocupam com o fato de estar e de se sentir em segurança. Mas, para que isso aconteça, uma série de medidas estratégicas é tomada pelos governantes, a fim de dar uma resposta à sociedade. De toda forma, essa não é uma estratégia social que visa apenas o benefício da população, há nessa relação um jogo de interesses, pois “a felicidade dos indivíduos é uma necessidade para a sobrevivência e o desenvolvimento do Estado” (FOUCAULT, 2006, p. 313).

Entremeio a essa estrutura de métodos e mecanismos de segurança, importamos compreender as relações de forças e poder que regem a sociedade. Não se trata apenas de dispositivos de segurança, cujo objetivo é monitorar as ruas da cidade, mas de um poder e controle que se exerce sutilmente em forma de benefício sobre a sociedade.

Como os tecnófilos, a população contemporânea vê na tecnologia o seu lado benéfico, enquanto salvadora de uma sociedade em caos. “A consciência do homem moderno se caracteriza em uma tendência ao otimismo societário, cujo eixo ou ponto de apoio é o desenvolvimento tecnológico próprio a nossa civilização” (RUDIGER, 2007, p. 14). Isso quer dizer que o uso da tecnologia e da técnica na vida humana pode ser preenchida pelo pensamento de que o uso da tecnologia complete tudo aquilo que falta a sociedade, seria o lado positivo, a descomplicação do cotidiano humano.

Prometéicos ou tecnófilos são os que defendem a faculdade emancipatória e beneficente da técnica moderna. “A tecnologia para eles merece ser vista como um fator de progresso da humanidade” (RUDIGER, 2007, p. 17). Nesse contexto, seriam os dispositivos de segurança uma forma de progresso?

Lemos pensa a evolução da técnica moderna de modo muito semelhante, mas em bases culturalistas e em sentido prometéico. A formação do indivíduo cede lugar a livre expressão da subjetividade, e o sinal valorativo do processo é invertido. A cibercultura que sucede a tecnocultura ou tecnocracia seria, em geral, benfazeja (RUDIGER, 2007, p. 90).

Desse modo, o desenvolvimento da tecnologia e da técnica é entendido em uma relação de poder, no sentido de representar um ‘poderio humano coletivo’, em que se faz necessário uma orientação sobre o uso dessa tecnologia, para que essa possa refletir positivamente na sociedade, seja economicamente ou socialmente. Mas o que acontece com problemas criados por ela mesma e que estão longe de ser resolvidos? É dever do ser humano interferir nessas relações homem-máquina, mas que isso seja feito

de forma consciente para que todas as transformações sejam realmente significativas e necessárias ao cotidiano (RUDIGER, 2007, p. 134).

Teoricamente, pode-se relacionar o benefício e a vigilância às câmeras, enquanto dispositivos de controle em uma era de biopoder. O cuidado com a vida, que, pouco a pouco, se tornou uma preocupação do Estado, é a principal abordagem do biopoder, revelando como o exercício do controle e da vigilância atuam na vida do indivíduo em nome da segurança e do bem-estar social.

Do mesmo modo, deve-se entender que as câmeras não são apenas dispositivos de controle que atuam na formação e na transformação do indivíduo por meio do controle do espaço, mas que elas realizam a regulação das populações, por um biopoder que age sobre a espécie humana, que considera o conjunto populacional, com o objetivo de assegurar sua existência (FOUCAULT, 2007).

Desse modo, a interpretação desse discurso de total aceitação das câmeras pela população ganha sentido a partir do momento que passamos a entender tal estratégia de vigilância, indo além do mecanismo de poder e controle, ou seja, percebendo-a como medida de sobrevivência, de fazer viver a população.

Ressalta-se que não se trata de um controle por meio de forças repressivas do Estado e da Polícia, mas de um controle revestido pelo mecanismo de proteção. De um lado, está a população que deseja e precisa de uma determinada ordem para sobreviver em meios aos problemas sociais e, de outro, o Estado que deverá proporcionar essa segurança. O transeunte ao dizer “é bom saber que tem alguém olhando por nós” ou que “com as câmeras a gente se sente mais seguro” se dispõe docilmente ao controle e à vigilância por acreditar na sua eficiência de proteção. Declara sua fragilidade, impossibilidade e inércia na solução da violência e da insegurança.

Confirmando o exercício do biopoder, tem-se a fala do soldado: “existe mesmo o controle, mas no monitoramento a função é ajudar a melhorar a vida das pessoas”. Dessa forma, pode-se perceber que há por parte da Instituição de Segurança pública a intenção e consciência de controle da população, mas que se justifica pelo benefício da segurança que esse controle pode trazer.

As câmeras seriam, portanto, estratégias de controle espacial por parte do Estado. Um controle que se exerce não apenas sobre os espaços sociais públicos, mas também sobre o indivíduo. Tendo em vista as falas exemplificadas acima, inferi-se que a população não só tem aceitado as câmeras de vigilância como tem acreditado em sua

eficiência e desejado sua disseminação por toda a cidade. Mas, por qual motivo haveria essa concordância e (total) satisfação com as câmeras?

O Biopoder é uma forma de poder que age sutilmente na sociedade. Há a necessidade de viver e fazer viver toda uma sociedade nas mais diversas circunstâncias, o que justifica uma explosão de técnicas que permitem “a sujeição dos corpos e o controle das populações” (FOUCAULT, 1999b, p. 132). Com isso, pode-se entender que o atual sistema de vigilância ou monitoramento público de Goiânia é mais uma manifestação do biopoder na sociedade contemporânea. A população submetida a essas relações de poder, muitas vezes, nem se dá conta do controle que se exerce sobre ela e, quando toma conhecimento, submete-se ao controle por acreditar que é para um bem maior.

Exemplo disso pode ser constatado na fala de alguns entrevistados que, ao serem abordados sobre a presença das câmeras, demonstraram pouco ou nenhum conhecimento de sua existência.

“Não. Eu não sabia que tinha câmeras aqui, mas acho bom saber agora que tem” (transeunte);

“A maioria das pessoas nem sabe que aqui tem câmeras” (comerciante);

“Eu já ouvi falar, vi na televisão, mas eu não sei se elas funcionam de verdade” (transeunte).

O que se percebe é que muitos desconhecem o uso das câmeras, o que os impedem de perceber o controle que se exerce por intermédio delas. Isso prova que a sociedade, em âmbito geral, está cada vez mais envolvida aos meios de controle social, em um grau de imersão que beira ao comum, ao cotidiano das ações, fazendo-se invisível ao olhar desatento da população.

Outro fator que favorece a aceitação e envolvimento com os dispositivos de segurança é a abordagem legitimadora dada pela mídia, em especial a televisão. Em algumas falas, é notória a presença da televisão como transmissora de um discurso, por vezes, informativo, esclarecendo a presença e o objetivo das câmeras em determinados locais e, num segundo instante, atuando no reforço de um discurso de verdade dos governantes, em que as câmeras e o controle social agem para solucionar crimes e resolver o problema da segurança pública.

Desse controle, já não é permitido retornar, não há como desviar ou fugir dos olhares eletrônicos, eles estão em muitos lugares, fazem parte do cotidiano dos espaços urbanos e se legitimam na própria voz do sujeito desejoso de garantia e meios para uma vida mais segura. Mesmo aqueles que desconheciam a presença das câmeras nas ruas da cidade, concordam com seu uso e se inserem entre aqueles que a aceitam, fazendo das câmeras sua “bandeira de bem-estar social e segurança” contra qualquer mal que possa lhe acontecer.

A partir da análise das entrevistas e da relação que se estabeleceu com o biopoder, notamos que há um processo de submissão do sujeito que, ao que parece, é constituído em um sistema de permuta involuntário e extremamente necessário, ou seja, se aceita o controle e a vigilância na busca de um pouco mais de segurança, não importando se as câmeras conseguem intimidar o bandido ou se são eficientes em seu propósito. Sendo importante apenas, como disse o transeunte, “saber que tem alguém olhando pela população”.

Nesse caso, a fala nos leva a interpretação de que mesmo que as câmeras não funcionem ou não consigam evitar o crime, é bom que elas existam e estejam ali, e que ocupem todas as ruas e todos os bairros, pois assim a população se certifica que há uma ação do poder sobre a sociedade e que este mesmo poder está olhando por todos. O controle e a vigilância, dessa forma, não são vistos como algo preocupante, alarmante ou invasivo, pois a população, assim como o corpo policial de Goiânia, mostrou-se totalmente entregue aos modos de vigilância contemporâneos. Isso permite arriscar que a sociedade sofre, nesse período da história, um processo de assujeitamento diante das forças e poderes, assim como aconteceu na era do poder soberano e disciplinar.

Pode-se concluir que para se ter segurança, necessariamente, deve-se aceitar o controle de todos, limitar a liberdade e abrir mão da privacidade. Afinal, não é apenas o sujeito “suspeito” que é passível de controle, mas todo aquele que transita pela área vigiada (BRUNO, 2006). E, nessas circunstâncias, o benefício do uso de dispositivos de segurança cumpre sua função, que é controlar a população a fim de evitar que os “maus” tenham domínio sobre os “bons”, fortalecendo as sutilezas de um biopoder cada vez mais vigente.

Em último ponto, busquemos identificar o sujeito que está por detrás desse discurso de segurança e como ele vem sendo construído diante dessas estruturas de controle, vigilância e violência. Alguns autores (LEMOS, 2009a; SOUZA, 2008) problematizam a vigilância, o controle e a segurança em uma análise propriamente dos

efeitos que tais estratégias exercem na vida do sujeito, transpondo, portanto, o biopoder. Para Souza (2008):

as estratégias correntes de controle espacial por parte do Estado e do capital privado podem, contudo, terminar não só por esterilizar os espaços públicos, ao roubar-lhes diversidade e espontaneidade, ao submetê-los a uma vigilância permanente, mas também por atualizar constantemente a lembrança do medo e a estigmatização do Outro (SOUZA, 2008, p. 91).

Também, nesse sentido, está a visão de André Lemos (2009a) e Rosello (2008). Ambos sugerem que a simples presença de câmeras de vigilância em determinado espaço pode transmitir medo e insegurança, pois se o ambiente está sendo vigiado, é porque há uma relevante ocorrência de crimes e perigos à sociedade.

Diante do medo e da insegurança sociais, podemos identificar o sujeito contemporâneo como um sujeito inseguro? Ou ainda, como podemos identificar esse sujeito? Observe as falas dos entrevistados:

“Eu tenho muito medo, ando pelas ruas rogando a Deus por proteção” (transeunte/centro);

“Eu não ando tranquila, a qualquer momento eu posso ser abordada por um bandido, olha só pra mim, eu não uso nada, nem brincos, nem relógio, nem anel, nem aliança que é pra não chamar a atenção de bandido” (transeunte/centro);

“Aqui é um bairro tranquilo, não tenho medo de andar por aqui” (transeunte/campinas);

“Onde há uma área monitorada, há uma pressão, ele fica onde se sente mais seguro” (policial).

No conjunto de falas em análise, apresentada pelo sujeito morador da cidade de Goiânia, que transita pelas ruas do bairro Central e Campinas, e pelo sujeito policial responsável pela Central de monitoramento, é possível encontrar vestígios de insegurança e medo. O transeunte, ao afirmar que pede proteção a Deus ao andar pelas ruas, deixa claro o sentimento de medo que o envolve e o constitui enquanto sujeito. As orações, o apego ao religioso e ao sagrado para conseguir proteção, indicam mais que religiosidade e fé, indicam que se não se pode confiar na proteção humana, que poderia e “deveria” ser proporcionada pelo Estado e pela polícia, pode-se ao menos confiar em Deus, já que a este, não se crê o desamparo. A fala nos remete aos sentimentos de

abandono e fragilidade diante do cotidiano urbano e reforça a necessidade de alguém que “olhe por nós”.

Percebe-se, através da fala, a ação estratégica do dispositivo de segurança (câmeras) que funciona e age pelo e no sentimento de medo existente. A contradição se faz em dois sentidos, pelo medo e pela promessa de felicidade. De um lado as câmeras, justificadas pelo medo e insegurança da população e de outro os mesmos dispositivos atuando na promessa de um espaço mais seguro e conseqüentemente mais propenso a felicidade. A estratégia do dispositivo é própria do biopoder, caracterizando e subjetivando o sujeito como inseguro.

Do mesmo modo, o medo e a angústia estão presentes na vida do sujeito contemporâneo, que não ostenta objetos de valor para não correr o risco de ser assaltado, que não anda a noite sozinho devido à insegurança, que anda atento pelas ruas sempre com receio de ser abordado por um bandido. Porém, “a noção de risco não é a mesma para todos os indivíduos” (FOUCAULT, 2008, p. 80). Para cada localização, cada histórico criminal da região e cada sujeito envolvido, há uma noção diferente.

Na região central, por exemplo, notou-se a predominância de medo e insegurança ao andar pelas ruas. Mas medo de quê? Medo de ser assaltado, basicamente. Isto se deve ao fato do Centro ser uma região de grande concentração de moradores de ruas e usuários de drogas²⁷. Se antes o Centro era o lugar de lazer, de encontros, de passeios com a família, com o desenvolvimento da cidade e do capitalismo, passou a ocupar na contemporaneidade o status de lugar de passagem, local de compras de uma população de menor poder aquisitivo e ambiente de trabalho de muitos indivíduos. Neste caso, essa região reúne aqueles que estão à margem do sistema econômico e que se encontram perdidos em meio ao mundo globalizado capitalista.

Já na região de Campinas, foram observadas algumas diferenças. O medo e a insegurança fortemente presentes na região Central são aqui atenuados. As pessoas entrevistadas afirmam se sentir tranquilas e em segurança, e não percebem o bairro como uma região perigosa, provavelmente por motivo contrário ao do Centro. Mesmo que essa região também seja na atualidade um lugar de trânsito de pessoas e comércio, não se observa os mesmos problemas sociais característicos do Centro: não há

²⁷ Essa informação foi concedida por meio da entrevista feita com o soldado da Central de Monitoramento e não conta com um documento formal de confirmação dos dados, apenas com a experiência e vivência profissional do soldado.

moradores de rua e usuários de drogas na mesma proporção, as ruas são amplas e claras, e as praças não possuem um aspecto de abandono.

Apesar de todas as diferenças e características próprias de cada localização, os sujeitos, transeuntes de cada uma delas, são unânimes ao dizer que se sentem mais seguros com a presença das câmeras. O atual sujeito é um sujeito controlado que permite e é conivente com tal controle. Nesse contexto, afirma Foucault (2008) que o controle na sociedade se infiltra de maneira sutil, implantando nos indivíduos uma noção de risco. Fala-se muito da violência e da criminalidade em todo momento, por meio da mídia, por exemplo, o que permite construir o imaginário dos riscos que se está correndo em qualquer lugar e a qualquer momento. Isso acaba por fazer com que a população aceite e até anseie pelas atuais câmeras de vigilância e, por esse mesmo motivo, sugira isso para amenizar ou ter o sentimento de estar correndo menos riscos.

Em meio a essas relações e práticas de poder, o sujeito se constitui. O discurso de segurança pública por meio das câmeras certamente permite a formação do sujeito, pois se trata de um discurso de verdade, reforçado pela mídia, dentro de uma noção comum de que a cidade é um ambiente violento. Para Foucault:

o sujeito se constitui de uma maneira ativa, através das práticas de si, essas práticas não são, entretanto alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social (FOUCAULT, 2006, p. 276).

O biopoder, então, ao qual o sujeito tem sido submetido, revela a conduta e o comportamento de diferentes formas: nas relações de medo e insegurança ao transitar pela rua; na oração; no não uso de pertences de valores; no olhar atento e desconfiado; no não andar pelas ruas à noite, dentre outros cuidados. Logo, o poder é necessariamente uma força que permite a constituição do sujeito.

No entanto, as mesmas relações de poder que dominam, também possibilitam resistência. Diante disso, observe a fala do soldado:

“Nunca percebi nenhum tipo de reação nítida. Mas às vezes a pessoa está fazendo algo e percebe as câmeras, elas mudam, deixam de fazer o que iam fazer”. E tem “aqueles que não conhecem o alcance das câmeras, acham que onde eles estão ela não alcança e acabamos por registrar cenas de conteúdo íntimo

ou bêbados fazendo arruaça, mas manifestação contrária à câmera, isso nunca aconteceu”.

Num primeiro momento, nota-se na fala a negação de resistência ao poder e controle exercido pelas câmeras de vigilância. De certa forma, a resistência na forma de lutas e protestos não acontece. Porém, outras formas de resistências mais sutis aparecem na fala do soldado, como exemplo, o registro de cenas de conteúdo íntimo ou de bêbados em arruaça. Para Foucault (2006), em toda relação de poder há a possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência não haveria de forma alguma relações de poder.

No entanto, o que se pode perceber por meio das textualidades em análise, é uma resistência manifesta na intimidade do casal que se expõe diante da câmera e no bêbado que dança diante dela, ou seja, uma forma de resistência velada e ambígua, pois da mesma maneira que se pode pensar em determinadas condutas como resistência, pode-se tê-las como mero ato cotidiano ou de vandalismo.

De forma geral, o biopoder se revela em suas sutis formas de controle e dominação. O sujeito, inserido a esse meio, se constitui e desenvolve seu comportamento de acordo com aquilo que presencia, vive, acredita e necessita, subjetivando-se conforme a “música” que a vida toca. E não se trata, precisamente, de ver no biopoder uma relação de forças más, das quais seria necessário se libertar a qualquer custo. Mas de uma relação de forças e poderes constituintes da subjetividade, enquanto modo singular de vida ou do “mascaramento” do sujeito.

O uso de dispositivos de segurança, como as câmeras de vigilância, podem produzir modos de subjetivação no indivíduo, em uma ação que se caracteriza pela subjetivação, dessubjetivação e ressubjetivação do sujeito, reafirmando o processo de subjetivação descrito por Foucault (ano), como uma luta agonística onde poder e sujeito se redefinem. Vejamos como isso acontece nos seguintes exemplos:

“As câmeras servem para ajudar na identificação dos bandidos”
(transeuntes; policiais; comerciantes);

“Todos os lugares deveriam ter câmeras, elas ajudam demais a população” (transeuntes; policiais; comerciantes);

“Câmera de vigilância é normal, faz parte do sistema”
(transeuntes).

Os enunciados acima permitem conhecer um sujeito em processo de dessubjetivação submetido a uma nova ordem do processo de subjetivação, em que as forças e poderes dominantes conseguiram exercer sobre esse indivíduo o contentamento com o sistema e o não desejo de contestação. Ou seja, o sujeito diante das câmeras e das situações de controle não produz um comportamento singular, próprio a ele, obedecendo assim a uma massa hegemônica de assujeitamento ao poder. As entrevistas, em sua grande maioria, apresentaram um sujeito em processo dessubjetivante, mascarado pelas forças do controle exercido sobre ele.

Não obstante, observou-se em algumas falas, únicas, o processo em que o sujeito se retoma pela luta agonística e se ressubjetiva. Vejamos os enunciados a seguir:

“Tentar controlar o cidadão em si. Deveria vigiar os parlamentares e não o cidadão comum. Precisamos de Segurança mais isso não resolve” (transeunte);

“Deveria ter uma ação imediata, que eu não vejo acontecer, tem hora que eu acho que elas estão de enfeite” (transeunte);

“Eu não acredito que as pessoas se sintam mais seguras, na verdade eu nem sei se elas realmente funcionam” (transeunte);

“Se for para o bem da população com certeza é necessário. Mas se for só mais um gasto não compensa” (transeunte).

A análise feita aqui encontra um novo sujeito que, ao ser apresentado às atuais estruturas de vigilância e controle das câmeras, procura por meio de sua fala questionar o sistema vigente, caracterizando-se como sujeito que duvida e se sente inseguro com o aquilo que está sendo oferecido. Isso produz, de alguma forma, sua subjetividade, ou seja, a projeção de si mesmo a partir de suas experiências singulares e com o meio social.

Entretanto, não se trata, em nenhum dos casos, de sujeitos não submetidos ao biopoder. Seja em processos de subjetivação, dessubjetivação ou ressubjetivação, o sujeito será sempre objeto e efeito do poder. Confirmação disso encontra-se na obra de Foucault (2006), quando ele diz que não poderá haver sociedade sem relações de poder, desde que elas sejam entendidas como estratégias por meio das quais os indivíduos tentam conduzir e determinar a conduta dos outros. Nas relações de poder, o problema não deve se concentrar na utopia de por fim a elas, mas em permitir que esses jogos de poder, joguem com o mínimo de dominação possível.

5.3 *QUEM NÃO DEVE NÃO TEME*

Nas ruas da cidade, transitam centenas de pessoas todos os dias num constante fluxo de corpos que se encontram e se cruzam, 24 horas, sob o olhar vigilante das câmeras de monitoramento. Diante dessa realidade, objetivou-se saber qual o sentimento, a sensação e o pensamento da população ao tomar conhecimento da existência das câmeras e se perceber como alvo de monitoramento.

Todos os grupos propostos para pesquisa foram entrevistados e em suas falas uma nova hegemonia discursiva foi encontrada. Quando questionados sobre como se sentiam ao saberem que estavam sendo filmados, foram unânimes em dizer que não se preocupavam com as imagens feitas e que não teria nada a temer se nada de errado fosse feito.

Assim, para construção da análise, constituiu-se como discurso de verdade a frase “Quem não deve não teme”, tendo como objeto simbólico as textualidades obtidas em cada um dos grupos entrevistados. Começamos pelos transeuntes:

“É bom, porque quem é limpo não tem nada a ver”;

“Não. Eu não me incomodo com a presença delas”;

“É como se diz por aí, quem não deve não teme”;

“É normal, não vejo problema em ser filmado. No trabalho já é assim”;

“As câmeras fazem parte do sistema, dão mais tranquilidade”;

“Vale a pena ser filmado, em nome da segurança”.

Diante dessas textualidades, podemos entender que não há uma preocupação por parte dos transeuntes em ter suas rotinas filmadas no caminho para o trabalho, para a escola, no passeio, na ida às compras. Afinal, somente aqueles com condutas indesejáveis pela sociedade precisam se preocupar com olhares eletrônicos.

Nesse sentido, não se percebe na fala dos transeuntes uma preocupação com a privacidade, a invasão dela ou qualquer sentimento de restrição da liberdade individual. O que fica entendido é que as câmeras não incomodam os indivíduos de bem. Se não há nada a esconder, conseqüentemente, não haverá nada a temer. Dessa forma, percebe-se que para os transeuntes, as câmeras são propostas para o controle do

bandido, para a identificação do estranho e do suspeito em meio a todos os demais indivíduos e não para o controle do cidadão comum.

Quanto à privacidade do indivíduo, ficou claro que este não se sente violado com o olhar da câmera. Na fala do soldado, também encontramos indícios de uma não intenção e não violação da privacidade alheia. Vejamos:

“eu não vejo como uma invasão de privacidade, mas como uma garantia da privacidade dele, a de ir e vir, conforme previsto pela Constituição Federal” (policial);

“A privacidade não está no lugar público, quem quer privacidade deve procurar lugares privados [...] Não é nossa função invadir a privacidade, é proibido a nós fazer uso das imagens obtidas. Não é nossa função expor os indivíduos e sim protegê-los” (policial).

A privacidade pode ser definida, de acordo com Lemos (2009a), como o controle e a posse de informações pessoais, bem como o uso que se faz posteriormente dessas informações. Se associarmos a fala do policial com o conceito dado pelo autor, pode-se concluir que a privacidade do indivíduo transeunte não tem sido violada. O soldado não vê o uso das câmeras como uma invasão de privacidade, mas como uma garantia dela. O policial nos dá o entendimento de que se locomover com segurança pelas ruas é sinônimo de privacidade. As ameaças e os riscos possíveis seriam, então, situações capazes de invadir a privacidade do sujeito.

Tal entendimento vai de encontro ao conceito dado por André Lemos (2009a). Câmeras de vigilância nas ruas da cidade são objetos de captura de imagens e informações do indivíduo, mas essas não se caracterizam como informações pessoais, já que se trata de cenas construídas em locais públicos com grande circulação de pessoas.

Portanto, a interpretação que se tem a partir das falas do soldado, embasadas no conceito de privacidade proposto, é que a invasão ou violação da privacidade não se caracteriza em espaços públicos. E mais, se não há a intenção de invasão de privacidade, nem o uso das imagens para fins particulares por parte da Polícia, ao mesmo tempo em que não há na população o sentimento invasivo, é possível que a violação de privacidade não se caracterize.

Um segundo ponto da fala do soldado merece atenção. Quando ele diz “não é nossa função expor os indivíduos e sim protegê-los”, demonstra que nas relações de poder e controle por meio das câmeras de vigilância, todos os indivíduos são

submetidos ao olhar vigilante, não importando a sua condição de inocente ou de suspeição. Todavia, é função da câmera e dos olhares que estão por trás dela de estarem atentos ao comportamento suspeito, para assim proteger os demais indivíduos na sociedade.

Entende-se por comportamento suspeito não apenas o sujeito em ação, mas aquele que está parado. Na fala do Major responsável pela Central de Monitoramento, “o indivíduo parado na porta do banco ou na esquina, é alvo de suspeita e precisa ser observado”, constatamos que em meio ao fluxo e ao movimento comum das ruas da cidade, aquele que está parado, ganha a qualidade de suspeito. E não apenas ele, mas todo aquele que se desvia do comportamento esperado pelos policiais. Essas ponderações revelam a existência de um padrão de comportamento estabelecido pelo poder vigente, que classifica os sujeitos como cidadãos do bem, portanto não devem temer o olhar vigilante, aqueles do mal, esses, sim, são alvos do poder policial.

Nessas condições, a vigilância e o controle existem para deter o estranho, o Outro, o suspeito em meio à multidão. E, por isso mesmo, quem não se enquadra no perfil de suspeito não deverá temer a constante vigilância. No espaço público, a manutenção do sistema de vigilância, é a promessa de ruas mais seguras, sujeitos em segurança, porém menos livres. Segundo Bauman (2003), liberdade e segurança são categorias irreconciliáveis.

Retomando os enunciados dos transeuntes citados mais acima, busquemos interpretar como eles se sentem com relação a possível restrição da liberdade de cada um.

“As câmeras fazem parte do sistema, dão mais tranquilidade”;

“Vale a pena ser filmado, em nome da segurança”;

“É como se diz por aí, quem não deve não teme”.

Por detrás de cada enunciado parece-nos haver a afirmativa de que “o preço da liberdade é a insegurança” (Bauman, 2003, p. 26), ou seja, o deslocar-se com liberdade, na não preocupação de estar sendo ou não monitorado, tornou-se uma estratégia necessária para que todos se sintam menos inseguros.

Para Bauman (2003), a promoção da segurança sempre exigirá o sacrifício da liberdade, já que esta só pode ser ampliada à custa da própria segurança. Ao dizer que “vale a pena ser filmado, em nome da segurança”, o transeunte permite a interpretação de que para se ter segurança e poder viver sem medo, as estratégias de

segurança não só são necessárias como são aceitáveis, tidas como algo que vale a pena ser feito, que por mais que possa ter malefícios, os benefícios são superiores.

Não se trata, portanto, de sujeitos preocupados com o virtuoso crescimento das câmeras de vigilância e, conseqüentemente, do controle social exercido sobre os modos de vida individuais e coletivos, mas de um sujeito acostumado, adestrado ao atual sistema, onde percebe as câmeras nas ruas e as aceita como parte de um sistema necessário para a sobrevivência, sendo esta uma realidade não apenas do espaço público, mas do espaço social privado.

O sujeito ao dizer que ser monitorado nas ruas da cidade “é normal, já que em seu trabalho já é assim”, reforça a ideia de adestramento do sujeito. Isso deixa claro que para a vida em sociedade e construção de todo o processo de civilização, será sempre necessário modos de coerção que permitam o controle da sociedade. Logo, todo o sistema de vigilância se justifica e se legitima na promessa de uma sociedade mais segura e o sujeito, entremeio a isso, na condição de não suspeito, não tem com que se preocupar, pois o olhar vigilante das câmeras garante se voltar apenas àqueles comportamentos ditos suspeitos.

5.4 CÂMERAS DE VIGILÂNCIA: POR UMA GARANTIA DOS FLUXOS E DESLOCAMENTOS

As câmeras de vigilância surgem para garantir o fluxo e os deslocamentos nas ruas da cidade. Pessoas, carros, mercadorias e um grande volume de dinheiro dividem o cenário das ruas monitoradas de Goiânia. Em meio ao fluxo, muitos são os discursos de verdade que se constroem, tendo como referência as relações de poder desenvolvidas nesse campo social. Para constituição desse discurso, utilizou-se das falas obtidas em entrevista com os agentes que envolveram essa pesquisa, tendo como principal questionamento a escolha dos locais de instalação das câmeras.

As regiões escolhidas para o monitoramento compõem uma série de critérios designados pelo Estado e pelos agentes da Polícia envolvidos com o problema da segurança pública em Goiás. Tendo em vista a fala dos representantes da Central de Monitoramento, observemos,

“o principal critério de escolha são os locais com grande quantidade de comércio e com o maior número de pessoas. Esses ambientes são propícios ao crime pelo volume de dinheiro circulante e pela facilidade de infiltração de criminosos” (Capitão da Central de Monitoramento);

“os atuais pontos de monitoramento foram escolhidos por serem áreas com maior incidência de crimes e fluxo de pessoas. Não podia ser colocada em todos os lugares, então começou por esses” (Central de Monitoramento);

“Esses pontos foram o pontapé inicial, áreas com grandes fluxos. Mas há necessidade de se expandir para os demais bairros. Há projetos e uma tendência de aumentar o uso das câmeras” (Central de Monitoramento).

De acordo com as informações, a escolha dos pontos de monitoramento foi feita obedecendo a critérios de maior propensão a criminalidade e de áreas com grande fluxo de pessoas e mercadorias. Com isso, entende-se que toda a cidade e as ações que envolvem o seu funcionamento necessitam de um planejamento, para que haja um melhor aproveitamento do espaço e da qualidade de vida para aqueles que por ali transitam.

Para Foucault (2008), o planejamento da cidade se justifica por sua polifuncionalidade, sendo a rua o principal objeto dessa estrutura. O autor argumenta:

O que é uma boa rua? É uma rua na qual não vai haver, é claro, uma circulação daquilo que não é desejável ou pouco desejável. A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser também aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente amotinados, etc. (FOUCAULT, 2008, p. 26).

O entendimento de Foucault remete ao problema fundamental de todas as cidades, que é o problema de circulação de pessoas, mercadorias e recursos financeiros desejáveis. Em Goiânia, não poderia ser diferente. Todo o projeto de monitoramento e seus pontos estratégicos significam o controle da circulação, além de ser uma maneira de observar o indesejável para que esse possa ser removido, num processo sanitário.

Dispositivos de segurança, como as câmeras de vigilância, seriam uma resposta estratégica para o bom funcionamento das ruas da cidade. Em virtude do grande comércio, que ocupa as regiões monitoradas, e do número de pessoas que transitam nesses locais, é que surge a preocupação com a liberdade dos deslocamentos e

do movimento urbano. É preciso permitir e possibilitar ao sujeito a qualidade de um deslocamento, em que qualidade se torna sinônimo de segurança. A esse respeito, afirma Foucault:

Um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem, em todo caso (...) justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno [que essa palavra] adquire no século XVIII, não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto de pessoas como de coisas. E é essa liberdade de circulação que devemos entender, penso eu, pela palavra liberdade, e compreendê-la como sendo uma das faces, um dos aspectos, uma das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 63-64).

A vinculação da circulação com a segurança é um problema que sempre mereceu a preocupação dos governantes. Há, nas ruas, um processo de troca, de contato, de dispersão e distribuição entre pessoas e mercadorias, que confirma o problema central da segurança pública: “como é que as coisas devem circular ou não circular?” (FOUCAULT, 2008, p. 85).

Diante disso, entende-se que a escolha dos 37 pontos de monitoramento não só favorecem a circulação de pessoas e mercadorias, como deixa de favorecer outras regiões não menos propensas ao crime, que, em virtude do menor fluxo de pessoas, foi deixada para uma próxima etapa do projeto. Por detrás dessas escolhas, vislumbra-se ainda o favorecimento do consumo, já que há câmeras de vigilância onde há comerciantes e consumidores. O próprio Major deixa claro a preocupação que a Instituição tem em monitorar essas áreas em virtude do “volume de dinheiro circulante”.

Para Souza (2008), a segurança pública, assim como as escolhas estratégicas que a envolvem, tem fundamento no capitalismo e, conseqüentemente, na demanda por consumo que envolve a sociedade contemporânea. Há na população a necessidade de consumo, o que gera os deslocamentos e movimentos pelas regiões da cidade. O autor vai além ao afirmar que:

a vida pública vem sido enfraquecida no cotidiano, seja pelas interdições diretas de acesso e locomoção, seja pelo medo de frequentar certos locais em certos horários e sob certas circunstâncias, seja, ainda, pelo temor ou pela impossibilidade de expressar livremente opiniões e associar-se livremente. Espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou

“abandonados” (a frequência com que são visitados diminui dramaticamente) ou, então, “cercados” e “monitorados”, o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea (SOUZA, 2008, p. 84).

Novamente, a questão da liberdade é abordada agora no sentido de afirmar que os espaços monitorados favorecem “o declínio do homem público”, fazendo com que a vida pública livre e espontânea seja uma característica cada vez mais ausente da vida contemporânea. As câmeras de vigilância teriam, portanto, objetivos de controle da criminalidade, cujo benefício maior seria garantir o fluxo e o deslocamento de pessoas, mercadorias e dinheiro.

Com relação aos objetivos do monitoramento, Souza (2008) argumenta sobre os riscos que envolvem a disseminação desses dispositivos, tratando especificamente de como esses processos de segurança em espaços públicos têm conduzido à estigmatização e à exclusão de grupos indesejáveis e suspeitos em potencial. Diante disso, afirma o autor:

O mais comum, no entanto, é o Estado e seus planejadores se encarregarem de produzir espacialidades que reduzem a diversidade, além de tolerarem que empreendedores privados busquem, até mesmo à custa dos espaços públicos, assegurar espaços “exclusivos” e “homogêneos” aos usuários mais abastados. Nas áreas centrais das cidades, diante da impossibilidade de planejar o conjunto espacial desde o princípio considerando plenamente a segurança e a “tranquilidade” dos clientes e consumidores em potencial – o que é possível nos *shopping centers* e *shopping malls*, cuja estrutura arquitetônica, conforme lembram BIRENHEIDE e LEGNARO (2003: 5-6), apresenta semelhanças com a estrutura arquitetônica de uma prisão –, faz-se necessário o emprego da tecnologia CCTV e, também, de serviços privados de segurança (SOUZA, 2008, p. 90-91).

Vincula-se, portanto, o monitoramento e a segurança pública a um forte sistema de consumo. De um lado, consumidores comuns em trânsito pela rua e, de outro, empresas de segurança que atuam na fabricação e manutenção de um sistema de vigilância. As câmeras de vigilância em Goiânia significam mais que um sistema de controle do crime, é também parte de uma estrutura capitalista que visa, direta ou indiretamente, o favorecimento do consumo.

Em uma segunda abordagem, observando o ponto de vista dos transeuntes, percebeu-se o desejo de instalação de câmeras de vigilância também nos bairros onde

residem, tendo em vista que apenas um dos entrevistados mora na região alcançada pelo monitoramento. Nas falas:

“Deveria ter nos bairros, eles estão abandonados”;

“As câmeras deveriam estar em todos os lugares”;

“O perigo não está no centro, mas nos bairros”;

“As câmeras inibem o crime. Elas devem estar em todos os lugares de grande fluxo e comércio diurno e noturno”.

Os enunciados apontam, mais uma vez, para a grande aceitação que as câmeras de vigilância têm em meio à população e ainda o desejo de ampliação dos sistemas de monitoramento. Interpreta-se na fala dos transeuntes que as câmeras se fazem necessárias não apenas nos bairros e na região central, mas em todas as áreas da cidade - nos bairros e demais ruas com o mesmo fluxo de carros, pessoas e dinheiro - que ainda não foram contempladas com o sistema de monitoramento.

E se, por um instante, presencia-se na fala um protesto em nome dos “bairros abandonados”, em outro, encontra-se transeuntes em total acordo com os locais e critérios escolhidos para o monitoramento. Dessa forma, entende-se que as câmeras são consideradas benéficas para a sociedade e, por isso, é desejo da população de que elas ocupem todo o espaço urbano, alcançando, assim, o policiamento do futuro, mencionado pelo soldado da Central de Monitoramento.

“Pelo bom desempenho das câmeras seria muito bom haver outros pontos. É preciso fazer um estudo estatístico para escolher os locais. É a polícia do futuro, atuando no monitoramento mais do que nas ruas. É uma expansão de sucesso” (soldado da Central de Monitoramento);

O que se pôde perceber é que o controle e a vigilância por meio do monitoramento são ainda projetos em expansão. Há muito ainda por ser feito, e os locais de monitoramento, ao que tudo indica, deverá seguir as mesmas medidas e estratégias já usadas até o momento. Transeuntes, comerciantes e policiais são unânimes em concordar que cidade segura é cidade vigiada.

Por último, na análise que se fez dos enunciados encontrados nas entrevistas feitas com os comerciantes das áreas monitoradas, cujo objetivo era saber o nível de

aceitação do sistema de monitoramento, assim como os benefícios obtidos pós-instalação, obteve-se como resultado as seguintes afirmações:

“Com as câmeras não mudou muita coisa no comércio, pois os furtos acontecem principalmente dentro das lojas”;

“Não houve um aumento das vendas”;

“Houve benefícios, porém deveria haver mais divulgação do monitoramento, pois isso inibiria os assaltos”;

“Há uma falta de informação sobre as câmeras”;

“A câmera coíbe a violência, diminuiu os furtos principalmente dentro da loja. Mas acho que isso se deve principalmente ao sistema de monitoramento interno. Mas acho importante que haja um trabalho externo”;

“Não houve benefícios. Se tiver assaltos, as câmeras não conseguem evitar”;

“Não mudou muita coisa, pois os furtos acontecem principalmente dentro das lojas”;

“Antigamente tinha mais assaltos, agora diminuiu pelo fato de saber que estão sendo vigiados”;

“Houve benefícios, segurança, motivação, mas não houve aumento das vendas”.

Diante do conteúdo exposto, observou-se uma diversidade de enunciados com diferentes significações, que, por sua vez, possibilitou diferentes interpretações. Um grupo defende a ideia de que não houve benefícios após a instalação das câmeras, afirmando que a criminalidade não foi resolvida, pois o problema da segurança no comércio depende mais de uma ação interna e privada, do que necessariamente de uma ação externa competente ao Estado. Isso, na prática, significa o não aumento das vendas em virtude de uma possível segurança garantida pelo monitoramento.

A segunda ideia a ser defendida é contrária à primeira, pois afirma que houve benefícios após o sistema de monitoramento, principalmente, na diminuição do crime. Porém, a reclamação que se tem é de uma maior divulgação do sistema de segurança, para que assim mais pessoas possam ser inibidas de cometer crimes. De encontro a esse enunciado, está a fala do soldado:

“Eu não tenho um papel que comprove o que vou dizer, mas com certeza, em nome da experiência que tenho aqui na central, o índice de ocorrências diminuiu muito após a instalação das câmeras. Na Bernardo Sayão, por exemplo, eram 25 ocorrências/dia, depois das câmeras são 25 ocorrências/ano. Na região central e em Campinas, diminuiu cerca de 95% do tráfico, arrombamentos noturnos e pichações. Com as câmeras nós conseguimos acompanhar a ação dos bandidos”.

Assim, pode-se concluir que os enunciados que envolvem os sistemas de monitoramento, mesmo que em alguns pontos não concordem, revelam em todos os sentidos a preocupação em garantir os fluxos, os deslocamentos e a segurança patrimonial dentro da cidade. Com ou sem benefícios ligados ao aumento das vendas, o que se percebe é a ação do dispositivo na facilitação do trânsito humano, pois a vida de consumo e a vida do consumidor “refere-se, principalmente e acima de tudo, a estar em movimento” (BAUMAN, 2008, p. 126).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido para essa pesquisa buscou, a princípio, relacionar Cibercultura, vigilância e subjetividade. Com o olhar direcionado a esses conceitos e aos estudos que envolvem essa temática, considerou-se instigante o crescente uso de câmeras de vigilância nas cidades brasileiras. Diante disso, delimitou-se como campo de análise a cidade de Goiânia, inserida no acontecimento das câmeras de vigilância, e como objeto o sujeito ocupante dessa cidade.

Tendo delimitado o objeto, foi proposto investigar o sujeito contemporâneo, em sua constituição, a partir da relação estabelecida entre ele e o uso de câmeras de vigilância espalhadas pelas ruas da cidade. Nosso principal objetivo foi analisar como os processos de subjetivação se formam dentro de uma estrutura social de controle.

Para delimitar o entendimento a respeito do tema, optou-se por uma abordagem teórica fundamentada nos estudos em cibercultura, buscando entender como a tecnologia e suas problematizações estão inseridas na vida contemporânea. Foram apontadas também as relações de forças e poderes, sob a perspectiva foucaultiana, regentes na sociedade contemporânea. E, por último, ainda dentro do referencial teórico, buscou-se entender a subjetividade, não como um modo individualizado do sujeito, mas como algo construído a partir do meio social e contexto histórico no qual está inserido. Para tal entendimento, a pesquisa foi baseada em estudos feitos por Guattari (1992:2011), Foucault (1999b), Agamben (2009) e Deleuze (1992).

Toda a discussão teórica ajudou em uma melhor compreensão do tema e conhecimento do objeto de pesquisa. Problematizar os espaços urbanos a partir da observação do contexto-social-tecnológico contemporâneo, tendo como ponto de partida o indivíduo, permitiu conhecer um novo sujeito, que se constitui sob a perspectiva do controle e da vigilância, que é visualizado por intermédio das câmeras.

Para conseguir alcançar os objetivos da pesquisa, a escolha do método foi de extrema relevância. O método qualitativo para aplicação das entrevistas permitiu a aproximação do pesquisador ao objeto de pesquisa, possibilitando um conhecimento necessário, juntamente com as teorias abordadas, para a análise do discurso.

Desse modo, foi a partir das entrevistas que se pôde observar a formação de discursos, apresentados como ferramentas capazes de oferecer os dados necessários à compreensão do sujeito, respondendo assim ao nosso problema inicial de pesquisa.

Sendo assim, serão apresentados a seguir as considerações finais para essa pesquisa. Vale ressaltar que o discurso é uma fonte inesgotável de interpretação, cabendo ao analista saber localizar na expressão discursiva os elementos de identificação com o seu objeto de estudo.

A primeira constatação obtida logo nas primeiras entrevistas foi a da presença de um discurso comum a todos os entrevistados. As estratégias de segurança, baseadas no controle e vigilância por meio das câmeras, são vistas pela população (leia-se transeuntes, comerciantes e policiais) como benefício para toda a sociedade. Não houve contestação quanto ao uso das câmeras, pelo contrário, o desejo é de que haja câmeras e que elas sejam eficientes naquilo que propõem: inibir a criminalidade.

Presenciou-se, portanto, uma hegemonia discursiva, onde todos estão de acordo quanto ao uso das câmeras como medida de redução da criminalidade e promoção da segurança. Dessa forma, confirma-se como o biopoder, poder regente na sociedade de controle, está intrínseco ao sujeito. Controlar, vigiar e monitorar são palavras comuns ao vocabulário do sujeito que aceita essa estrutura, pois este se vê diante de um bem feito para a população. Afinal, todo esforço para obter mais segurança, não só é importante como necessário.

Imerso a uma era de biopoder, o sujeito foi percebido como aquele regido pelas relações de forças atuantes, rendido a um sistema de controle e vigilância, por acreditar que essa é a forma de estar protegido. Pode-se falar, portanto, de um assujeitamento do sujeito diante da sutil força do biopoder, pois as câmeras de vigilância são estratégias que vão além do mecanismo de poder e controle, colocando-a como medida de sobrevivência, de fazer viver a população.

Esse foi o sentimento encontrado na população. Por detrás do sentimento de sobrevivência, encontra-se um sujeito inseguro, amedrontado com a violência, ansioso por alguém que “olhe por nós” e que ofereça proteção contra os acontecimentos e terrores urbanos vivenciados. Situações essas que, quando não vivenciadas por eles ou alguém da família, podem facilmente ser visualizados em noticiários da mídia. O sujeito contemporâneo é aquele designado a viver com a constante sensação de risco, onde quer que esteja, há sempre a possibilidade de algo acontecer, pois assim diz a mídia e assim se sente ao notar que todas as áreas estão sendo monitoradas, sejam elas públicas ou privadas.

A insegurança e medo são partes de uma estratégia de ação do biopoder. A vida em sociedade é regulada por dispositivos de segurança, cuja promessa é a

segurança da população. Ao mesmo tempo, nota-se que toda essa promoção de segurança só se faz possível e justificável em nome de uma certa insegurança e medo que se instaura na sociedade. Em outras palavras, a regulação da vida em sociedade, o exercício do poder e controle social existem porque há insegurança e medo, do mesmo modo que, há a construção do sujeito inseguro em nome da necessidade de controle. É importante e necessário às estratégias e ações da governamentalidade que haja sujeitos inseguros e amedrontados, pois sem eles a manifestação do poder na forma de regulação e controle não seriam aceitos da forma como o é.

Em virtude disso, o sujeito contemporâneo não está preocupado com a privacidade ou a restrição de sua liberdade, ou invasão de privacidade, e acredita que só aqueles com condutas indesejáveis precisam se atentar e se preocupar com a ação das câmeras. Na verdade, não há no sujeito o sentimento de invasão ou violação, mas sim a certeza de que essa é uma ação necessária e de que é preciso abrir mão da liberdade e espontaneidade das ruas para conseguir um pouco de proteção.

O sujeito não contesta o uso de câmeras, os modos de vigilância, o uso das imagens e o controle ubíquo permitido por essa tecnologia; porém cobra eficiência dessas mesmas tecnologias, eficiência nas estratégias de segurança e eficiência em fazer com que a população se sinta mais segura. Desse modo, as câmeras são para o sujeito o certificado de ação dos governantes. Logo, o sujeito se apresenta como dependente das ações e poderes governamentais, depositando e confiando aos governantes a função de proteger a sociedade.

Há, no entanto, traços de uma resistência sutil, expressada pela voz que reclama a ação eficiente, pelo gesto em frente às câmeras, pelo cotidiano que se expressa voluntária ou involuntariamente diante do seu olhar. Contudo, toda essa possível resistência não consegue apagar no sujeito a submissão ao sistema, a sua rendição pela promessa do bom funcionamento das ruas, pela facilitação dos deslocamentos e fluxos, e pela tranquilidade de sair ao cumprimento de suas atividades, inclusive as de consumo.

Trata-se de uma sociedade ancorada no capitalismo, em que estratégias de segurança, como o uso das câmeras, servem direta ou indiretamente às relações de consumo. Tal relação não se reflete, objetivamente, no aumento das vendas em áreas monitoradas, pois isso não foi possível constatar, mas em uma relação de consumo favorecida pelos deslocamentos em “segurança”, ao mesmo tempo em que alimenta uma indústria terceirizada de equipamentos e dispositivos de segurança.

Diante do que foi exposto, pode-se falar de processos onde o sujeito se constitui: subjetivação, dessubjetivação e ressubjetivação. Primeiro, o sujeito se constitui por meio das relações de forças, modos de coerção e controle que o envolve, desenvolvendo um comportamento próprio do biopoder, produzindo assim sua subjetividade. Por outro lado, esse mesmo sujeito que se constitui conforme o meio no qual está inserido, é também um sujeito que não se caracterizou por um comportamento singular, num modo próprio de se fazer sujeito, tornando-se, portanto, massa de um discurso hegemônico, absolutamente controlável por um sistema de segurança vendido apenas como algo a beneficiar a sociedade. Dessa relação de obediência, aceitação e assujeitamento ao poder, pode-se dizer que há um processo de dessubjetivação do sujeito, caracterizando um novo sujeito, que por sua vez, diante da luta agonística com poder consegue se redefinir em um novo processo de subjetivação.

Diante do que foi concluído, pode-se dizer que os estudos e considerações levantados até aqui de maneira alguma esgota a temática e objeto proposto para investigação. No campo da pesquisa, todos os acontecimentos e mudanças sociais se refletem nos estudos, demonstrando inclusive novos desdobramentos e descobertas do mesmo objeto. Em meio a isso, as câmeras de vigilância, face às recentes manifestações nas ruas, cumprem não só o papel de vigiar as multidões, mas também servem como denúncia às arbitrariedades do aparato policial nas tentativas de controle das rebeliões.

Tais acontecimentos vieram de encontro a pesquisa, mas não puderam ser explorados em tempo hábil. Porém, sem querer ignorá-los, propõe-se que seja material de estudo para uma nova pesquisa. Onde as inquietações poderiam fundamentar-se nas seguintes indagações: seria tais manifestações a denotação de um novo estado em que os vigiados também são vigilantes, passando a exigir uma nova prática política, uma nova ordem social a partir da exigência do direito à mobilidade? Os processos de subjetivação e dessubjetivação não se configuram a partir de uma patrulha/controlado do pensamento? Não seria esta patrulha do pensamento um processo ainda mais perigoso na medida em que os dispositivos vigiam os movimentos e também os pensamentos dos habitantes da cidade?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?: e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009. 92 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

BENTHAM, Jeremy. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 179 p.

BRUNO, F. KANASHIRO, M. FIRMINO, R. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BRUNO, Fernanda. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cibercultura. **E-compós**, Brasília, v.12, n.2, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/409/352>. Acesso: 10 jun. 2011.

_____. Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. **Famecos**. Porto Alegre, n. 36, 2008a. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/4410/3309> Acesso: 10 jun. 2011.

_____. Controle, flagrante e prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. **Famecos**, Porto Alegre, nº 37, dezembro. 2008b. p. 48-53. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/4799/3603> Acesso: 10 jun. 2011.

_____. Dispositivos de vigilância no ciberespaço. Duplos digitais e identidades simuladas. **Revista Fronteiras**, v. VIII, nº 3, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/viewArticle/3147>. Acesso em: 10 jun. 2011.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003. 243 p.

CARDOSO JR, Hélio Rebello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18 (3), p. 343-349, 2005.

CASTRO, R. B.; PEDRO, R. M. L. R.. Redes de vigilância: a experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. **Surveillance in Latin America, Vigilância, segurança e controle social**, Curitiba. Paraná: PUCPR, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. v. 5. São Paulo: 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Empirismo e Subjetividade**: Ensaio sobre a natureza humana segundo Hume, 1º ed., São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34 Literatura, 1992.

FIRMINO, Rodrigo José. A simbiose do espaço: cidades virtuais, arquitetura recombinante e a atualização do espaço urbano. Universidade de Newcastle no reino Unido. 2005. Disponível em: <http://arqbras-3.sap.eesc.usp.br/pesquisa/grupos/e-urb/producao/rodrigo/UrbanizacaoSimbiotica.pdf> Acesso em: 15 jun. 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18º ed., São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado (Org.) Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Ética, Sexualidade, Política**. Coleção Ditos e Escritos (org.) Manoel Barros da Motta. Volume V. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999a.

_____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

_____. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRATTARI, Najla Franco. Sentimento de insegurança na cidade de Goiânia. In: SOUZA, Dalva Borges de. **Violência Urbana em Goiás**: práticas e representações. Goiânia: Editora UFG: Cãnone Editorial, p. 31-50, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. Rio de Janeiro: **Cidades**, v.2, n.4, p. 249-265, 2005.

GUATTARI, Félix, ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: editora 34, 1992.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 133p. Dissertação (Mestrado Sociologia)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 24. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

LEAL, Rita de Cássia Souza. **Câmeras de vigilância**: as novas tecnologias na governamentalidade contemporânea. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. Novas tecnologias e monitoração: a cultura do medo legitimando o controle. IN: **Intercom**. 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0895-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

LEMOS, A.; QUEIROZ, C.; SANTANA, E.; FAGUNDES, F.; BALEEIRO, G.. Câmeras de Vigilância e cultura da insegurança: percepções sobre as câmeras de vigilância da UFBA. **ALCEU** - v. 12 - n.23 - p. 143 a 153 - jul./dez. 2011

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade: a era da conexão. In: Intercom – XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ, 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: Acesso em: 15 jun. 2011.

LEMOS, André. Mídias Locativas e Vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. IN: **Surveillance in Latin America, Vigilância, segurança e controle social**, Curitiba. Paraná: PUCPR, 2009a. p. 621- 648.

_____. Cultura da mobilidade. **Revista Famecos**. nº 40, Porto Alegre, 2009b. p. 28 - 35. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/6314/4589> . Acesso em: 20 jun. 2011.

_____. Tecnologias sem fio de comunicação e informação. Cidades e novos territórios informacionais. In: ARANTES, Priscila e SANTAELLA, Lucia. **Estéticas Tecnológicas**. Novos modos de sentir Ed. PUC/SP, Prelo. 2007a.

_____. Mídias locativas e territórios informacionais, In: ARANTES, Priscila e SANTAELLA, Lucia. **Estéticas Tecnológicas**. Novos modos de sentir. Ed. PUC/SP, Prelo, 2007b. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/midia_locativa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2011.

_____. **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003. pp. 11-23. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2011.

_____. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996

MACHADO, Arlindo. **Máquina e Imaginário:** o desafio das políticas tecnológicas. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MARSHALL, McLuhan. **Os meios de comunicação como extensão do homem.** São Paulo: Cultrix, 2007.

MORAES, João Feliz Duarte. A necessidade de adequação metodológica. IN: KIPPER, Délio José (org). **Ética: Teoria e Prática: uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e fundamentos. Campinas, SP: Pontes, 6ª edição, 2005.

PEDRO, R. M. L. R. Tecnologias de Vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: **XXIX Encontro Anual da ANPOCS - Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** v. 1. Caxambu. 2005. Disponível em: http://www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/4BRS043.pdf. Acesso em: 15 jul. 2011.

PELBART, Peter Pal. Foucault versus Agamben. In: *Ecopolítica.* v.5, p. 37-63, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>. Acesso em: 28 ago. 2013.

PELLEJERO, Eduardo. Dos dispositivos de poder ao agenciamento de resistência. **Revista eletrônica Com Ciência,** 2008.

RAUTER, Cristina Mair. O negativo como obstáculo a uma compreensão da violência contemporânea: criminalidade e coletivo. **Caderno Psicanálise – CPRJ,** Rio de Janeiro, v. 33, nº 24, p. 78-90, 2011.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia,** v. 21, n. 2, p. 425-444, Maio/Ago. 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/156/344>. Acesso em: 08 mar. 2012.

ROSA, Maria V. de F.P. do C; ALNOLDI, Marlene A. G. C.. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos de validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSEIRO, Carlos; TORRES, Pedro; SALVADO, José. **NetEye – Vídeo Vigilância** Baseada em Tecnologia IP. Escola Superior de Tecnologia IPCB, Abril 2008. Disponível em: http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:-KiKs6KoU2IJ:scholar.google.com/+neteye+V%C3%ADdeo+Vigil%C3%A2ncia+Baseada+em+Tecnologia+IP&hl=pt-BR&as_sdt=0. Acesso em: 08 mar. 2012.

RUDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2^a Ed. 2007.

SANTAELLA, Lucia. A estética política das mídias locativas. **Revista Nômad**, Colômbia, n^o 28, p. 128-137, abril. 2008a.

_____. **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**. São Paulo: educ, 2008b.

SILVA, Juremir Machado da. **Tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Rosane Neves. A dobra Deleuziana: Políticas de Subjetivação. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Nitérois – RJ, v. 16, n.1, p. 55-75, 2004.

SILVEIRA, Sergio Amadeu. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. Confrontos na sociedade do controle. In: **Compós**. 2009. Disponível em: <http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=14&mmenu=6&gm=int>i=arqul&ordem=3&grupo1=9D&grupo2=&encontro=&tag=&ano=&mes=&pchave=&git=2&pg=4>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SOARES, Leonardo Barros. MIRANDA, Luciana Lobo. Produzir subjetividades: o que isso significa? **Revispsi**, UERJ, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TREVISAN, E.; FIRMINO, R. J.; MOURA JUNIOR, A. de. Olhos de vidro: observando os observadores no monitoramento de espaços públicos em Curitiba, Brasil. In: **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**, Curitiba, p. 134-152. Curitiba. Brasil. 4-6 de março. 2009.

VIRILIO, Paul. **A máquina da Visão**. São Paulo: José Olympio, 2002.

ZULIETTI, Luis Fernando. As sociedades de controle de Gilles Deleuze. **Revista Univap**. v. 12, n^o 22. Dezembro. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE I

I. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (MAJOR RESPONSÁVEL PELA CENTRAL DE MONITORAMENTO)

1. Como surgiu o projeto de vigilância através das câmeras?
2. Qual o principal objetivo?
3. Quais tipos de câmeras estão sendo usadas?
4. Como funciona a central de monitoramento?
5. Quem são os responsáveis pela monitoração? É terceirizado? (houve uma notícia que previa o fim do monitoramento por falta de pagamento, isso é verdade?)
6. Quais os pontos escolhidos para instalação das câmeras?
7. E porque foram escolhidos?
8. Há uma preferência por ambientes comerciais?
9. Existe um apelo dos donos de comércio para ter câmeras próximas a suas lojas?
10. Quanto tempo essas imagens ficam armazenadas? E qual destino delas?
11. O senhor sabe informar qual o investimento feito nesse projeto?
12. Na sua opinião, o problema da segurança na cidade é um papel dos governantes e conseqüentemente da polícia?
13. O senhor acredita na eficiência das câmeras? Ou você acredita em outros métodos que possam promover a segurança da sociedade?
14. Na sua opinião, depois que foram instaladas as câmeras houve diminuição das ocorrências policiais?
15. Houve algum estranhamento por parte da população depois de instaladas as câmeras?
16. O senhor acha que as pessoas se sentem mais seguras? Por quê?
17. Existe interesse ou projeto para que as câmeras venham ocupar outras regiões, como os bairros com maior índice de criminalidade?

APÊNDICE II

II. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (POLICIAL VIGILANTE DA CENTRAL)

1. Como é o trabalho dentro da central de monitoramento?
2. Quantas pessoas trabalham e como é a divisão de turnos?
3. E como vocês se sentem ao monitorar as ruas da cidade?
4. Como é assistir a imagem e o cotidiano de pessoas desconhecidas? Vocês sentem que estão invadindo a privacidade delas?
5. Qual o procedimento a ser tomado se for visualizado algo acontecendo nas ruas?
6. Na sua opinião, qual a principal função das câmeras de vigilância?
7. Você acredita que o problema da segurança nas ruas da cidade é um problema da polícia e do Estado?
8. Você acredita que o uso das câmeras diminuiu a incidência de crimes?
9. Você acha que os pontos escolhidos para o monitoramento são lugares perigosos?
10. Por qual motivo você acha que estes pontos foram escolhidos?
11. Você sabe se houve um pedido dos comerciantes para que fossem instaladas as câmeras de vigilância?
12. Já aconteceu de algum grupo ou pessoa manifestarem resistência ao uso das câmeras, através de gestos ou ações diante da lente? Se sim, essas imagens estão disponíveis?
13. Como você acha que as pessoas percebem as câmeras? Você já percebeu alguma mudança no comportamento delas?
14. Você acredita que as câmeras são um método eficiente de promover segurança?
15. Você acha que deveria haver câmeras em outros lugares? Como nos bairros com altos índices de criminalidade, por exemplo?
16. Depois da existência da central de monitoramento, e das câmeras, vocês acreditam que houve redução da criminalidade nesses pontos específicos?
17. As câmeras ajudam mais no processo de intimidação dos marginais e prevenção ou no processo de resolução dos crimes?

APÊNDICE III

III. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (TRANSEUNTES)

1. Você vem frequentemente aqui? Com que finalidade?
2. Como você se sente vindo aqui? Por quê? Você considera o uso das câmeras um benefício para a sociedade? Por quê?
3. Você conhece o projeto do governo/prefeitura de instalação de câmeras de vigilância pelas ruas de Goiânia?
4. Você sabia que essa rua é monitorada? Como você se sente ao saber que está sendo filmado? Por quê?
5. Você acha que é necessária a presença de câmeras aqui? Por quê?
6. Você evita andar por alguns lugares? Quais lugares você evita? Por quê?
7. Onde você mora?
8. Como é o bairro que você mora?
9. Lá tem câmeras? Deveria ter?
10. Que outros lugares você acha que deveria ter câmeras?
11. Você acredita que o problema da segurança nas ruas da cidade deve ser resolvido por quem?
12. Você conhece um grupo ou pessoa que se sinta incomodada com a presença das câmeras?

APÊNDICE IV

IV. ROTEIRO PARA ENTREVISTA (COMERCIANTES)

1. Você conhece o projeto do governo/prefeitura de instalação de câmeras de vigilância pelas ruas de Goiânia?
2. Essa é uma rua monitorada, houve um pedido dos comerciantes para que colocassem câmeras aqui? O que motivou esse pedido?
3. Como você descreveria o bairro e essa rua antes e depois das câmeras?
4. Quais foram os benefícios concretos?
5. Você acredita que os clientes se sentem mais seguros? Por quê?
6. Como vocês, lojistas e funcionários se sentem com a presença das câmeras?
7. Já houve alguma reclamação de clientes, pelo fato de serem filmados?

ANEXO

ANEXO I

I. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é **Ludmilla Alves de Oliveira** sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Comunicação Social.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es) responsável(is), **Ludmilla** nos telefones: **62 85105523; 62 32586709**. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

- Cidade Viglada: a hegemonia de um discurso;
- Justificativa: Tendo em vista o uso de câmeras de vigilância no espaço urbano e suas implicações na sociedade contemporânea, a presente pesquisa propõe-se a problematizá-la a partir da observação do contexto social- tecnológico contemporâneo, tendo como ponto de partida o indivíduo amarrado a cultura do medo, insegurança e as relações de consumo. A abordagem se dá a partir de uma perspectiva de controle e vigilância social que contribui para a formação das subjetividades humanas.
- Objetivos: analisar como se forma os processos de subjetivação na sociedade contemporânea, tendo como ponto de análise o acontecimento das câmeras de vigilância. Entre os objetivos específicos, procurou-se identificar os pontos de instalação das câmeras de vigilância; investigar teórica e empiricamente o uso das câmeras de vigilância, assim como a central de monitoramento, como projeto de segurança pública; entrevistar os grupos sociais envolvidos diretamente com a abordagem da pesquisa (transeuntes, comerciantes, instituição pública de segurança); e por fim analisar os discursos encontrados nas entrevistas a fim de problematizar o uso das câmeras de vigilância nas ruas de Goiânia.
- não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação nessa pesquisa;
- é garantido o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;

- é garantido a liberdade do sujeito de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;

Pesquisadora: Ludmilla Alves de Oliveira

Assinatura: _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____